

Dossiê Temático

Morgado de Mateus

Prata da Casa

Conservação e Restauro:
Uma prática multidisciplinar

A Paleografia no Arquivo:
Revelando o indecifrável

Intérpretes do Acervo

Arquivos: onde Filologia, Diplomática
e História se encontram

Arquivo em Imagens

Vestígios cartográficos dos
séculos XVIII e XIX



Acesse a revista
original online

Artigos

O arquivo da casa de Mateus

Abel Rodrigues

Muito além de protocolos: as
marcas de personalidade nas
correspondências oficiais de
Morgado de Mateus

Renata Ferreira Munhoz

A produção e a conservação das
cartas do vice-rei D. Luís de Almeida,
2º Marquês do Lavradio, como
problemática de análise

Adriana Angelita da Conceição

Contribuições do governo de Morgado
de Mateus ao estudo da história da
língua portuguesa no Brasil

Vanessa Martins do Monte

Governadores de um novo tempo: o
império português, a Capitania de São
Paulo e a administração do Morgado de
Mateus

Pablo Oller Mont Serrath

Obras raras, do restauro à difusão: o
trabalho do Centro de Preservação
na mostra em nome d'El Rey

Norma Cianflone Cassares

Itinerário documental do Morgado de
Mateus e o Projeto Resgate

Heloísa Liberalli Bellotto

Versão especial impressa

Revista do Arquivo

Uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo

São Paulo

Ano I - Nº 1

ISSN 2447 - 908X

Publicação no suporte online em outubro de 2015

REVISTA DO ARQUIVO

Uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo

ISSN 2447- 908X- publicação no suporte online

Ano I- Nº 1 - Outubro de 2015

Capa

Iconografia representativa do Morgado de Mateus (1722-1798) – Núcleo de Comunicação/APESP

Índice

Páginas Iniciais	2
Expediente	4
Editorial	6
Apresentação	7

Artigos

O arquivo da Casa de Mateus

Abel Rodrigues	9
----------------------	---

Muito além de protocolos: as marcas de personalidade nas correspondências oficiais do morgado de Mateus

Renata Ferreira Munhoz	15
------------------------------	----

A produção e a conservação das cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, 2º marquês do lavradio, como problemática de análise

Adriana Angelita da Conceição	21
-------------------------------------	----

Contribuição do governo morgado Mateus ao estudo da história da língua portuguesa no Brasil

Vanessa Martins do Monte	28
--------------------------------	----

Governadores de um novo tempo: o império português, a capitania de São Paulo e a administração do morgado de Mateus

Pablo Oller Mont Serrath	45
--------------------------------	----

Obras raras, do restauro à difusão: o trabalho do centro de preservação na mostra em nome D'el Rey

Norma Cianflone Cassares	55
--------------------------------	----

Itinerário documental do Morgado de Mateus e o projeto resgate

Heloisa Liberalli Bellotto	71
----------------------------------	----

Intérpretes do Acervo

Arquivos: onde a Filologia, Diplomática e História se encontram	80
-----------------------------------------------------------------------	----

Prata da Casa

Conservação e restauro – uma pratica multidisciplinar..... 93

A paleografia no Arquivo – revelando o indecifrável 98

Arquivo em Imagens

Vestígios Cartográficos do século XVIII.....101

Colaboradores..... 105

A *Revista do Arquivo* é o periódico eletrônico semestral do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tem por objetivos a disseminação de conhecimentos produzidos a partir de eixos centrais que articulam as instituições arquivísticas (gestão, preservação e acesso à informação) e das áreas que com eles fazem interfaces; e divulgação das atividades técnicas realizadas na instituição. A Revista manter-se-á fiel e alinhada à missão de sua instituição mantenedora.

Para consultar o expediente da edição original online nº 1, acesse:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/expediente.php

Conselho Editorial

Ana Paula Palamartchuk- UFAL
Aldrin Armstrong Silva Castellucci- UNEB
Andréa Casa Nova Maia- UFRJ
Anne G. Hanley- Northern Illinois University
Claudio Antônio Santos Monteiro- USS
Giselle Martins Venâncio- UFF
Heloisa de Faria Cruz- PUC-SP
Jaime Rodrigues- UNIFESP
James Woodard- Montclair State
John French- Duke University
Luis Augusto Ebling Farinatti- UFSM
Luis Filipe Silvério Lima- UNIFESP
Magda Ricci- UFPA
Mara Regina do Nascimento- UFU
Meize Regina de Lucena Lucas- UFCE
Pedro Puntoni- USP
Robson Norberto Dantas- UESC
Temis Gomes Parente- UFTO
Tiago Luís Gil- UNB
Vitor Wagner Neto de Oliveira- UFMS
Viviane Trindade Borges- UDESC

Autor Corporativo

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Rua Voluntários da Pátria, 596 – Santana
CEP 02010-000 São Paulo – SP

Publicação

Em português; periodicidade semestral

Editorial

Nesta edição, selecionamos **artigos científicos** que versam sobre alguns dos temas que foram tratados nos dois seminários comemorativos aos 250 anos do governo do Morgado de Mateus em São Paulo. Todos os textos são baseados em pesquisas que, em algum momento, recorreram aos documentos que compõem o fundo Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo. Ao todo são sete artigos.

Outro traço importante que identifica todos os trabalhos científicos aqui expostos, é o diálogo, entre áreas do conhecimento que mantêm interface muito intensa e viva com a arquivologia. Nesse sentido, a **Revista do Arquivo**, por meio dos artigos, proporciona uma viagem no mundo dos arquivos nas fronteiras da filologia, da história cultural, da linguística, da paleografia, do restauro de documentos textuais, da história econômica e da arquivologia.

Chamamos a atenção dos leitores para a seção permanente da **Revista do Arquivo**, intitulada **Intérpretes do acervo**, pois, com a proposição de dar destaque aos múltiplos e inusitados olhares dos pesquisadores sobre o documento de arquivo, apresentamos depoimentos que dão indicações importantes para todos que realizam pesquisas no acervo do APESP.

No entanto, nesse número conseguimos fazer algo bastante inusitado, que merece o nosso mais efusivo destaque e nos enche de orgulho apresentar. O Intérpretes do acervo desta Revista traz uma densa síntese de entrevista coletiva presencial que reuniu filólogos, historiadores e arquivistas com o intuito de divulgar para leitores, especializados ou não, esclarecimentos e interessantes aspectos que interconectam suas respectivas áreas do conhecimento e atuação. O resultado é uma entrevista rica, instrutiva e muito agradável. Recomendamos fortemente a leitura dessa matéria realizada pela equipe de editoria do Arquivo.

Sabemos que no imaginário que configura certo senso comum sobre os arquivos, reina aqueles estereótipos que justificam a infeliz expressão corrente de “arquivo morto”. A identidade de arquivo com depósito insalubre de papéis velhos, ainda que encontre respaldo em práticas correntes nas instituições, não condiz com o papel estratégico dos arquivos na sociedade. Mas, caso o leitor queira se instruir de mais argumentos para quebrar esses estereótipos, convidamos à leitura dos artigos da seção **Prata da Casa** que, com uma narrativa concisa e agradável, dão destaque às especializadas, artesanais (e charmosas!) atividades desenvolvidas nos setores de **paleografia** e de **conservação e restauro** de documentos em suporte de papel. Não deixem de ler!

Finalmente, a seção **Arquivo em Imagens** que divulga o acervo iconográfico do APESP, neste número dará acesso a alguns exemplares de documentos iconográficos produzidos no período colonial.

Enfim, esperamos que esta Revista que reinaugura um novo ciclo de publicações no Arquivo contribua para a difusão e fortalecimento das instituições arquivísticas de todo Brasil.

Marcelo Antônio Chaves

Apresentação

É com imensa satisfação que publicamos o número 1 da Revista do Arquivo, inaugurando nova fase do periódico institucional, por razões que estão explícitas no editorial da derradeira edição da *Revista Histórica*, nº 63.¹

A **Revista do Arquivo** será instrumento de difusão do precioso e dinâmico acervo do APESP acumulado ao longo dos séculos de história custodial. Mais que isso, a Revista se propõe a difundir a política de gestão documental praticada de forma sistêmica e integrada, no âmbito do estado de São Paulo e também as atividades e conhecimentos produzidos pelos servidores da instituição.

As atividades de difusão do conjunto documental da Secretaria de Governo produzido no período colonial, ocorridas neste ano, que tiveram como mote a comemoração dos 250 anos do início do governo do Morgado de Mateus em São Paulo, se constituem no fio condutor temático desta edição, conjunto documental este que acabou de ser nominado para o título de 'Patrimônio da Humanidade', pelo programa Memória do Mundo da UNESCO.²

O universo dos arquivos é fascinante e plural, fonte inesgotável para renovação e produção de conhecimentos nas mais variadas direções e inspirações intelectuais. Por isso, convidamos o leitor a percorrer as páginas desta obra (re)inaugural e estabelecer o diálogo com temas e autores que exploram as riquezas recônditas dos documentos que compõem o nosso acervo; e, além disso, desvelar alguns dos conhecimentos que envolvem os complexos trabalhos de bastidores de uma Instituição como o Arquivo.

Izaías José de Santana

Resumo dos artigos

Os filólogos realizam uma abordagem erudita e muito peculiar sobre os documentos de arquivo, bem próxima, porém, distinta, dos interesses que movem os arquivólogos. Quando aplicado à linguística, os estudos desses profissionais revelam aspectos importantes e curiosos da formação da língua portuguesa.

Nesse sentido, **Renata Munhoz** apresenta artigo que destaca os aspectos da estrutura, formalidades e fórmulas de documentos produzidos no período colonial brasileiro. A autora mostra que mesmo com a linguagem protocolar, é possível se fazer análise do discurso de documentos oficiais. Já **Vanessa do Monte**, ao pesquisar correspondências em busca de compreensão das formas de tratamento interpessoal, acaba por revelar curiosos aspectos de costumes daquele período.

O artigo de **Pablo Oller** analisa a atuação dos capitães gerais no exercício da governança, revelando a tensão entre autonomia e obediência destes aos ditames da Coroa.

Fundamentada nos estudos da história cultural, perseguindo a sinuosa e curiosa trajetória de guarda de correspondências do Marquês do Lavradio, **Adriana Conceição** tece importantes reflexões que nos remetem a debates sobre jurisdição de arquivos públicos e privados.

¹ Ver: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica63.pdf>

² Sobre o programa Memória do Mundo (MoW), ver: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91>.

Com enorme satisfação a **Revista do Arquivo** publica artigo do historiador e arquivista português **Abel Rodrigues**, que tece interessantíssimas reflexões sobre a formação dos arquivos da Casa de Mateus, em Vila Real, dando destaque à impressionante racionalidade da gestão dos documentos pelas diversas gerações da família na administração do morgadio.

A especialista em conservação e restauro do APESP, **Norma Cassares**, nos brinda com um artigo que descreve em minúcias o tratamento técnico de restauro realizado pela sua equipe nos documentos remanescentes do período colonial brasileiro.

Finalizando a seção de artigos científicos, presentamos os leitores, em especial aqueles interessados em pesquisas que abordam a temática exposta nesta Revista, a transcrição adaptada de palestra virtual feita pela professora doutora **Heloísa Liberalli Bellotto**. Esta traça o “caminho das pedras” para quem quer se aventurar nas pesquisas dos arquivos e também bibliográficas que tenham como foco Morgado de Mateus.

Artigos

O ARQUIVO DA CASA DE MATEUS¹

Abel Rodrigues*

Resumo:

O presente artigo pretende demonstrar as etapas de produção, acumulação e especialmente de reorganização do Arquivo da Casa de Mateus, desde 1641 até o século XX. Para tal, apresentam-se a evolução da família produtora do acervo e os seus sucessivos contextos históricos, com destaque para a intervenção de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão. A marcante contribuição do 4º Morgado de Mateus para a reorganização do cartório familiar é revelada por uma metodologia imbuída do espírito racionalista e iluminista, tão em voga no século XVIII, e objetivada na intenção assumida da “ordem para o bom uso”. O seu trabalho, continuado e aprofundado pelo seu filho, tinha como objetivo agilizar a produção, o acesso e o uso da informação para a gestão da Casa. O Arquivo tinha então um caráter utilitário imbricado no valor primário dos documentos. Hoje se mantém como uma incontornável fonte de informação para os estudos históricos.

Palavras-chave: Arquivística. Arquivos de Família. Morgado de Mateus.

Abstract:

This paper intends to study the steps of the production, accumulation and reorganization of the Casa de Mateus Archive, from 1641 to the 20th century. Therefore, the evolution and the historical context of the family that produced the archival documents are discussed here. Among the family members, D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão stands out, due to his intervention in the Archive organization. The outstanding contribution of the 4th Morgado de Mateus for the reorganization of the family Archive is demonstrated by his methodology, which was based on the “order to the good use” and connected with the rationalist Enlightenment spirit, fashionable in the 18th century. His work was carried on and furthered by his son, in order to streamline the production, the access and the use of the information, which was useful for the management of the Casa de Mateus. Thus the Archive had an utilitarian function linked to the primary value of its documents. Nowadays the Casa de Mateus Archive can be considered an essential source of information for historical studies.

Keywords: Archivistics. Family Archives. Morgado de Mateus.

¹ O Autor agradece penhoradamente a Marcelo Chaves, Diretor do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do APESP, o convite para participar do seminário comemorativo dos 250 anos do governo do Morgado de Mateus em São Paulo, bem como a Renata Munhoz, pelo apoio e incentivo constante no estabelecimento de parcerias transatlânticas que seguramente serão proficuas para todos os intervenientes.

* Licenciado em História pela Universidade do Minho. Foi bolsista do Governo Regional da Madeira e da Fundação Berardo. Mestre em História Moderna e Contemporânea, também pela Universidade do Minho. Diplomado com o Curso de Especialização em Ciência da Informação (variante Arquivos), pela Universidade Portucalense - Infante D. Henrique. Foi responsável pelo Arquivo da Fundação da Casa de Mateus (2009-2015). Atualmente é Coordenador do Centro de Documentação e Investigação em Cultura Arquitetônica da Fundação Instituto Marques da Silva/ Universidade do Porto.

O presente artigo retoma a videoconferência transmitida a partir da Casa de Mateus – mais especificamente da sala dedicada a D. Luís António de Sousa Botelho Mourão – ao APESP, no seminário comemorativo dos 250 anos do governo do Morgado de Mateus em São Paulo. A conferência baseou-se no texto “A Criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”², publicado por mim e por Armando Malheiro da Silva em 2012.

Pretende-se aqui demonstrar as etapas de organização do Arquivo da Casa de Mateus, com destaque para a influência decisiva do Morgado de Mateus nesse processo. Para tal, serão assinaladas questões essenciais acerca da árvore genealógica da família detentora do Arquivo, com destaque para a figura de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão – homenageado neste número da *Revista do Arquivo* – bem como alguns aspectos metodológicos empregados no período setecentista para a organização do cartório familiar.

Para se compreender o Arquivo da Casa de Mateus é necessário, antes de mais, compreender a evolução da família. O vínculo de Mateus foi instituído pelo Licenciado António Álvares Coelho em 1641. Desde então, o cartório da Casa conta com inúmeros documentos probatórios de compras e aforamentos de propriedades. A segunda geração foi a do casal D. Maria Coelho e Dr. Matias Álvares Mourão, que reforçaram o controle documental enquanto primeiros administradores da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, contígua à Casa em Mateus. O casal não teve filhos e nomeou para sucessor um primo, o “Morgado da Prata”. Com a missão de não desvincular os bens da Casa, o Morgado da Prata organizou o cartório numerando os documentos e criando verbetes pelo critério geográfico. Seu filho, o 3º Morgado de Mateus, António José Botelho Mourão, não teria interferido na estrutura do cartório, mas teve um papel preponderante na ascensão social da família, ao casar com D. Joana Maria de Sousa Mascarenhas, herdeira da Casa de Moroleiros em Amarante. Pelo matrimônio, acresce-se à família o sobrenome Sousa e o direito ao uso da aposição honorífica “Dom”, para todos os seus descendentes diretos, tal como ainda hoje se usa.

D. Luís António, 4º Morgado de Mateus, é aqui considerado figura central, por ter realizado a reestruturação mais efetiva no cartório da Casa de Mateus. Nascido em Amarante em 21 de fevereiro de 1722, cedo perdeu sua mãe, tendo sido educado por seu avô materno. Este o encaminhou para os meandros da educação militar, a qual resultou na postura pragmática e disciplinada que o Morgado sempre manifestou. D. Luís António administrou a Casa de 1750 até 1798, quando faleceu.

Em 1756, tinha se casado com D. Leonor Ana Luísa de Portugal, filha de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o que representou uma decisiva ascensão social à família aos círculos da corte. Ao ser nomeado Governador e Capitão-general de São Paulo, passou procuração em 1º de março de 1765 à sua esposa, que então assumiu como administradora da Casa. O período da administração de D. Leonor foi bastante próspero devido à realização de diversas obras essenciais como a canalização de água para a Casa; e também à aquisição de terras adjacentes.

Em relação ao cartório, o período também foi decisivo por conta de um fato inusitado ocorrido em 1772. Por conta da lei pombalina de confirmação dos morgados, o procurador da Casa, o Padre Manuel Caetano, de Fregim, enviou pelo correio, por ordem de D. Leonor, uma bolsa contendo os títulos comprobatórios dos vínculos. Essa bolsa foi roubada. Mas, graças ao contato direto de D. Leonor com o Marquês de Pombal, logo em 10 de março de 1772 foi promulgado um alvará assinado pelo primeiro-ministro do Rei, o qual reduzia todos os morgadios da família Sousa Botelho a um único vínculo. Nesse período, a organização documental já se dava em 22 gavetas dos contadores (móvel em forma de armário), sendo que a disposição dos papéis nas gavetas era feita por maços organizados por critérios geográficos e temáticos.

² RODRIGUES & SILVA, 2012. p. 597-651. Este artigo aborda de maneira bastante sucinta o conteúdo tratado no capítulo publicado. Sugere-se, portanto, a leitura do texto basilar para maior aprofundamento do assunto. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10216/63549>.

Todavia, D. Luís António considerava que o cartório, mais do que um conjunto de documentos produzidos, acumulados e recuperados pela família, era um importante instrumento de gestão da Casa, nomeadamente da vastíssima propriedade fundiária, dispersa por todo o Norte de Portugal. Por essa razão, recomendava todo o cuidado com os documentos.

Ao retornar do Brasil em 1775, D. Luís António recolhe-se à Casa de Mateus, e passa a reorganizar efetivamente o seu cartório. Serve-se, para tanto, de seu pragmatismo e do preceito iluminista e racionalista, sempre considerando a necessidade da ordem como reguladora do “bom uso”. Essa reestruturação foi determinante ao futuro do Arquivo, uma vez que o próprio D. Luís António concebeu a coexistência das duas parcelas documentais: a que compunha o cartório, referente aos títulos familiares, e os “meus papéis” – como D. José Maria, filho de D. Luís, os designou posteriormente. “Meus papéis” era uma documentação eminentemente individual, produzida pelos diversos membros da família no cumprimento de funções de ordem pública e privada. Considerados como importantes para o registro da evolução da estrutura familiar, os documentos relativos à posição social da família (mercês honoríficas, nomeações para cargos régios, etc.) foram inseridas na gaveta nº 1, intitulada “Papéis honoríficos”.

A intervenção de D. Luís António tratou de grande parte dos inúmeros documentos existentes no período. A quantidade de documentação do cartório tornou-se notável sobretudo pela diversidade de tipologias. Havia “testamentos, escrituras de dote, escrituras de compra e venda, de doações, de renúncia, de posse, assinados de arrendamento, sentenças, demandas, inventários, livros de contas e despesas, breves, bulas, legitimações régias e pontifícias, requerimentos, foros de fidalgo, alvarás de ordens, cartas de padrão, cartas patentes, etc.” (RODRIGUES & SILVA, 2012, p. 626). Como repositório da gestão do patrimônio familiar, o cartório passou a contar com um “sincretismo classificativo” a fim de transmitir as informações familiares às gerações futuras. D. Luís António aproveitou os sumários existentes no verso dos títulos já existentes para o agrupamento físico dos documentos em maços de acordo com o critério geográfico. Compôs “capilhas” de nível maço, grafando de maneira bastante cuidada com sua própria caligrafia.

O trabalho arquivístico desenvolvido pelo 4º Morgado de Mateus e aprofundado por seu filho seguiu a metodologia proposta pelo beneditino D. Frei Francisco São Luís e pelo historiador João Pedro Ribeiro, teóricos portugueses da segunda metade do século XVIII, e sobretudo do aparato classificativo da *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers* (1751- 1772), coordenada por Diderot, com a colaboração de D’Alambert.

Nesse período, os arquivos e bibliotecas passaram a contar com “índice” ou “tábua de matérias”, mais elaborado, em que as obras eram catalogadas de acordo com seu assunto, em substituição ao “rol” (listagem simples) derivado dos preceitos barrocos. O conceito de catálogo a orientar os consulentes baseava-se na organização iluminista do conhecimento.

O monge beneditino Frei Francisco São Luís sistematizou em um manuscrito (1957, p. 219-221) os pressupostos teóricos e metodológicos acerca da organização de um Arquivo, dividindo-os em duas vertentes: de ordem física, referente à escolha do local do cartório e ao acondicionamento dos documentos, e de ordem organizacional dos títulos³. Sobre a primeira vertente, orienta que o cartório deva ser instalado em local onde não haja risco de incêndios, umidade ou insetos, os três maiores inimigos dos documentos. Os papéis deveriam ser acondicionados desdobrados e desenrugados, estendidos em pastas de pergaminho a serem colocadas ao alto em armários com ventilação. Sobre o aspecto da ordenação dos títulos, sugere quatro

³ Deve-se levar em conta a terminologia empregada no período, em que “título”, além do significado contemporâneo de “nome” ou “designação”, referia-se à dimensão jurídica de papéis que indicavam posse de terras ou benefícios. Em Arquivística, um título tanto pode reunir um ou mais documentos simples ou compostos quanto documentos diversos de tipologia semelhante, tornando-se o que se entende por “série”.

critérios possíveis: por ordem de matérias (séries temáticas); cronológico (segundo a data dos títulos); geográfico (de acordo com a data tópica); e o método misto, que mesclaria os anteriores.

O erudito João Pedro Ribeiro (1798, p. 42-50), por sua vez, escreveu de maneira didática sobre as causas da deterioração de Arquivos e propôs um “plano de arrumação”. A obra alerta para dez causas que podem conduzir à ruína de um cartório, dentre as quais se destacam tópicos relativos à subtração de documentos e ao desgaste físico, tais como dobraduras, animais e insetos. Somavam-se a essas causas as guerras e as catástrofes ambientais como terremotos. O autor refere-se também à necessidade do asseio e limpeza dos espaços. No que se refere à organização do acervo, o historiador propõe que os procedimentos organizativos e descritivos levem em conta o valor secundário dos documentos, tais como as finalidades econômicas e literárias. A conclusão do processo descritivo deveria resultar na produção do “índice” enquanto instrumento de acesso e de controle da informação.

Tendo em vista as duas metodologias, os arquivistas dos setecentos combinavam os critérios de ordenação de títulos e reuniam fisicamente os documentos soltos em maços e títulos e as encadernações em títulos. A reorganização de cartórios começou nas instituições religiosas, responsáveis pela gestão de seus imensos patrimônios e privilégios, e seguiu para as casas da alta nobreza portuguesa. Para as famílias nobres, a manutenção do cartório era essencial ao estabelecimento de suas Casas⁴.

Após a morte de D. Luís António, seu filho primogênito, D. José Maria, regressou de Estocolmo e concluiu a tarefa de organização prevista por seu pai, distribuindo todos os documentos do Arquivo em 34 gavetas. O processo só foi concluído em 1800, e se constituiu como o instrumento por excelência de gestão da Casa até cerca de 1940. A exemplo do pai, D. José Maria aplicava o racionalismo a todas as instâncias da vida, por isso apresentou os motivos para zelar pelo cartório familiar em um documento familiar íntimo destinado a seu filho, em que afirma ser uma das

[...] obrigações de um pai deixar-te na melhor ordem os bens da fortuna, que te segurassem uma honesta independência e a suprema felicidade de poder fazer bem, de gozar the luxury of doing good [...]. Por esta causa, e com este objeto diante dos olhos, voltando a Portugal tomar posse da Casa por morte de meu Pai, determinei com gosto o passar este inverno na Província, e sacrificar-me a todo o trabalho para ordenar esta casa, melhorá-la e segurá-la quanto me for possível. (ARQUIVO DA CASA DE MATEUS, 1800, fl. 1. SICM / SSC 07.01 / BREVE HISTÓRIA).

Nessa proposta, D. José Maria empreendeu a reorganização física do cartório de maneira mais refinada e pormenorizada que seu pai, submetendo todos os documentos às necessidades de seu tempo, aprofundando o sincretismo de classificação iniciado por D. Luís António. D. José Maria compôs o primeiro índice geral do cartório, grafado de próprio punho em três volumes.

A reorganização do 5º Morgado de Mateus manteve a opção por não se encadernarem os documentos, preservando-os em maços que permitem, ao mesmo tempo, a recuperação parcial da informação e o acréscimo de novas unidades informacionais. Cada maço encontra-se envolto em uma capilha em que há referências da gaveta e do maço, seguidas da listagem dos títulos. Os maços de mesma classificação geográfica acham-se reunidos por capas de cartão cinza para comporem as gavetas, que, por sua vez, contam com uma designação, seja qualitativa (“Papéis Honoríficos”), seja apenas numérica (“Gaveta nº 8”), seja de ambas (“Gaveta nº 6 –Mateus”).

⁴ Esse conceito de “Casa Grande” também se estruturou nos Setecentos, quando Mateus era uma “Casa de boa linhagem em ascensão [cujos proprietários eram] dos poucos fidalgos provinciais que conseguiram aceder no século XVIII aos círculos da nobreza de corte”. (CUNHA & MONTEIRO, 2011, Vol. 2. p. 202-243).

É certo que as “gavetas” substituíram as arcas e cofres, de modo a otimizar o espaço de acondicionamento e permitir uma classificação mais apurada. O termo “Gavetas”, no Arquivo da Casa de Mateus, refere-se aos armários, usados em concomitância com os baús-cofres, empregados em caso de necessidade de deslocamento geográfico imposto por funções públicas e privadas dos membros da família. Mais do que o suporte físico de acomodação documental, as “Gavetas” consistem no modelo de organização administrativa e contabilística instituído por D. Luís António. E é este modelo que permite que o Arquivo conserve ainda hoje 1120 maços e 6508 títulos que registram a memória de documentação produzida por treze gerações, desde 1577.

Tal estrutura foi mantida pelo neto de D. Luís António, D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, 1º Conde de Vila Real, e pelo bisneto, D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, 2º Conde de Vila Real. O casal D. José Luís e D. Teresa Francisca de Melo da Silva Breyner Sousa Tavares e Moura foram os oitavos e últimos Morgados de Mateus. Em 19 de maio de 1863, decretou-se a abolição dos morgadios, o que fez com que o valor primário das informações contidas nas gavetas deixasse de existir. Apesar disso, o valor secundário do acervo permanece incalculável.

Diante da quantidade de documentos e, sobretudo, da heterogeneidade de tipologias documentais oriundas dos âmbitos público e privado dos membros da família, o Arquivo passou por um processo de digitalização global entre os anos de 2001 e 2005, tendo emergido deste processo o Sistema de Informação Casa de Mateus (SICM). Desse trabalho resultou um catálogo parcial e um CD-ROM que oferece uma visão panorâmica do acervo.

Podemos seguir o raciocínio do 4º Morgado de Mateus, que como “zeloso administrador de seus bens e do prestígio e grandeza de sua Casa, deu início à aplicação do princípio da ordem ou da ordenação dos documentos para um efectivo uso que pretendia mais conforme às suas necessidades e características pessoais” (FUNDAÇÃO DA CASA DE MATEUS, 2005, p. 21). A reorganização documental de cunho iluminista proposta por D. Luís António visava facilitar e agilizar o acesso à informação para fins jurídicos e administrativos. A eficácia de tal metodologia é atestada pela perenidade do modelo nas gerações seguintes.

Conclui-se, portanto, que a opção de manter-se a estrutura do cartório prevista por D. Luís António, vinculando o documento ao seu contexto originário de produção, retrata a escolha acertada de sua metodologia arquivística. Com isso, não se omite a imensa importância das implementações e adequações desenvolvidas pelas gerações posteriores, todas elas responsáveis pela conservação de um Arquivo capaz de fornecer informações sem conta à contemporaneidade.

Referências

Bibliografia

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As grandes casas. In: MATTOSO, José (Org.). *História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna*. v. 2. Lisboa: Círculo de leitores, temas e debates, 2011.

FUNDAÇÃO DA CASA DE MATEUS. *Casa de Mateus*: Catálogo do Arquivo. Vila Real: 2005.

RIBEIRO, João Pedro. *Observações históricas e críticas para servirem de memórias aos Systemas da Diplomática Portuguesa oferecidas ao Serenissimo Principe do Brazil Nosso Senhor publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Pelo seu sócio João Pedro Ribeiro, Lente de Diplomatica na Universidade de Coimbra*. Parte I, Lisboa: Na Typographia da mesma Academia. Anno MDCCXCVIII.

RODRIGUES, Abel Leandro Freitas; SILVA, Armando Malheiro da. A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. In: ROSA, Maria de Lourdes (Org.) *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10216/63549>.

SÃO LUÍS, Frei Francisco de. Dois objectos se devem ter presentes, quando se trata de qualquer Cartório. In: *Arquivo de bibliografia portuguesa*, ano III, out.-dez., n. 12, Coimbra: Atlântida, 1957.

Manuscritos

ARQUIVO DA CASA DE MATEUS. *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução de meu filho*. 1800. (SICM / SSC 07.01 / BREVE HISTÓRIA).

MUITO ALÉM DE PROTOCOLOS: AS MARCAS DE PESSOALIDADE NAS CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS DO MORGADO DE MATEUS

Renata Ferreira Munhoz*

Este artigo resulta da comunicação apresentada no Seminário Documentos que viajam: correspondências entre arquivos do ultramar, promovido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e realizado no dia 20 de maio de 2015, com a presença de diversos estudiosos das áreas de Arquivística, História e Filologia. Antes de tratar de “protocolos” e “fórmulas”, o artigo situa-se como um recorte da minha tese de doutorado intitulada *Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade*. O corpus de pesquisa dessa tese constitui-se de documentos administrativos ativos e passivos. Os ativos devem ser considerados “ascendentes” por dois motivos. Primeiro, hierarquicamente, por terem sido enviados pelo Governador a seus superiores (o rei Dom José I, o Conde de Oeiras – futuro Marquês de Pombal – e dois secretários do Reino, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seu sucessor, Martinho de Melo e Castro). Segundo, no sentido geográfico, já que esses documentos “subiram” do Brasil a Portugal.

De maneira inversa, as correspondências produzidas no Reino e enviadas pelo trâmite das Secretarias ao Governador de São Paulo representam a parcela passiva, recebida pelo Morgado de Mateus. Seguindo o mesmo raciocínio, esta correspondência é considerada “descendente”.

As fontes documentais do *corpus* passivo estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Os manuscritos que compõem a parcela ativa do corpus foram pesquisados por meio da microfilmagem realizada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e estudados posteriormente em seus originais no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). A tradição e o prestígio desses Arquivos conferem autenticidade aos manuscritos, que podem ser estudados como provas da existência das ações administrativas executadas na segunda metade do século XVIII. Essa documentação foi redigida no registro da Língua Portuguesa padrão vigente (FACHIN, 2011) e com o emprego da linguagem de natureza jurídico-administrativa em voga.

O caráter oficial desses testemunhos escritos deve-se ao fato de terem sido emanados do poder público setecentista, com a função de divulgar e comprovar fatos de ordem jurídica e administrativa. Em cumprimento à burocracia vigente, as correspondências oficiais trocadas entre a metrópole portuguesa e suas colônias eram redigidas com estrutura redacional definida e formatadas em moldes pré-estabelecidos. Tais moldes seriam os protocolos¹, que incluem ainda as marcas de polidez e menções honoríficas. Sob um olhar menos atento, essa padronização linguística e estrutural, estudada pela Diplomática, poderia levar a crer

*Autora da tese de mestrado *Edição de Documentos Manuscritos do Século XVIII*. Doutoranda em Letras pela USP, na área de Filologia Portuguesa, com a tese O recurso da adjetivação no discurso de correspondências oficiais recebidas pelo Morgado de Mateus.

¹ Quando se ouve o termo “protocolo”, normalmente se remete a um recibo comprobatório de algo, ou até mesmo a acordos, como o famoso Protocolo de Kyoto. De maneira genérica, os protocolos referem-se àquilo que segue normas rígidas de procedimento, formalidade e etiqueta, como o conjunto de normas reguladoras de atos públicos, especialmente nos altos escalões do governo e da diplomacia. Dentro desses protocolos das Chancelarias que produziram os documentos estudados estão as formas de circulação dos documentos e instâncias externas à redação, que serão aqui excluídas para que se trate exclusivamente dos protocolos inscritos no texto dos documentos.

que a documentação oficial setecentista fosse a mera reprodução dessas estruturas. Assim, os documentos manuscritos oficiais setecentistas seriam meramente formulaicos², ou seja, compostos por fórmulas.

Retorna-se, então, ao conceito de fórmula, que pode conduzir a significações diversas, como as “fórmulas mágicas”, “matemáticas”, “dos produtos e remédios” ou até mesmo a “Fórmula 1”. O fato é que há muitas fórmulas em nosso dia-a-dia. Embora menos evidentes, as chamadas fórmulas da linguagem são mais atuantes no cotidiano do que se imagina. Por exemplo, quando se associam os termos “cravo e canela” ao nome “Gabriela”, recupera-se uma fórmula. Sempre que uma chamada publicitária passa a ser lembrada, torna-se uma fórmula. Do mesmo modo, as vinhetas e “jingles” das campanhas políticas também representam fórmulas.

Nesse sentido, as correspondências oficiais que compõem o *corpus* contêm muitas fórmulas linguísticas que são, em primeira instância, as expressões linguísticas protocolares que organizam a redação dos textos oficiais. Em oposição a espécies documentais como “portarias”, “bandos” e “ordens do dia”, encerradas em fórmulas, os “ofícios” e as “cartas” que compõem o corpus são “não-diplomáticas” e, portanto, contam com maior liberdade de formulações discursivas, mesmo que formatadas por modelos redacionais fixos.

Dessa forma, esse tipo de documentação pública pode, tal como as correspondências particulares privadas, conter discursos mais livres e expressivos, desvinculados da solidificação das fórmulas. Há marcas da personalidade (inter)subjetivas que extrapolam a superfície dos protocolos oficiais, com “outras mensagens simbólicas muito importantes [...] [enquanto] instrumento de constância [...] de atos e fatos de gestão administrativa, com todas as mensagens paralelas e necessárias da comunicação do poder” (BELLOTTO, 2014, p. 430).

Embora menos formulaicas, as “cartas” e os “ofícios” são padronizados estruturalmente pelo emprego reiterado dos mesmos termos em partes determinadas da redação: as “fórmulas diplomáticas”. Convencionadas a partir do estabelecido pelo Direito administrativo ou notarial setecentista, as fórmulas diplomáticas (BELLOTTO, 2002, p. 27) de localização cristalizada iniciam-se no vocativo introdutório ou endereçamento, com “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor”, sempre abreviado nas correspondências destinadas “A Todos os Grandes Seculares” conforme manual de escrita do período (FREIRE, 1746). Encontra-se em todos os documentos ativos, exceto nas cartas direcionadas à pessoa do Rei, em que consta apenas o termo “Senhor”. De forma oposta, não há endereçamento em nenhum documento passivo.

A fórmula diplomática “Deus guarde” é a saudação final predominante, antecedendo o local, a data e a assinatura do autor. Apesar de sua cristalização, essas fórmulas diplomáticas podem sofrer variações em seus contextos de uso, com acréscimo ou supressão lexical. Por exemplo, o desenvolvimento “Guarde Deus muitos anos como desejamos e pedimos ao mesmo Senhor para nosso amparo e de toda a Monarquia” amplia o escopo de significação da ideologia religiosa para a política, legitimando ainda mais o discurso contido no documento.

A reverência honorífica “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor” aparece também na saudação final do fecho de cortesia, antes da subscrição final do autor, acompanhando o vocativo do destinatário. Enquanto nos documentos ativos a assinatura do autor vem abaixo da menção de seu interlocutor, nos passivos, dá-se o oposto: “o nome do destinatário era escrito quase no pé do fôlio na sua margem interna” (MARTINS, 2007,

² O termo “formulaico” não se encontra dicionarizado na Língua Portuguesa, embora seja adotado em diversos estudos linguísticos. Esse adjetivo representa uma extensão do conceito de “fórmula”, conforme a terminologia inglesa (formulaic), para indicar construções linguísticas cristalizadas.

p. 176). Simbolicamente, a localização dessa fórmula ilustra a hierarquia social vigente, em que o cargo de Governador estava abaixo do Rei, do Conde de Oeiras e dos dois Secretários de Estado.

Moldado pelas fórmulas diplomáticas exemplificadas, há o chamado “texto livre”, capaz de conduzir à compreensão da (inter)subjetividade pelo viés da Análise do Discurso. Pela subjetividade, o autor demonstra sua visão de mundo e suas ideologias e, pela intersubjetividade³, define seu relacionamento com seus interlocutores.

Para analisar o texto livre, emprega-se a perspectiva linguística sistêmico-funcionalista americana (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004), que entende a língua como um fenômeno essencialmente social e considera o contexto situacional, relacionando a linguagem com o meio social de acordo com o que chama de metafunções. Para facilitar a compreensão dessa perspectiva linguística, adota-se o exemplo do quadro *O beijo*, de Gustav Klimt. Por meio dessa obra de arte, é possível compreender as três metafunções da linguagem: ideacional, textual e interpessoal. A ideacional pode ser entendida como a representação de mundo contida na obra (uma mulher sendo beijada no rosto por um homem). A textual seria a descrição desse quadro, com sua clareza e coerência de detalhes representadas pela linguagem não-verbal no caso da pintura (caso a obra não fosse conhecida, a linguagem verbal teria de ser utilizada para descrevê-la em detalhes). A metafunção interpessoal é representada na imagem pelo contato entre as personagens retratadas pelo pintor austríaco. Apoiada nessa terceira metafunção que trata do viés intersubjetivo, a “Teoria da Avaliatividade”⁴ serviu de aporte metodológico para que as “marcas de avaliatividade” (que remetem à pessoalidade) fossem mapeadas e analisadas. A teoria conta com três subsistemas: o da “Atitude”, em que se estudam marcas de afeto, julgamento e apreciação do autor; o da “Gradação”, que intensifica ou mitiga os significados do texto e o do “Engajamento”, que trabalha a presença de outras vozes no texto, na perspectiva bakhtiniana de dialogismo.

As análises discursivas comprovam que, apesar de sua diversidade, o texto livre não goza de total liberdade. Há construções linguísticas fixas do discurso imbricadas em sua estrutura, as “fórmulas discursivas”. Nota-se que o termo não tem a função de formatar a redação como as fórmulas diplomáticas. Quem primeiro estudou as expressões fixas de texto livre que ultrapassam os limites da ciência da Diplomática, pelo viés das análises de cunho discursivo, foi a francesa Alice Krieg-Planque⁵.

Diante do caráter amplo das “fórmulas discursivas”, optou-se por dividi-las em três categorias: retóricas, ideológicas e pragmáticas. Respectivamente na ordem da maior rigidez estrutural para a menor, as “fórmulas retóricas” seriam as mais cristalizadas e as “pragmáticas”, as que apresentam formas mais livres. Para melhor situar a inscrição das fórmulas nas três categorias propostas, retomase a organização sistêmica da linguagem com as três metafunções: *textual, ideacional e interpessoal* (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 31), associadas respectivamente às fórmulas retóricas, pragmáticas e discursivas.

³ Estuda-se a intersubjetividade enquanto demonstrativo das relações estabelecidas entre as pessoas enquanto detentoras de funções públicas. Não se intenciona, portanto, recuperar a personalidade ou caracteres de ordem pessoal dos autores, mas características do discurso por eles produzido. O que aqui se chama de “pessoalidade” seriam, então, as marcas avaliativas que apontam a forma como os autores avaliam o que comunicam, por meio de suas visões de mundo.

⁴ Em inglês, *Appraisal Theory*. Esta teoria visa promover análises discursivas menos críticas no sentido pejorativo do termo, com visão mais construtiva e otimista em relação ao futuro (no original: “*It is the kind of exercise we need to make the world a better place. Analysis that moves beyond conspiracy and critique towards a more constructive, more hopeful vision of possible futures.*”) (MARTIN & WHITE, 2005, p. 261).

⁵ Na perspectiva dos trabalhos de Jean-Pierre Faye, filósofo e poeta que tratou da fórmula alemã “*der totale Staat*” (o Estado totalitário) no contexto da Segunda Guerra, Krieg aprofundou a análise discursiva ao tratar da fórmula “purificação étnica”. (KRIEG-PLANQUE, 2003).

As fórmulas pragmáticas podem ser exemplificadas pelas vinhetas de anúncios publicitários. Por sua função prática de convencerem a audiência e por veicularem visões de mundo, estas podem ser inscritas na metafunção Ideacional. Exemplifica-se esse tipo de fórmula por fragmentos da fala de Riobaldo, protagonista de Grande Sertão: Veredas. Com uma fórmula pragmática bastante recorrente, o sertanejo analisa questões existenciais profundas. “Viver é muito perigoso” (ROSA, 1994, p. 62) é a fórmula empregada por ele ao final de diversos parágrafos ao longo da obra, reproduzindo o posicionamento de um indivíduo. Facilmente constatável na literatura de Rosa, a categoria das fórmulas pragmáticas também exerce função de importância nos discursos do Morgado de Mateus⁶. Por exemplo, o uso recorrente de “fazer toda a diligência”, “zelo e desvelo” e “escravidão” pode ser analisado como estratégica para que o Governador de São Paulo reforçasse a seus chefes sua postura comprometida e atuante.

“Gabriela Cravo e Canela” tornou-se um epíteto e, portanto, uma fórmula retórica. A esfera do retórico aproxima-se mais das fórmulas diplomáticas, visando à composição interna do texto, na metafunção Textual. As construções retóricas, como os epítetos, atuam na esfera da manutenção da coerência e da coesão textuais para fins de memorização, como na obra poética e canônica da Odisseia (HOMERO, 2002), com os epítetos descritivos dos personagens: “sensata Penélope”, “ajuizado Telêmaco” e “Atena, deusa de olhos verde-mar”. De forma similar aos textos literários, a documentação oficial contém termos que visam à ornamentação de cunho retórico recomendada pelos manuais de escrita protocolar do período (FREIRE, 1746). Os autores materiais (escribas ou secretários que redigiam a mando dos governantes, os autores intelectuais) davam o retoque estético para embelezar a escrita. Encontraram-se no corpus as seguintes fórmulas retóricas: “Sábios ministros”, “poderosa mão”, em relação ao Rei e “pés de Vossa Excelência” para demonstrar rebaixamento perante os superiores, em oposição à forma como se refere aos habitantes locais: “infames e perniciosos vadios”. Além da função de ornamentar o texto, as fórmulas retóricas estão associadas ao nível semântico, reforçando, mesmo que de forma velada, o controle ideológico (VAN DIJK, 2005, p. 130). Destacam informações favoráveis (THOMPSON, J. B., 1995) com a visão positiva do grupo a que pertence o autor em detrimento dos membros de outros grupos.

As fórmulas ideológicas, por sua vez, são mais voltadas à aproximação do interlocutor por meio da empatia, pela metafunção Interpessoal. Como exemplo, citam-se os neologismos políticos criados pela “Novolíngua” do livro 1984 (ORWELL, 2013). Trata-se de termos compostos transformados em uma só palavra para facilitar a pronúncia. Por exemplo, o prédio do “Ministério da Verdade” é chamado de “Miniver”⁷. Neste caso, por si só, o termo traz o escopo daquilo a que remete e quer significar, sem a necessidade de explicações. Assim, o termo conduz com clareza os princípios ideológicos da política pombalina. O discurso do *corpus* reforça as distâncias entre os grupos sociais no regime monárquico: “fazendo-lhes mercê do privilégio”, “O serviço do meu Rei e Senhor” e “Toda a sua real família”. Além disso, as fórmulas retratam a intersubjetividade do autor ao comprovar sua religiosidade católica em colocações como “Deus queira ajudar-me”, “graças a Deus” e “por tudo rendo a Deus infinitas graças”.

Ainda na esfera das fórmulas ideológicas, as tratativas honoríficas exercem função decisiva na semântica das correspondências. Além de garantirem o contato e a interação com o interlocutor, delimitam o tipo de hierarquia em que se configura a relação estabelecida entre o autor e seu destinatário. Nesse sentido, os pronomes de tratamento são empregados de maneira bastante recorrente e reiteram a formalidade das

⁶ Como exemplo, citam-se: “e vou fazendo toda a diligência por descobrir os cúmplices”; “ao grande zelo e desvelo, com que me cansei, e aniqueilei as minhas forças, trabalhando incessantemente de dia e de noite para acudir ao acrescentamento do Real Serviço”; “incansável o meu zelo e desvelo com que procuro tudo o que é aumento no Real Serviço”; “o meu reverente respeito e humilde escravidão”; “a minha rendida escravidão”.

⁷ Na obra literária, o Miniver era uma pirâmide branca de trezentos metros de altura, com inscrições paradoxais sobre o Partido dominante: “Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força.” Essas expressões demonstram o caráter relacional de dois termos, que busca ser um referente social, tentando estabelecer uma significação uniforme para seus interlocutores.

relações. As diferentes formas de tratamento serviam para marcar linguisticamente a posição socioprofissional ocupada na hierarquia da sociedade na segunda metade do século XVIII (MONTE, 2012, p. 24). O Morgado de Mateus tratava seus superiores como “Vossa Excelência”, pronome que só podia ser usado, “de palavra” ou por escrito, para com aqueles a quem o rei tinha feito a mercê desse tratamento (SILVA, 2005, p. 25). Em toda a correspondência descendente a ele, o tratamento é o de “Vossa Senhoria”. Essa tratativa acompanhou o Morgado de Mateus desde 15 de janeiro de 1758, quando a “Comenda de Santa Maria e Vermiosa” conferiu-lhe o direito de usar a forma honorífica “Dom” e garantiu a seus descendentes a manutenção do sobrenome Sousa, preservado até a atualidade pelos familiares. O tratamento “Vossa Senhoria” seria consequência do título de honra antecedente ao nome de batismo. O valor atribuído aos títulos nobiliárquicos e às mercês evidencia não apenas as estruturas sociais existentes no período, mas sobretudo os valores centrais da ideologia monárquica em vigor. Senhoria” seria consequência do título de honra antecedente ao nome de batismo. O valor atribuído aos títulos nobiliárquicos e às mercês evidencia não apenas as estruturas sociais existentes no período, mas sobretudo os valores centrais da ideologia monárquica em vigor.

Observa-se que, embora sejam documentos de caráter oficial, formatados pelas fórmulas diplomáticas, os manuscritos setecentistas contêm texto livre passível de análise discursiva. Ainda que comedidas, as análises dessas representações discursivas têm importância por retratarem a maneira como as (inter)subjetividades foram registradas. Reconhecendo-se, muito embora, que “esses ditos homens grandes da história também sentiram e manifestaram suas sensibilidades” (CONCEIÇÃO, 2013), o que interessa a esta pesquisa é compreender os registros resultantes das relações impostas por convenções e protocolos. Trata-se da verdade do autor, aquela que ele escolheu entregar à posteridade. Destaca-se a consciência desses autores acerca da importância de seus registros escritos. Sobretudo o Morgado de Mateus, que reiteradamente comprovou isso por suas atitudes de extremo cuidado com a manutenção das correspondências destinadas ao seu cartório, que conserva atualmente a memória de treze gerações consecutivas desde 1577 (RODRIGUES & SILVA, 2012, p.597).

Este artigo propõe que os documentos oficiais do século XVIII não são meramente protocolares e, portanto, permitem a realização da análise dos discursos que veiculam. As análises discursivas comprovam a disseminação intencional do ideológico monárquico e católico pelos representantes da política pombalina. Acredita-se que a compreensão dos discursos dos governantes coloniais contribua também para o melhor entendimento do momento contemporâneo. Isso porque o reconhecimento das marcas ideológicas e intersubjetivas, que ultrapassam a esfera do meramente protocolar, pode possibilitar uma interpretação mais apurada dos discursos atuais, bem como oferecer instrumental à escrita de direcionamentos mais prósperos ao futuro político e social deste nosso país.

Referências

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: Estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- _____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- CONCEIÇÃO, A. A. da. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio: Sentir, escrever e governar (1768 – 1779)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FREIRE, Francisco Jozé. *O secretario portuguez: compendiosamente instruido no modo de escrever cartas*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1746.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An Introduction to Functional Grammar*. 3ª ed. London: Edward Arnold, 2004.
- HOMERO. *Odisséia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- KRIEG-PLANQUE, A. *Purification ethnique: Une formule et son histoire*. Paris: CNRS éditions, 2003.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The Language of Evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave; Macmillan, 2005.
- MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto de Estudos Nacionais Torre do Tombo, 2007.
- MONTE, V. M. do. *Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ORWELL, G. 1984. Tradução de Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- RODRIGUES, A. L. F.; SILVA, A. M. da. A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação. In: ROSA, M. de L. (Org.). *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012, p. 597.
- ROSA, J. G. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.
- SILVA, M. B. N. da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2005.

A PRODUÇÃO E A CONSERVAÇÃO DAS CARTAS DO VICE-REI D. LUÍS DE ALMEIDA, 2º MARQUÊS DO LAVRADIO, COMO PROBLEMÁTICA DE ANÁLISE

Adriana Angelita Da Conceição*

Resumo:

Esta comunicação integrou o seminário Documentos que viajam: correspondências entre arquivos do ultramar – atividade ligada à exposição *Em Nome d'El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)*, organizada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo no primeiro semestre de 2015. Invocando os documentos que viajam, nossa proposta será apontar algumas questões referentes à produção e à conservação das cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio, produzidas durante sua permanência no Brasil de 1768 a 1779.

Palavras-chave: Correspondência. Arquivo. 2º Marquês do Lavradio.

The production and conservation of the letters from Viceroy D. Luís de Almeida, 2nd Marquis of Lavradio, as an analytical problem.

Abstract:

This communication was part of the seminar *Travelling documents: correspondences between overseas archives*- activity related to the exposition *Em Nome d'El Rey: 250th anniversary of the Morgado de Mateus government in Sao Paulo (1765-2015)*, organized by Arquivo Público do Estado de São Paulo in the first semester of 2015. Concerning the travelling documents, our proposal is to point out some issues relating to the production and conservation of the letters from Viceroy D. Luís de Almeida, 2nd Marquis of Lavradio, written during his stay in Brazil from 1768 to 1779.

Keywords: Correspondence. Archive. 2nd Marquis of Lavradio.

* Pós-doutoranda do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. E-mail: adrianaangelitac@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2699649926975003>.

Durante os séculos que a historiografia consolidou chamar de período moderno, a travessia de embarcações pelos diversos mares e oceanos foi uma constante. Neste intenso vai e vem de navios, de diferentes dimensões, a presença de malotes de papéis foi indispensável à manutenção de redes de informação de ordem pública e privada. A comunicação à distância foi garantida pela escrita manuscrita e impressa que atendia as necessidades de governar e informar. Entre as variadas tipologias documentais que contribuíram para a manutenção dos governos ultramarinos e das redes de sociabilidades, vamos concentrar nossa atenção sobre a prática de escrita de cartas. De acordo com o pesquisador espanhol especializado em cultura escrita moderna, Antonio Castillo Gómez, “gentes de pluma y sin ella hallaron en la escritura de cartas el hilo de unión con sus familias y deudos, un eficaz consuelo contra la distancia levantada por el océano Atlántico”¹, pois a escrita de cartas foi o “instrumento más útil para atender un gobierno demasiado apegado al imperio de los papeles o el consuelo con que suplir la muerte en vida de un tiempo rejas”² (2006, p. 23). Assim, conforme indica Gómez, foram as motivações pessoais, familiares, políticas ou religiosas que “desencadenaron cada una de estas escrituras desde la ausencia”³ (p.23).

Antes de passarmos a estudar a prática de escrita de cartas que será o objeto de análise desta breve reflexão, faremos alguns apontamentos sobre o espaço para o qual essa comunicação foi pensada e apresentada. Em 28 de abril de 2015 o Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP abriu a exposição *Em Nome d’El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)*, organizando uma jornada de debates com pesquisadores que se dedicaram a estudar os documentos relacionados à administração deste governador. Uma segunda jornada, vinculada à programação da exposição, aconteceu semanas depois, em 20 de maio. Este evento foi intitulado *Documentos que viajam: correspondências entre arquivos do ultramar*. Este texto compreende minha participação no evento como historiadora, sendo que não abordei a correspondência do governador tema da exposição, mas de um outro administrador ultramarino que atuou no Brasil, basicamente em período concomitante à estada de Mateus em território colonial.

Ao invocar *os documentos que viajam*, atendendo à chamada do seminário, nossa proposta será apontar algumas questões referentes à produção e à conservação da prática de escrita de cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio. D. Luís chegou à América em 1768. Em 19 de abril deste ano, tomou posse do governo da Capitania da Bahia. Sua estada neste território não durou muito tempo. Em outubro de 1769 entregou o governo ao Conde de Povolide, e embarcou na nau de guerra *Nossa Senhora dos Prazeres* rumo à capital do Estado do Brasil, assumindo na capitania do Rio de Janeiro, a 4 de novembro, o cargo de vice-rei. A permanência na capital vice-reinal foi longa, e apenas em junho de 1779 D. Luís aventurou-se novamente pelo Atlântico, regressando a Portugal. Assim como a permanência de D. Luís de Almeida no Brasil foi marcada por travessias atlânticas, o mesmo aconteceu com as cartas que produziu, atendendo anseios de comunicação de ordem administrativa e pessoal. E os deslocamentos das missivas de Lavradio não cessaram quando atenderam a função primordial de comunicar; eles continuaram até o século XX.

O interesse pela mobilidade da correspondência ativa de D. Luís de Almeida, entre questões de produção e conservação, integra os objetivos de um projeto maior. Trata-se do projeto de pós-doutorado intitulado *O vice-rei 2º marquês do Lavradio entre as práticas de governar, escrever e arquivar cartas. Dossiê Lavradio: cartas ativas* – análise e edição, desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com o financiamento da FAPESP. Entre as questões que perpassam as problemáticas de análise do projeto consta o estudo da mobilidade da escrita de Lavradio, entre os fragmentos de acervos custodiados por instituições

¹ Tradução livre: “pessoas de pena e sem ela fizeram da escrita de cartas um elo de união com suas famílias e parentes, um alívio eficaz contra a distância levantada pelo Oceano Atlântico”.

² Tradução livre: “instrumento mais útil para atender um governo demasiado apegado ao império de papéis, ou o consolo para suplir a morte em vida de um tempo de reclusões”.

³ Tradução livre: “desencadearam cada uma destas escritas desde a ausência”.

brasileiras e portuguesas de guarda documental. A análise se concentra em refletir sobre os usos sociais dos arquivos, entre trajetórias documentais e usos históricos. Assim, nesta comunicação faremos algumas ponderações sobre um destes fragmentos da produção epistolar do Marquês do Lavradio, especificamente aquele que está sob a custódia do Arquivo Nacional.

Na segunda metade do século XVIII, duas ações centrais do reinado de D. José I (1750-1777) uniram as trajetórias de governo de D. Luís António, o Morgado de Mateus, e de D. Luís de Almeida, o 2º Marquês do Lavradio: a transferência da capital do Estado do Brasil, em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro; e a restauração da capitania de São Paulo, em 1764. Com isso, ambos atuaram basicamente juntos em território colonial: Mateus de 1765 a 1775, como governador da Capitania de São Paulo, e Lavradio de 1769 a 1779, como vice-rei. A escolha destes militares de carreira para o governo colonial foi pensada de modo cauteloso pelo Marquês de Pombal, principal ministro do reinado de D. José I. Ele considerou que as preocupações primordiais do momento incluíam a defesa do território; o revigorar da economia, por meio dos incentivos às novas culturas agrícolas; e a centralização política e administrativa nas regiões próximas à Capitania de Minas Gerais.

Nos primeiros tempos, o convívio político de ambos foi amistoso. Entretanto, as fortes convicções de Mateus referentes às defesas do território fizeram com que os últimos anos fossem marcados por desentendimentos e pelas constantes queixas de Lavradio ao Conselho Ultramarino, diante das contestações do Morgado⁴. Embora estas questões sejam de grande relevância para os Nos primeiros tempos, o convívio político de ambos foi amistoso. Entretanto, as fortes convicções de Mateus referentes às defesas do território fizeram com que os últimos anos fossem marcados por desentendimentos e pelas constantes queixas de Lavradio ao Conselho Ultramarino, diante das contestações do Morgado⁵. Embora estas questões sejam de grande relevância para os estudos da política colonial da segunda metade do século XVIII, não temos espaço para abordá-las aqui, porque nosso interesse concentra-se no modo pelo qual estes administradores ocuparam-se com os papéis que produziram.

A pesquisadora Heloísa Liberalli Bellotto, que há muitos anos estuda a correspondência do Morgado de Mateus, afirma que o seu interesse e cuidado com seus documentos era “enorme e quase obsessivo” (2007a, p. 16). Segundo Bellotto, que trabalhou no arquivo da Casa de Mateus, D. Luís António foi o responsável pela organização do arquivo da casa nobiliárquica “até a sua época (que já não era pequeno), e mesmo de longe, nunca deixou de recomendar com veemência e insistência que não desorganizassem nem fizessem desorganizar os seus papéis” (p. 16). O arquivo organizado por Mateus reunia documentos originados pela administração da casa e documentos de ordem particular, assim como os produzidos durante sua administração à frente do governo da Capitania de São Paulo. Muitos papéis que poderiam ter sido mantidos na Secretaria do Governo de São Paulo retornaram com o Morgado quando ele regressou a Portugal. Atitude que não foi incomum durante os governos ultramarinos, já que também o Marquês do Lavradio, além de outros governadores, voltou a Lisboa com uma bagagem bastante avultada de papéis.

As convergências entre a administração do Morgado de Mateus e a do Marquês do Lavradio não se restringem apenas às investidas de governo; os dois também trataram de forma semelhante os documentos produzidos quando representavam o rei em terras ultramarinas. Segundo apontamentos de Bellotto, Lavradio e Mateus foram “prolixos e sistemáticos na produção, guarda e organização dos documentos testemunhais de seus governos, assim como na distribuição e aplicação dos documentos dispositivos recebidos da corte”⁵. O

⁴ Para saber mais sobre esta temática, consultar: BELLOTTO, 2007b.

⁵ Este texto inédito foi-me gentilmente cedido pela professora Heloísa durante sua participação como membro de minha banca de doutoramento, ocorrida em 29 de agosto de 2011. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Os arquivos do Marquês do Lavradio e do Morgado de Mateus: sua importância para a história luso-brasileira da segunda metade do século XVIII*. Inédito. São Paulo, 1999.

arquivo de ambas as casas reunia excepcional documentação para os estudos do império luso-brasileiro no correr do Setecentos. Assim, retomando a ideia dos *documentos que viajam*, entre as décadas de 50 e 60 do século XX, boa parte dos documentos que seguiram para Lisboa há dois séculos retornaram ao Brasil. Com recursos públicos, o diretor da Biblioteca Nacional, professor Celso Cunha, comprou da família Mateus os documentos de D. Luís António referentes ao período que passou no Brasil, integrando-os à seção de manuscritos daquela instituição (BELLOTTO, 1999, p. 03). Entretanto, a Casa de Mateus ainda possui em seu arquivo papéis referentes à gerência da casa, assim como correspondência ativa e passiva ligada às distintas redes de sociabilidades mantidas por D. Luís António⁶.

Ao contrário dos parentes do Morgado de Mateus, a família Lavradio não foi tão sistemática, nem quanto à guarda dos documentos que trataram da administração da sua casa, nem com os papéis que o vice-rei, o 2º Marquês do Lavradio, trouxe em seus baús em agosto de 1779, quando chegou a Lisboa, depois de onze anos na América. A história dos arquivos familiares portugueses, nos últimos anos, vem sendo objeto de estudo de historiadores, arquivistas e cientistas da informação, considerando os distintos percursos vividos pelos documentos do período monárquico luso na época moderna⁷. O desmembramento de um arquivo familiar pode ser motivado por questões de herança e suas consequentes partilhas. Nestas circunstâncias, o arquivo pode ser guardado ou colocado à venda “en forma de piezas sueltas o lotes”⁸ (MARTINEZ, 2002, p. 401). Portanto, a história do arquivo Lavradio compreende a historicidade da separação do arquivo em fragmentos que hoje estão custodiados por instituições de guarda documental, em ambos os lados do Atlântico. Neste texto, daremos atenção ao fragmento mais substancial do arquivo Lavradio⁹.

O período moderno foi marcado também pela organização de arquivos reais, indicando o interesse informativo e probatório da escrita, conforme argumenta o pesquisador espanhol Fernando Bouza (1997, p. 12). Mas estes não foram os únicos depósitos documentais, conforme argumenta o autor, “al mismo tiempo, se fueron fundando cada vez más archivos municipales, nobiliários, monásticos o, simplemente, de particulares”¹⁰(p. 12). Neste sentido, indicamos que as sistematizações de Lavradio e Mateus fizeram parte das preocupações da sociedade de corte, atrelada ao governo ultramarino e por consequência dependente do papel. A escrita não apenas informava como tinha valor de ação, de prova, diante dos atribulados cargos de representar o rei em terras longínquas; cargos os quais eram permeados pelas vicissitudes de interesses particulares, locais e centrais.

A produção de distintas tipologias documentais atendia as necessidades das práticas de governar a distância, pautadas pelas relações estabelecidas entre a metrópole e os espaços coloniais. Como vice-rei, o Marquês do Lavradio tinha à sua disposição a Secretaria do Estado do Brasil, ocupada por oficiais da escrita que tinham como função materializar as urgências do governo. Estes secretários não apenas escreviam, mas também eram responsáveis pela guarda dos documentos, sobretudo da capital vice-reinal. As práticas dos secretários que acompanharam os governadores ultramarinos ainda precisam de maior atenção dos pesquisadores do período colonial luso-brasileiro, considerando que por estes homens passaram grande parte da escrita do império¹¹. Segundo o pesquisador Josemar Melo, o cargo de secretário tornou-se “indispensável para as instâncias de poder na colônia, não só no despacho dos vários assuntos, como também na manutenção

⁶ Para mais informações sobre a Fundação Casa de Mateus, acessar: www.casademateus.com.

⁷ Para mais informações referentes às publicações sobre a temática, consultar: ROSA (2012); SILVA (2004); e RODRIGUES (2007).

⁸ Tradução livre: “em forma de peças soltas ou em lotes”.

⁹ Para informações preliminares sobre a história custodial do arquivo Lavradio, conferir: CONCEIÇÃO, 2013.

¹⁰ Tradução livre: “ao mesmo tempo, foram fundados, cada vez mais, arquivos municipais, nobiliárquicos, monásticos ou, simplesmente, de particulares.”

¹¹ São poucos os trabalhos que pesquisam as ações dos secretários dos governadores. Como exemplo, podemos citar: PUNTONI (2005); CONCEIÇÃO (2013); e MELO (2013).

e organização dos seus arquivos” (2013, p. 137). A administração do império era feita formalmente pela legislação geral, ou seja, pelas Ordenações Filipinas e por leis complementares, além dos “instrumentos específicos de alcance definido, como os alvarás, provisões, regimentos, estatutos, pragmáticas, decretos, privilégios, avisos, concordatas, resoluções, cartas patentes e cartas de lei”, segundo Arno Wehling (1986, p. 28). Todos esses documentos, que muitas vezes entravam em conflito, diante das diferentes instâncias de poder, ocupavam os administradores envolvidos com o governo do império. Especificamente as cartas de ofício davam forma às práticas empreendidas pelos governadores. Elas comunicavam à corte as ações que estavam sendo empreendidas, ou que não tinham podido ser efetivadas – o que as torna importantes fontes para os estudos do período.

É dentro desse contexto que inserimos a produção documental do Marquês do Lavradio durante sua permanência na América. D. Luís de Almeida dividiu as atividades administrativas que demandavam a produção de documentos com os oficiais da escrita da Secretaria do Estado do Brasil. Além disso, contou com a colaboração de secretários particulares, que produziram, passaram a limpo, copiaram e preservaram as missivas nas quais Lavradio pretendia manter maior sigilo, fosse o assunto de governo ou particular. Quando D. Luís voltou a Lisboa levou em sua bagagem os documentos de circularidade particular – as cartas que trocou com os familiares e amigos, tratando de temáticas públicas e privadas – assim como os diferentes tipos documentais produzidos durante sua atuação como vice-rei. Neste ponto, retomamos as considerações já destacadas acima, em relação à formação dos arquivos familiares no período moderno, compostos pela imbricação de papéis particulares e papéis pertencentes à administração monárquica. Entre os últimos anos do século XIX e o início do XX, com o desfalecimento das casas nobiliárquicas portuguesas, muitas famílias dividiram entre seus membros, venderam e/ou doaram os documentos que guardavam. Isso aconteceu, por exemplo, com o acervo do Morgado de Mateus, hoje custodiado pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Na segunda metade do século XIX, encontramos as primeiras informações de documentos referentes ao Marquês do Lavradio sendo ofertados à venda, entre publicações de catálogos de leilões e livreiros¹². Assim como os papéis do Morgado de Mateus que voltaram ao Brasil na década de 60 do século passado, uma boa quantidade do arquivo Lavradio viajou de volta à América. Especificamente, isso aconteceu em 1952, quando o engenheiro e historiador Marcos Carneiro de Mendonça anunciou a compra de documentos do arquivo pertencente à família Lavradio. Mendonça comprou e/ou copiou muitos documentos relacionados ao período pombalino, pois era um aficionado pelo século XVIII. Tais papéis integravam o acervo do Arquivo Cosme Velho – propriedade dele e de Anna Amélia, sua esposa.

A movimentação dos papéis referentes ao 2º Marquês do Lavradio não começou com esta compra, e nem parou nela. O acervo do arquivo da casa nobiliárquica Lavradio foi dividido entre os herdeiros, em diferentes momentos, o que contribui para entendermos a dispersão custodial entre instituições brasileiras e portuguesas. Nesse sentido, vale considerarmos que alguns arquivos e bibliotecas possuem documentos ligados a D. Luís, mas que não pertenceram ao arquivo da família. Como exemplo, podemos citar o próprio APESP, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. O acervo do AHU possui uma historicidade própria, e o que lá encontramos de D. Luís não tem ligação com o arquivo da família; trata-se do resultado das práticas de conservação dos documentos recebidos pelo Conselho Ultramarino durante a administração do período colonial luso-brasileiro. Os documentos guardados pelos familiares do 2º Marquês do Lavradio, e que foram integrados ao arquivo da casa nobiliárquica Lavradio, compreendiam *livros de registro*, nos quais os secretários da Secretaria do Estado do Brasil, assim como os secretários particulares, registraram a correspondência ativa do vice-rei. Além disso, integraram o acervo rascunhos de cartas enviadas e outras tipologias documentais.

¹² Para mais informações conferir CONCEIÇÃO, 2013, p. 185-190.

Para nos concentrarmos no fragmento que se encontra atualmente no Arquivo Nacional – AN é preciso considerar a mobilidade entre custódias privadas e públicas. Quando o acervo pertencia ao Arquivo Cosme Velho, a documentação era privada. Com a morte de Mendonça, a família vendeu o arquivo para a Academia Brasileira de Letras – ABL. Esta, posteriormente, em 1995, doou o acervo ao Arquivo Nacional, uma instituição pública, surgida com o estabelecimento do Estado brasileiro. Entretanto, antes desta expressiva parcela do Arquivo Lavradio ingressar no AN, em 1965 a instituição comprou dois livros de registro com cartas ativas de D. Luís, e por ele definidas como cartas de amizade, sendo que não constam informações relativas ao vendedor. Esse acervo é bastante singular, considerando que raramente os governadores produziram livros de registro de cartas particulares. Os livros reúnem o registro de 139 cartas enviadas quando o Marquês de Lavradio era governador na capitania da Bahia, e 418 remetidas do Rio de Janeiro, somando 557 missivas. Estas cartas tornaram-se as mais conhecidas entre os pesquisadores do período colonial, pois entre os anos de 1972, 1975 e 1978 foram editadas e publicadas com o apoio do Arquivo Nacional – oferecendo uma maior circularidade para a prática epistolar produzida por D. Luís de Almeida.

Com o ingresso desta quantidade substantiva de documentos relacionados ao vice-rei, através da doação da ABL, a documentação recebeu tratamento arquivístico. Em 1999 foi publicado um inventário que passou a denominar o conjunto documental de *Fundo Marquês do Lavradio* (FML), o qual também inclui os livros de registro comprados em 1965 – embora estes não tenham sido inventariados. Portanto, o FML possui uma história marcada pela mobilidade dos documentos produzidos durante a administração de Lavradio à frente do governo da Bahia e do Rio de Janeiro. Neste sentido, torna-se importante aos historiadores que trabalham com documentos semelhantes questionar os processos de produção e conservação destes papéis, como procedimentos carregados de informações que podem auxiliar na compreensão textual e material destas práticas de escrita. Pois os documentos que formam o FML do Arquivo Nacional são o resultado de distintas práticas de guarda documental, que envolveram interesses de ordem pública e particular, corroborados por políticas monárquicas e nacionais.

Por fim, estudar a escrita como meio de comunicação social, de acordo com o que apontou Gómez, não é fazer dela “una simple fuente de información histórica, según ocurre en tantas ocasiones, ni mucho menos un testimonio de índole exclusivamente literária”¹³ (2006, p. 10); mas sim compreender a cotidianidade desta tecnologia de comunicação que envolve questões quanto à produção, uso, circulação e, sobretudo, sua conservação.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Marquês do Lavradio: Inventário. Rio de Janeiro, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2007a.

_____. *Nem o tempo, nem a distância: correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Aletheia, 2007b.

BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca*. Madrid: Síntesis, 1997.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio. Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda, 2013.

¹³ Tradução livre: “uma simples fonte de informação histórica, de acordo com o que ocorre em tantas ocasiões, nem muito menos um testemunho de cunho exclusivamente literário”.

GÓMEZ, Antonio Castillo. *Entre la pluma y la pared. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal, 2006.

LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia (1768-1769)*. (Série Publicações nº 68). Rio de Janeiro:

Arquivo Nacional, 1972.

_____. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1770)*. (Série Publicações nº 79). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

_____. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1770)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura; Instituto Estadual do Livro, 1978.

MARTÍNEZ, Rosa Maria. “Los archivos familiares. Planteamiento general y cuestiones para el debate”. In: SÁEZ, Carlos (Org.). *Libros y documentos em la Alta Edad Media. Los libros de derecho, Los archivos familiares. Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*. v. II. Madrid: Biblioteca Litterae – Calambur, 2002.

MELO, Josemar Henrique de. Os acervos coloniais e os secretários de Governo das capitanias: o início dos arquivos no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 134-147, jan./abr., 2013.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Documentos do Arquivo do 2º M. do Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 215, abr./jun. 1952, p. 80-102.

PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

RODRIGUES, Abel Leandro Freitas. *Entre o público e o privado. A gênese do arquivo do Conde da Barca (1754-1817)*. Dissertação de Mestrado em História das Instituições, Cultura Moderna e Contemporânea. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Portugal, 2007.

ROSA, Maria de Lurdes (Org.). *Arquivos de família, século XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM; CHAM; Caminhos Romanos, 2012.

SILVA, Armando B. Malheiro. Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interativo. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, Porto, 2004, I Série, v. III, p. 55-84.

WEHLING, Arno. *Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

Site

Website da Casa de Mateus: www.casademateus.com.

CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO MORGADO DE MATEUS AO ESTUDO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Vanessa Martins Do Monte*

Resumo

O artigo trata do estudo das formas de tratamento em língua portuguesa, e foi realizado a partir de um conjunto de cartas escritas na capitania de São Paulo durante o período de governo de Morgado de Mateus, de 1765 a 1775. Tanto do ponto de vista histórico quanto filológico, tais documentos são extremamente relevantes, na medida em que permitem a observação de um uso da língua mais próximo do uso cotidiano. Tal uso era realizado majoritariamente por brasileiros, já que a pesquisa sobre a naturalidade dos remetentes encontrados revelou que mais da metade deles comprovadamente nasceu no Brasil.

Palavras-chave: Filologia. Formas de tratamento. História do português brasileiro.

Abstract

This paper is about the study of forms of address in Portuguese. It was based on a set of letters written in the captaincy of São Paulo during the Morgado de Mateus government, from 1765 to 1775. From the historical point of view as well from the philological one, these documents are highly relevant, since they allow the observation of the usage of the language closest to the everyday usage. Such usage was done mostly by Brazilians, as the research on the senders' place of birth determined that more than half of them were born in Brazil.

Keywords: Philology. Forms of address. History of Brazilian Portuguese.

* Professora Doutora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Os documentos de épocas pretéritas que se conservam em arquivos podem atestar marcas linguísticas importantes para o estudo da história de uma dada língua. Para além do conteúdo, que costuma ser a primeira informação de interesse, a forma como se registrou o que se pretendia comunicar é questão crucial para o pesquisador das ciências da linguagem. A forma abarca tanto o estado de língua registrado no documento quanto as marcas materiais desse registro, ou seja, o papel em que foi escrito, o tipo de texto lavrado, o instrumento e a tinta utilizados para escrever, a observação detalhada do aproveitamento do suporte (papel ou pergaminho, geralmente), entre outras minúcias que ajudarão a compor o retrato fiel de um dado documento.

Desde meados da década de 90, os estudos da linguagem voltam seu olhar para a pesquisa sistemática sobre a história da língua portuguesa falada no Brasil, que se convencionou chamar de Português Brasileiro, ou simplesmente PB (CASTILHO, 2009). Por meio de pesquisas realizadas a partir dos anos 70 sobre a língua culta falada em algumas capitais do país, esclareceram-se importantes diferenças entre as variedades do português faladas no Brasil e em Portugal, chamado de Português Europeu, ou PE. Tais diferenças vão além daquelas facilmente detectadas nos planos fonético e léxico, como, por exemplo, a pronúncia mais acelerada do PE em relação ao PB, e o uso de vocábulos distintos para se referir a um mesmo objeto: autocarro-ônibus. No plano sintático, encontram-se significativas diferenças entre o PB e o PE, que levam a postular a existência de duas gramáticas distintas, uma relativa ao PB, que teria se delineado no século XIX (TARALLO, 1993), e outra, relativa ao PE, cuja emergência remonta ao século XVIII (GALVES, NAMIUTI & PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 45-75).

Após a descrição pormenorizada da variedade culta do PB, realizada principalmente pelo projeto NURC¹, restava explicar de que maneira se deu o surgimento do PB. Criam-se, então, projetos regionais que têm como objetivo traçar a história do PB, entre eles o PHPP – Projeto Para a História do Português Paulista ou Projeto Caipira. Como não é possível obter dados gravados de épocas anteriores à da invenção do dispositivo tecnológico que cumpre essa função, resta recorrer aos testemunhos linguísticos conservados pelos documentos preservados em arquivos.

A seleção de documentos que sirvam como fonte fidedigna de pesquisas sobre a história da língua deve ser realizada de forma cautelosa e dirigida, envolvendo muitas questões. Trataremos de algumas delas a seguir.

A primeira grande dificuldade ao se levantar fontes para a pesquisa sobre a história do PB é: como garantir que determinado documento foi de fato escrito por alguém nascido no Brasil? Para além da recolha de manuscritos, é necessário então pesquisar informações sobre a naturalidade do autor do documento, a fim de comprovar seu nascimento no Brasil. E essa informação muitas vezes pode ser recolhida nos próprios arquivos: em inventários e testamentos ou em registros de casamento, por exemplo. A diferença entre um documento escrito por um autor comprovadamente nascido no Brasil e um escrito por autor português que passou um período de sua vida em terras brasileiras é que, no primeiro caso, pesquisasse o português **do** Brasil e, no segundo, o português **no** Brasil.² Do ponto de vista linguístico, ambos são de interesse, mas o testemunho que registra o português do Brasil é capaz de auxiliar com dados de maior destaque as raízes históricas do PB.

Na busca pela representação da língua em uso, isto é, o mais próximo possível de um uso espontâneo e menos cuidado, os informantes com baixo grau de letramento, que estavam pouco acostumados a pegar da pena para escrever, dão testemunhos de altíssimo valor linguístico. Uma das maneiras de se identificar um indivíduo desse tipo é pelo grau de habilidade com a escrita, que pode ser verificado ao fazer a análise

¹ Para mais informações, consultar o artigo de Silva (1996), disponível em <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/37169/39890>.

² Para mais explicações sobre tal distinção, consultar Barbosa (1999).

paleográfica do documento. Há marcas características dos sujeitos de mãos inábeis³, como o traçado autônomo de cada uma das letras, a dificuldade de manter as linhas uniformes e retas, a oscilação do traçado, entre outras. Assim, ao se levantar documentos que possam constituir *corpus* de interesse para pesquisas, o filólogo deve estar atento a detalhes como esses.

O mais frequente, contudo, é que documentos escritos por inábeis não tenham sido conservados. Assim, deve haver alguma circunstância histórica responsável por essa conservação, como é o caso, em Portugal, do Tribunal do Santo Ofício, que preservou como provas da condenação diversos documentos riquíssimos, como amuletos, rezas e bilhetes, escritos por mãos inábeis. Tais registros foram guardados nos cadernos do promotor responsável por julgar as denúncias que recebia. A partir deles, Marquilhas (2000) fez estudo extenso sobre o tema.

A ação do Tribunal do Santo Ofício na colônia não foi tão extensa e tão estruturada como o foi em Portugal, por isso não se tem notícia de provas documentais produzidas por habitantes do Brasil, aqui nascidos, de denúncias relativas à Inquisição. No entanto, a administração do governador Morgado de Mateus na capitania de São Paulo, de 1765 a 1775, permitiu a conservação de muitos documentos de valor filológico e linguístico inestimáveis. A organização da Secretaria de Estado e a diligência de sua administração, a cargo de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, garantiram a preservação de centenas de documentos, que viajaram de volta com o governador para Portugal, quando de seu retorno. Tal documentação, no entanto, foi comprada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro à Casa de Mateus em 1959, e conserva-se naquela instituição. Os documentos comprados referem-se sobretudo à administração da Capitania de São Paulo (DAMASCENO, 2000), tendo os documentos pessoais e mais íntimos ficado em Portugal.

É na Coleção Morgado de Mateus que se encontra, na gaveta I-30, 21, a correspondência de terceiros, único conjunto documental constituído de missivas que não foram escritas pelo governador nem a ele dirigidas – à exceção de três cartas, cujo destinatário é D. Luís Antônio. São 189 documentos, dos quais 81 foram selecionados e editados (MONTE, 2013), sendo 74 cartas, 2 ofícios, 1 informe, 1 Auto de Corpo de Delito e 3 mandados. Um dos objetivos da seleção e da edição era a pesquisa linguística acerca das formas de tratamento. Daí a escolha recair sobre cartas, gênero constituído pela interlocução, e que apresenta marcas de interatividade como as maneiras de se dirigir ao interlocutor – no caso, o destinatário das missivas.

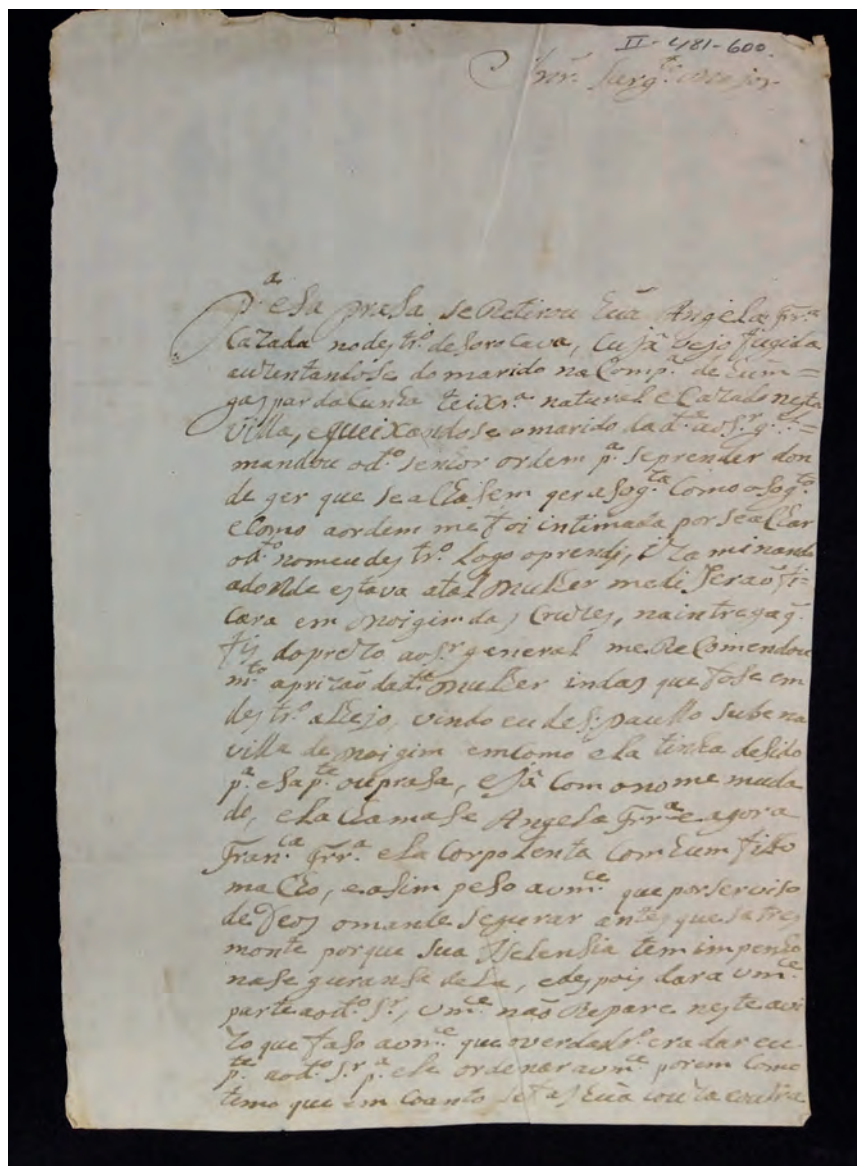
Investigar o contexto de produção dessas cartas, nomeadamente, quem eram os remetentes e destinatários, onde nasceram, que funções exerciam na administração colonial, por que escreveram e em que condições, e o que efetivamente era tema das cartas, é tarefa fundamental a ser executada *a priori*. Das correspondências estudadas em Monte (2013), verificou-se que os crimes eram tema bastante frequente, aparecendo em 47% das missivas. O sujeito poderia escrever para se defender de algum crime de que era acusado, ou para acusar alguém, ou ainda para solicitar uma investigação ou advertir um terceiro. Há muitos crimes de adultério, relatando, por exemplo, o paradeiro da mulher adúltera e do homem adúltero, que haviam fugido da vila em que moravam com seus cônjuges para viverem juntos em outra parte da capitania. Os assuntos financeiros, como a cobrança de impostos, dívidas ou soldos, aparecem em segundo lugar, com 16%; seguidos, com 12%, pelo alistamento e recenseamento militar, ações necessárias a um dos maiores feitos de Morgado de Mateus na capitania de São Paulo: a organização das companhias de ordenanças e de auxiliares da capitania. Como era frequente que a população não comparecesse aos recrutamentos, os capitães precisavam responder a seus superiores sobre a falta de alistamento completo dos homens livres das vilas.

³ O uso dessa expressão deve-se a Marquilhas (2000), onde se encontra aprofundamento sobre o tema.

Tendo em vista que o que se conservou é apenas uma parte da documentação que efetivamente circulou pela capitania de São Paulo e pelas capitanias vizinhas – a saber, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás – é de se notar que era grande a circulação de documentos no período.

Uma das cartas editadas dá conta da fuga de uma mulher casada, acompanhada de homem também casado. O marido abandonado queixa-se ao governador, que manda “ordem para se prender donde quer que se acharem quer a sogeita como o sogeito”. O remetente, capitão-mor de Jacareí, informa ao sargento-mor de outro distrito que havia conseguido prender o homem e que soube, na vila de Mogi-Mirim, que a mulher esteve por lá, mas já havia fugido e usava outro nome: “Jâ com o nome mudado, eLa chama se Angela Ferreira e agora Francisca Ferreira eLa corpoLenta com hum filho macho”. O capitão-mor solicita que o sargento-mor prenda a mulher, dando parte ao governador. Vemos um caso em que uma situação, que atualmente seria de ordem íntima e pessoal, da esfera privada, pertence, no século XVIII, à esfera pública, requerendo inclusive a interferência do governador da capitania.

O remetente dessa missiva, cujos fac-símiles podem ser observados a seguir, é o capitão-mor Lourenço Bocado de Brito, brasileiro, com família na capitania há seis gerações. Seu tetravô veio da ilha de São Miguel, nos Açores, para o Brasil em meados do século XVI. É um claro testemunho do português do Brasil, assim como o são os textos escritos por 19 dos 28 remetentes cuja naturalidade foi possível confirmar.



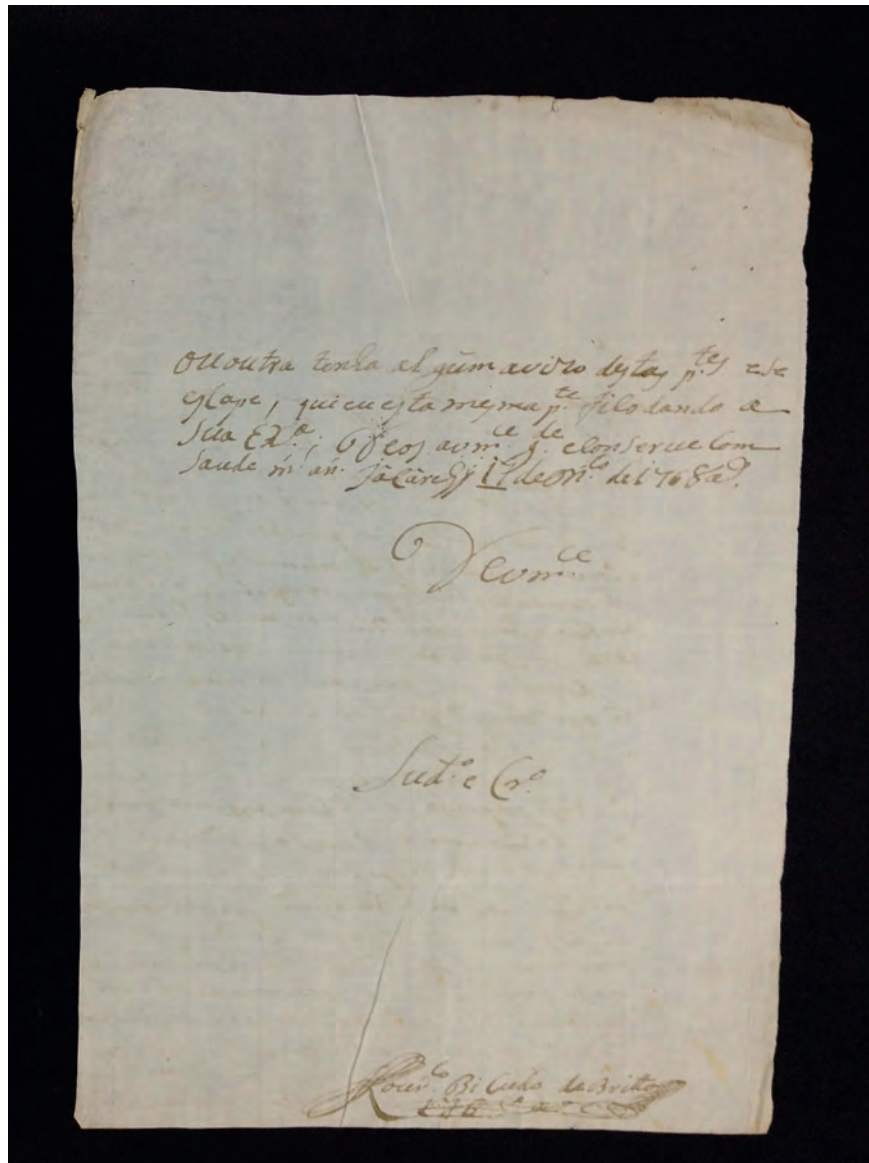
Edição⁴

Senhor Sargento Major

Para esa prasa se Retirou huã Angela Ferreira | cazada no destrito de sorocaua, cujã vejo fugida | auzentando se do marido na companhia de hum= | gaspar da cunha teixeira natural e cazado nesta | villa, e queixando se o marido da dita ao senhor general= | mandou o dito senhor ordem para se prender don | de qer que se achassem qer a sogeita como o sogeito | e como a ordem me foi intimada por se achar | o dito no meu destrito Logo o prendy, izaminando | adonde estava a tal muLher me diseraõ fi= | cara em moigim das cruces, na intrega que | fis do prezo ao senhor general me Recomendou | muito a prizaõ da dita muLher indas que fosse em | destrito aLhejo, vindo eu de sao paullo sube na | villa de moigim em como eLa tinha desido | para esa parte ou prasa, e Já com o nome muda | do, eLa chama se Angela Ferreira e agora | Francisca Ferreira eLa corpoLenta com hum filho | macho, e asim peso a vossa merce que por serviso | de Deos o mande segurar antes que ja tres | monte porque sua JseLensia tem impenho | na seguransa dela,

⁴ As imagens do corpus utilizadas neste artigo pertencem ao Acervo da Fundação Biblioteca Nacional- Brasil.

e depois dara vossa merce | parte ao dito senhor, vossa merce não Repare neste avi | zo que faso a vossa merce que o verdadeiro era dar eu | parte ao dito senhor para eLe ordenar a vossa merce porem como | temo que emcoanto se fas huã couza e outra.



(Continuação da Edição)

ou outra tenha alGũm avizo destas partes e se | escape, que eu esta mesma parte fico dando a | sua Excelencia; Deos a vossa merce guarde e conserve com | saude muitos anos Jâcârehy 17 de marco de 1768 anos.

De vossa merce | Sudito e Criado | Lourenço Bicudo de Britto | 1768 anos⁵

⁵ A edição é conservadora, ou seja, mantém os aspectos linguísticos e gráficos do documento original. A barra | indica passagem de linha.

Há apenas três cartas dirigidas ao governador na gaveta supramencionada. Uma delas traz informações interessantes a respeito de comentários feitos sobre o Morgado de Mateus. O trecho transcrito a seguir, retirado da edição da carta de um padre dirigida ao governador, revela a maneira como alguns indivíduos, provavelmente brasileiros, enxergavam a administração realizada por ele. O governador é tratado por *vossa excelência*.

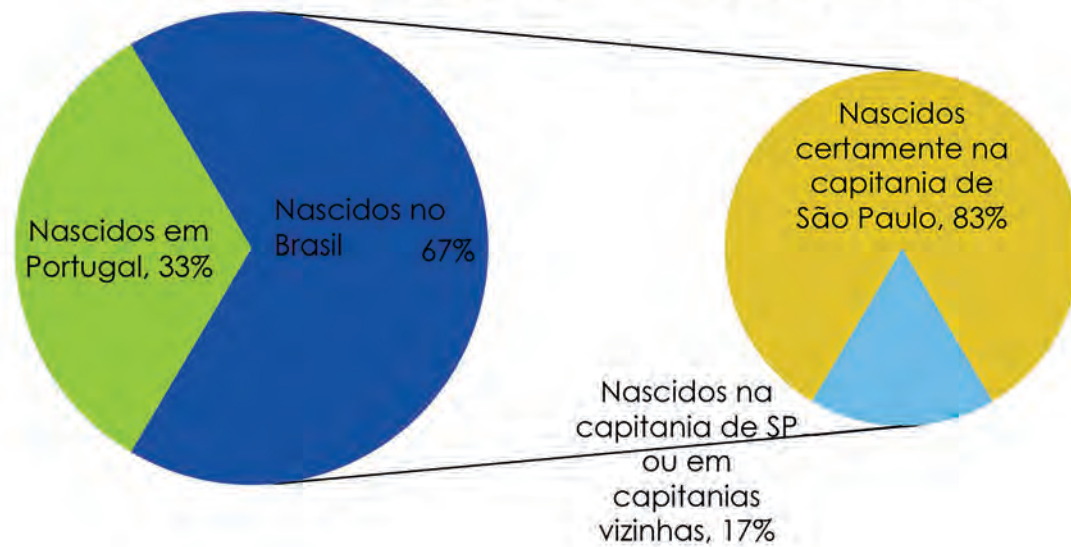
[...] o mesmo pertendia fazer a loaó chrisostomo que varias menhaz emquanto Vossa Excelencia estaua recolhido o topei em caza do dito Ministro onde lhe dava chocolates e almossoz, e a vista do mesmo chrisostomo desdenhava de Vossa Excelencia e dizia lhe homem diga là a esse patife que mande ca buscar o que precisar, veja quando quer vou hir para terra de brancos e tire ce daquele galego; [...] e o dito Ministro me dice repetidas vezes que andaua de dia em dia dando hua conta [[Conta]] a sua Magestade e que queria recolher ce a sua caza e que com semelhante homem se invergonhaua servir, que era ouvidor que era luiz, camarista e vigario que era tudo quando nenhuma jurisdisaõ troucera e que viera Vossa Excelencia como para degredo para serto satisfasam e que nunca fora militar nem cortezam da corte senaõ capitam Mor na sua terra e que era morgadinho Matheuz, [...] e continuamente estaua escreuendo a hum Dezembargador capello dando lhe conta de todos os movimentos ordeifis e bandos de Vossa Excelencia e a promptidaõ com que queria se imbolsar da sua congrua e outras couzas algumas vi eu, e tambem escrevendo a hum [Reverendo] Governador de Evora substituto ao do rio e nella muitas zombarias do governo de Vossa Excelencia mas algumas repostaz do Reverendo as viece com boa notta e letra mas se nao daua por achado do que elle criticaua de Vossa Excelencia [...] (MONTE, 2013, p. 427)

O levantamento dos remetentes das missivas era fundamental para se estudar as formas de tratamento por duas principais razões. A primeira se refere ao estudo das formas de tratamento em si: normalmente o primeiro passo para a análise é a classificação da relação epistolar em simétrica ou assimétrica. Ou seja, se remetente e destinatário ocupam a mesma posição hierárquica, trata-se de relação simétrica; se ocupam posições distintas, tem-se ou uma relação assimétrica ascendente, quando um inferior escreve a um superior, ou assimétrica descendente, quando se dá o contrário, um superior se dirige a um inferior. Para dar conta dessa classificação, era necessário investigar quem eram esses remetentes e destinatários e que papéis ocupavam na administração pública.⁶ A segunda razão para o minucioso estudo dos remetentes é a possibilidade de se comprovar, sempre quando possível, sua naturalidade. Conforme já discutido, é relevante para as pesquisas linguísticas a investigação da história do PB; e mais especificamente, no caso deste corpus, do português paulista. Assim, era fundamental ter em mãos um conjunto representativo de registros daqueles que haviam nascido na então colônia.

A rigorosa organização militar realizada pelo Morgado de Mateus foi importante dado a se considerar, já que as companhias de ordenanças e auxiliares deveriam ser compostas por oficiais naturais da terra, se possível provenientes de famílias possuidoras de cabedais. Assim, já havia uma forte indicação de que estes eram com documentos de autênticos brasileiros. A pesquisa sobre os 55 remetentes do *corpus* veio a confirmar tal tendência: dos 28 localizados, a maioria havia nascido no Brasil, conforme ilustra o gráfico a seguir:

⁶ Conforme proposta de Barbosa (1999, p. 149), todas as cartas pesquisadas foram consideradas documentos da administração pública, sendo que o conjunto é constituído tanto pelos documentos “de caráter deliberativo oficial, quanto os de requerimento pessoal junto à estrutura de poder, em que pelo menos um dos interessados esteja na condição de pessoa jurídica ou de representação oficial do Estado.”

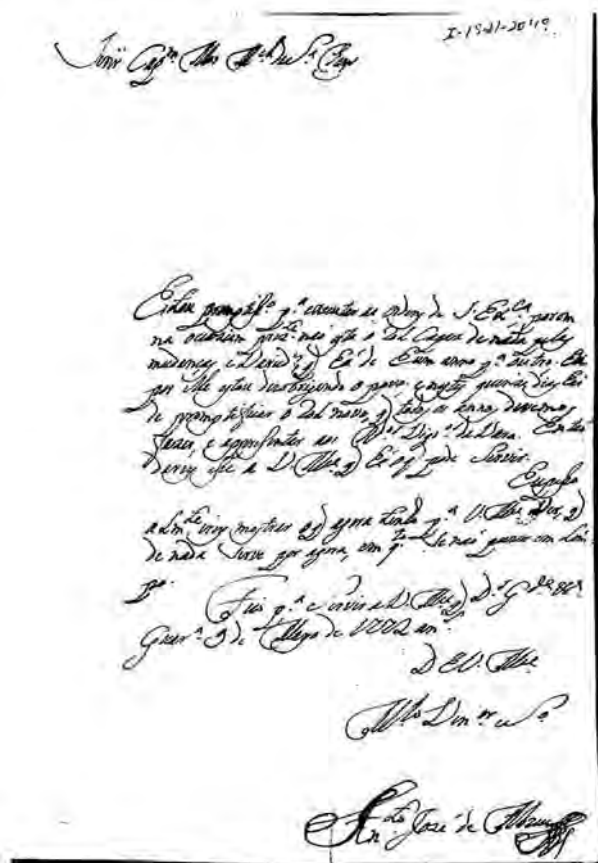
Naturalidade dos remetentes localizados



Dos 15 militares localizados, comprovou-se que quatro deles vinham de famílias que estavam no Brasil há seis gerações, ou seja, eram descendentes dos primeiros colonizadores do Brasil.

O conjunto de documentos dá testemunho, portanto, dos “figurantes mudos” da história do Brasil (SAMARA, 2005), ou seja, figuras desconhecidas da historiografia colonial. As pesquisas efetuadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo permitiram comprovar a naturalidade de alguns dos remetentes, que deixaram testamentos e inventários de bens, de onde constavam dados sobre seu nascimento. Os registros de casamento, processos de colações e de habilitação, conservados pelo Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, também forneceram informações sobre a cidade onde nasceram alguns dos remetentes. Outro instrumento de pesquisa bastante útil foi a obra *Genealogia Paulistana* (LEME, 1903), que possui a história de muitas famílias conhecidas da Capitania de São Paulo. Com base nessas pesquisas foi possível reconstituir uma parte da biografia dos remetentes das missivas.

A investigação também se utilizou de pistas que o próprio documento fornece sobre os envolvidos em dada relação epistolar. É o caso, por exemplo, do endereçamento, onde consta o nome do destinatário da carta, que vem frequentemente acompanhado de seu cargo, conforme ilustrado abaixo.



Senhor Capitão Mor Manoel da Silva Reis

Senhor Capitão Mor Manoel da Silva Reis

O conhecimento paleográfico, que envolve o reconhecimento do traçado de cada letra e das abreviaturas utilizadas na época, permite transcrever o texto da imagem em destaque: *Senhor Capitão Mor Manoel da Silva Reis*. Os caracteres em *itálico* indicam as letras que não estavam presentes no original, tendo sido abreviadas por seu autor.

Sabemos, portanto, que se trata de uma missiva enviada a um militar e, mais especificamente, a um militar que ocupava alta patente, a de capitão-mor.

No caso das imagens a seguir, o destinatário é o Senhor Luiz Ordinario Bento Pires de Moraes. Novamente, a carta deixa clara a função exercida pelo destinatário: juiz ordinário. Tais informações são bastante úteis do ponto de vista da pesquisa linguística, uma vez que possibilitam classificar de forma bastante acertada a relação entre os missivistas.

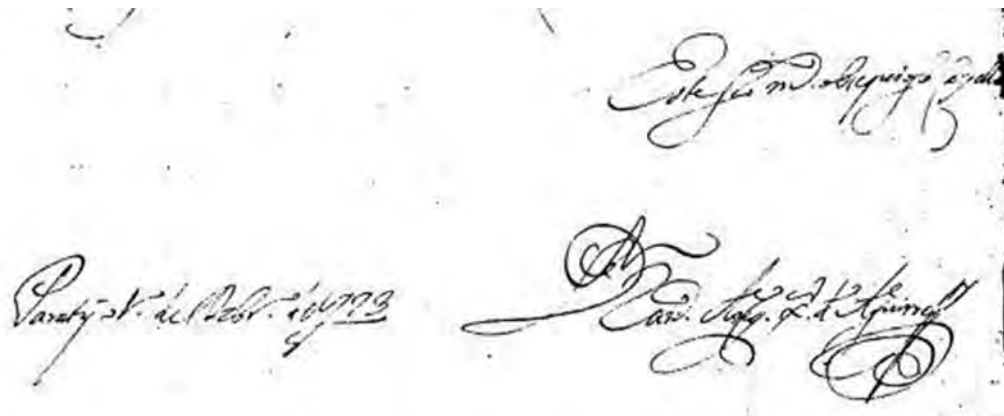
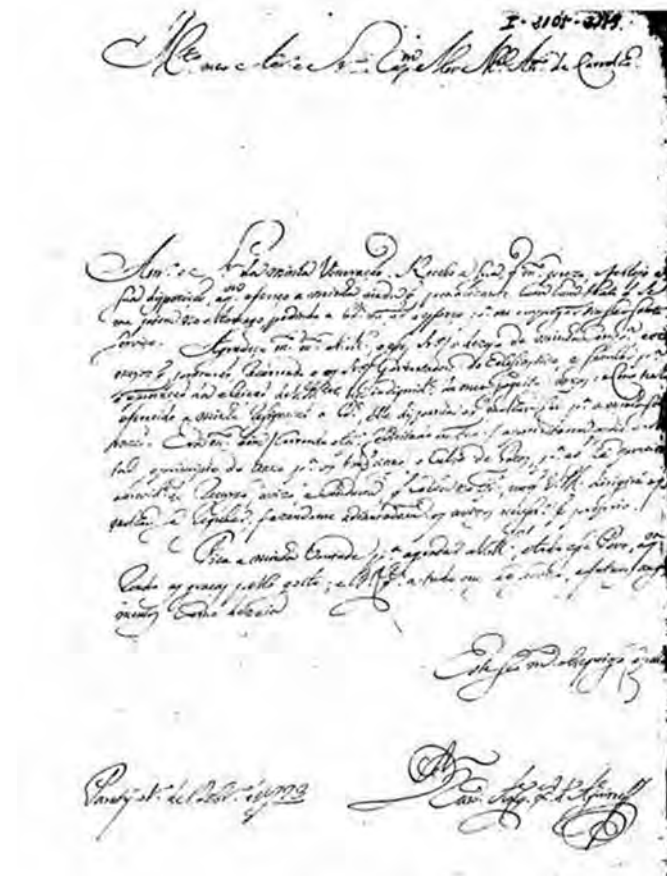
130, 21, 4 1764 II-644-818
 Sr
 Juiz Ordinario Bento Pires de Moraes

Bento repado que soudo um eu comen
 tar duetelo, e de bom Juiz que nipo Sr. Pa. Jca
 m. e poverca, se debr de lambor de poverca
 Juizo Nem mais fozta de Louzay, p. meam
 ur puzta e ando, de brando me a molesta
 que eu pado se, e comedio tempo que a d'ante
 pa amandey p. e onhom amandey p. fozta
 por edngã pades brades de Ha, einda eij
 neã si e la São Brizias, por que quard
 foy einda naõ euid de l'ezza, eveja
 foz aqui as mórta, e stella que com mo
 trã que quere pades mais que Deo.
 Com que Sr. Juiz puz avm. pella amo
 de 1764 me neã de m'p. m' d'itea d'agut te
 nã que eu tam com p. que foy de garto a
 v. m. e d'oum p'ante a l'la Ordem. M
 avm. e J. Coza de v. m. e de Mijo de
 1768
 De v. m.
 Inter ven. e l
 Pires de Moraes
 Pires de Moraes

11:3 II-644-818
 Sr
 Juiz Ordinario Bento Pires de Moraes

Senhor Juiz Ordinario Bento Pires de Moraes

Algumas vezes é possível coletar também informações sobre os remetentes, que aparecem na saudação final das cartas, como se pode observar no exemplo a seguir.



O trecho final, logo antes da assinatura, é: “Este seo muito obsequiozo Capella[õ] | Paratý a 1o de Dezembro de 1773 | [F]rancisco Ang[elo] Xavier de Aguirre”, indicando que o remetente era um eclesiástico.⁷

Na missiva a seguir, a saudação final permite afirmar que o missivista era um militar: “De vossa merce | soldado muito attento | Manoel de Almeida”. É provável, no entanto, que não ocupasse a patente de soldado, mas usasse tal patente inferior como sinal de modéstia, recurso este muito usado em documentos coevos.

⁷ Os colchetes [] indicam leitura inferida pelo editor dos documentos.

Além da identificação das funções exercidas por remetentes e destinatários na administração colonial, foi necessário amplo estudo sobre o funcionamento da administração, para tornar o mais precisa possível a classificação em relações simétricas e assimétricas.

O que se verificou, no entanto, é que, independentemente do tipo de relação — entre iguais, de superior para inferior, ou de inferior para superior — a forma de tratamento preferencial foi *vossa mercê*. Não se esperava o tratamento íntimo reservado ao pronome *tu*, nem o uso de *você*, atestado em cartas pessoais de finais do século XVIII, contudo o uso de outras formas de tratamento de reverência, como *vossa senhoria*, *vossa excelência*, entre outras, era esperado, uma vez que se trata de cartas públicas de figuras que ocupavam cargos de relativa importância na administração colonial, como capitão-mor, no caso de militares, além de juízes e altos cargos eclesiásticos.

Notou-se que a escolha das formas de tratamento estava muito mais ligada à categoria socioprofissional ocupada pelo destinatário da carta do que à relação hierárquica entre os missivistas. A partir da proposta de Marquilhas (2000) e dos estudos sobre a historiografia colonial, propôs-se o quadro abaixo:

Proposta de categorização socioprofissional
1 – Administração geral – alta esfera (rei, vice-rei, governador, desembargador);
2 – Administração local (ouvidor, provedor, juiz de fora, juiz ordinário, juiz de vintena, intendente do ouro, guarda-mor das minas);
3 – Eclesiásticos (vigário capitular, frei, padre, pároco, capelão);
4 – Militares (sargento-mor, ajudante de ordens, capitão-mor, capitão, tenente, alferes, sargento);
5 – Moradores (agricultores, mineradores...)

No primeiro nível, que corresponderia à esfera da alta administração, foram incluídos o rei e seus subordinados diretos: o vice-rei, o governador, o governador de praça e os desembargadores. No segundo nível, o da administração local, foram incluídos os cargos que atuavam no raio de alcance da capitania, estando subordinados formalmente ao governador da mesma, como o ouvidor e o provedor de capitania; o juiz de fora, cargo que, apesar de provido pelo rei, estava vinculado à esfera municipal; e o juiz de vintena, entre outros. A terceira categoria é a dos eclesiásticos, tanto os altos cargos, quanto os padres, párocos e capelães. A seguir, a categoria dos militares, e, por fim, a dos moradores, que trabalhavam principalmente na agricultura e na mineração.

A categoria mais frequente no conjunto de cartas foi a dos militares, respondendo por 62% dos envolvidos nas relações epistolares. A seguir, vem os eclesiásticos, com 15%, seguidos por ouvidores, provedores e

juízes, entre outros, pertencentes à esfera da administração local, com 11%. Os moradores⁸ representam 9% das missivas; e o rei, o vicerei, os governadores e desembargadores, que compõem a administração geral, respondem por 3% do *corpus*.

Os militares foram majoritariamente tratados por *vossa mercê*, independente de quem lhes escrevia. É curioso ressaltar que mesmo militares que ocupavam altas patentes recebiam o mesmo tratamento de seus inferiores. Há apenas um militar que foi tratado por *vossa senhoria*: Afonso Botelho de Sampaio e Souza, o chefe das expedições ao Oeste promovidas pelo Morgado de Mateus, do qual era primo. Afonso Botelho recebeu quatro cartas, tendo sido tratado em duas delas por *vossa senhoria* e nas outras duas por *vossa mercê*.

Os representantes da administração local (juízes, ouvidores etc.) e os padres também eram tratados por *vossa mercê*, ficando as formas de tratamento indicativas de maior reverência, como *vossa excelência* e *vossa senhoria*, reservadas aos representantes da alta esfera da administração geral e aos eclesiásticos que ocupavam altos cargos.

A pesquisa sobre os documentos produzidos durante o período em que D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão esteve à frente da administração da Capitania de São Paulo permitiu, como se procurou mostrar, trazer contribuições importantes à história do português brasileiro. É pela conservação de documentos como as cartas aqui pesquisadas, de valor histórico e linguístico inestimáveis, que se pode avançar na investigação da história de nossa língua. O fato de terem sido conservados durante o governo do Morgado, entre 1765-1775 e, posteriormente, na Casa de Mateus e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, possibilitou que se fizesse chegar aos dias atuais registros fundamentais para a pesquisa linguística. E é pelo constante levantamento de documentação com características semelhantes nos largos acervos dos arquivos brasileiros que filólogos poderão ajudar a compor a complexa história da formação da variedade do português que se fala hoje no Brasil.

⁸ Foram classificados simplesmente como moradores aqueles que escreveram ao poder público fazendo uma solicitação de ordem pessoal – relativa, por exemplo, a favores pessoais ou a problemas de delimitação de terrenos após a morte de um membro da família, entre outros.

Referências

Fontes manuscritas

Arquivo Público do Estado de São Paulo- Inventários não publicados 1774-1775, Inventário de Manoel Alves de Fonseca, 1775, São Paulo (Lata C 551). Acervo APESP.

_____. - Juízo dos Órfãos, Inventário de Antônio Ferreira Lustosa, 1775, São Paulo (Lata C 665). Acervo APESP.

_____. - Juízo dos Órfãos, Arrematação dos bens de Antônio Ferreira Lustosa, 1779, São Paulo (Lata C 5340). Acervo APESP.

_____. - Provedoria Geral de Resíduos, Contas de Testamento do Defunto José Rodrigues Paes – Guardador, 1804, Vila de Santana do Parnaíba (Lata C 05486). Acervo APESP.

_____. - Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões. Ordem 365, lata 7 (Sesmarias, Patentes e Provisões - 1752-1766)- livro 15. Ordem 367, lata 8- livros 17 e 18. Ordem 367, lata 9 (Sesmarias, Patentes e Provisões - 1771-1778)- livros 19 e 20.

_____. - Livros Mestres. 0.446- lata 88- livro 269 (Livro Mestre do Regimento dos Úteis- 1794/1822). 0.448 - lata 90- livro 275 (Livro Mestre do Primeiro Regimento de Infantaria Miliciana da Capital- 1811/1822).

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo- Livro de tombo da Sé (1747-1785) notação: 2-2-17

_____. - Processos de Collações de Dignidades e Conézas da Sé.

_____. - Ficha Biográfica do Clero (manuscrita)- Padre Manuel de Barros.

_____. - Registros de casamento. Livro 2 de Casamentos da Catedral da Sé. (1690-1767).

Notação: 1-3-16- Livro 3 de Casamentos da Catedral da Sé. (1768-1782). Notação: 2-2-22.

_____. - Processos de habilitação. Processo de habilitação do Padre Ignácio Rodrigues Barbosa (1747). Estante 1 – Gaveta 15 – No 166. Processo de habilitação do Padre José Cardoso de Almeida (1748). Estante 1 – Gaveta 16 – No 174. Processo de habilitação do Padre Francisco Xavier Garcia (1754). Estante 1 – Gaveta 31 – No 273.

Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro- Série Habilitação Sacerdotal.

_____. - Série Provisão de Padre.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro- Códice 01, 3, 010- Microfilme MS-562 (4)- Índice Militar Alfabético de todas leys, alvarás, cartas regias, decretos, resoluções, estatutos e editais promulgados desde o anno de 1752 até o anno de 1810; ordenado por Domingos Alvares Branco Moniz Barreto. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. 290 p.

_____ - Códice 12, 03, 017. Livro de registros militares. 1799-1802. Por Inácio Miguel Pinto Campelo. 386 p.

_____. - Códice I-14, 01, 0139. Instruções militares, que contém Os principios geraes da Tactica, observações sobre as vantagens de ambas as Armas; E algumas Evoluções, e Manobras, particulares a Infanteria, Segundo os systemas de varios Authores Adaptadas a nossa Formatura [...]. 1788. 173 p.

_____. - Gaveta I-30, 21 - Microfilme MS-553. Coleção Morgado de Mateus. Série: documentos avulsos. Correspondências de terceiros.

_____. - Microfilmes MS-553 (17), (18) e (20). Coleção Morgado de Mateus. Série: documentos avulsos. Correspondências de vários autores ao governador da capitania de São Paulo, Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

_____. - Microfilme MS-553 (11). Ideia porque forão levantadas de novo as tropas auxiliares da Capitania de São Paulo. Nota: *As imagens do corpus utilizadas neste artigo pertencem ao Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.*

Bibliografia

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma História do Português Colonial: Aspectos Lingüísticos em Cartas de Comércio*. 1999. 484 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Curso de Pósgraduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *História do Português Paulista*. Campinas: UNICAMP, 2009. (Série Estudos, v. 1)

DAMASCENO, Darci. (Coord.). *Catálogo Arquivo de Mateus*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; FAPERJ, 2000.

GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2006). Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, Annette; KEMMLER, Rolf; SCHÄFER-PRIE, Barbara (Org.). *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch: Synchron und diachrone Untersuchungen zu Tempora, Pronomina, Präpositionen und mehr*. Tübingen: Calepinus Verlag.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Companhia, 1903-1905. 9. v. Disponível em: <<http://archive.org/details/GenealogiaPaulistana>>. Acesso em: 17 set. 2015.

MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

MONTE, Vanessa Martins do. *Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)*. 2013. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-18062013-103230/>>. Acesso em: 17 set. 2015.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2005. Estudos Cedhal (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina). n. 11.

SILVA, Luiz Antônio da. Projeto NURC: Histórico. *Linha d'água*, n. 10, p. 83-90, julho, 1996. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/37169/39890>.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

GOVERNADORES DE UM NOVO TEMPO: O IMPÉRIO PORTUGUÊS, A CAPITANIA DE SÃO PAULO E A ADMINISTRAÇÃO DO MORGADO DE MATEUS

Pablo Oller Mont Serrath*

Resumo:

No ano de 1765, após 17 anos sob a administração do Rio de Janeiro, São Paulo foi restaurada enquanto capitania-geral. Esta medida visava não só as necessidades de conquista territorial, defesa das fronteiras e centralização administrativa, mas, igualmente, o estímulo e o incremento econômico da capitania; desta forma, se inseria nos quadros de uma renovada política portuguesa para suas conquistas. Na execução dos planos determinados para a capitania paulista foi indispensável a diligência dos governadores enviados para dirigi-la. O presente artigo tem por objetivo discutir os administradores coloniais portugueses da segunda metade do século XVIII, com especial destaque para o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, suas vicissitudes e particularidades.

Abstract:

In 1765, after 17 years under the administration of Rio de Janeiro, São Paulo was restored as captaincy-general. The objective of this action, inserted in the frame of a renewed Portuguese politics for their colonies, was not only territorial conquest, protection of borders and administrative centralization, but also the economic growth of the captaincy. This fact was inserted in the frame of a renewed Portuguese politics for their colonies. This article aims to discuss the Portuguese colonial governors of the second half of the eighteenth century, with special emphasis on the government of Morgado de Mateus in São Paulo, its vicissitudes and peculiarities.

* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Foi bolsista da Fapesp, da Capes, do CNPq e da Cátedra Jaime Cortesão, tendo desenvolvido pesquisas em Portugal junto à Universidade de Évora (2006) e à Universidade de Coimbra (2011). Atualmente, desenvolve estágio de pós-doutorado, com bolsa Capes, no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. É pesquisador vinculado à Cátedra Jaime Cortesão, atuando principalmente nas áreas de História Ibérica, História de São Paulo e História do Brasil Colonial.

O presente artigo tem por objetivo discutir os administradores coloniais portugueses da segunda metade do século XVIII, com especial destaque para o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, suas vicissitudes e particularidades. De saída, lancemos a seguinte questão:

“Quais qualidades deveria ter um governador ideal?”. Ser valoroso, prudente, responsável e experiente na guerra – defendeu, em 1711, o procurador da Coroa de Portugal. Ter sangue nobre era, de fato, essencial; mas apenas isso não bastava. A idade não poderia ser pouca, já que a prudência e a experiência demandam tempo. Para completar as características desse governador ideal, o procurador apontava ser indispensável que o sujeito não se envolvesse em relações comerciais, uma vez que qualquer “interesse pecuniário afetaria inevitavelmente um julgamento imparcial”. Levando em conta essas considerações, o historiador estadunidense Dauril Alden, num livro publicado em 1968 (*Royal Government in Colonial Brazil*), pondera ser impossível precisar até que ponto tais qualidades foram mais decisivas às escolhas feitas pela Coroa, se comparadas com as influências familiares na Corte. No caso do Marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil entre 1769 e 1779 – e cuja administração é justamente o principal objeto do estudo do Alden – o historiador estadunidense conclui que a maioria dos requisitos listados pelo procurador da Coroa estava presente; mas, em contraposição, “ele foi inquestionavelmente favorecido em sua ascensão profissional pelo status de sua família e pelas alianças palacianas”. (ALDEN, 1968, p. 3-4).

* * *

A 7 de março de 1761, o então rei de Portugal D. José emitia o estatuto do Colégio Real dos Nobres, instituição educacional criada naquele ano. Quem quisesse ingressar no Colégio dos Nobres deveria ter entre 7 e 13 anos, saber ler e escrever, ter foro de moço fidalgo, pagar pensão anual de 120 mil réis, ser de boa família e, ainda, passar pelo crivo do monarca, que era quem dava o aceite aos jovens estudantes (SILVA, A. D. da, p. 776 e 778). As matérias ensinadas eram das mais variadas: Línguas (as vivas e as mortas), Retórica, Poética, Lógica, História, Física, Álgebra, Astronomia e, inclusive, as artes liberais, como Cavalaria, Esgrima e Dança.¹ Das matérias ensinadas, vale destacar duas, a saber, a Matemática² e a Arte Militar. A primeira era tema, segundo o rei, “não só útil, mas indispensavelmente necessário a todos os que aspirarem a servir-me na Milícia, ou por mar, ou por terra”. A segunda incluía “as regras gerais da fortificação; os diversos métodos regulares e irregulares de fortificar as Praças; modos de fazer e defender um sítio, as fortificações dos campos, e exércitos” (SILVA, A. D. da, p. 782-783). A educação do jovem fidalgo era, também, a formação de um futuro servidor da Coroa. Se os primogênitos da primeiríssima nobreza de Portugal quase não passaram pelo Colégio dos Nobres (MONTEIRO, 2003, p. 523), homens importantes na administração régia tiveram nele seus anos iniciais de formação (SILVA, A. M. D., 2002/2006, tomo 1, p. 39-50).

Ainda com relação ao ensino,³ vale destacar a reforma empreendida na Universidade de Coimbra a partir de 1770, com a criação da Junta de Providência Literária. Até então o último estatuto daquela universidade datava de meados do século XVII. O principal objetivo das mudanças era modernizar o ensino da instituição. Para tanto, foram reformadas as cadeiras de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, com introdução de novos livros e, em algumas disciplinas, de novas metodologias; seguindo esse mesmo esforço de renovação, criaram-se as cadeiras de Matemática e de Filosofia (RODRIGUES, 1984, vol. 1, p. 209-223). A universidade não poderia ser vista, portanto, como algo desvinculado dos interesses do Estado. Ao contrário: nas palavras de um dos membros da Junta, Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho, a universidade deveria ser encarada “como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a

¹ Para estudo detalhado sobre o Colégio dos Nobres, veja-se CARVALHO, 1959. 3

² Que foi extinta em 1772. Nos primeiros anos da década de 1770, o Colégio dos Nobres passou por algumas reformas significativas. CARVALHO, 1959, p. 160-178.

³ Para uma análise crítica da bibliografia sobre o ensino na época pombalina, veja-se ANDRADE, 1984, vol. 1, p. 225241.

sabedoria do Iluminismo para todas as partes da Monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública e de promover a felicidade do Homem”⁴.

O intuito pode ser claro: “criar uma geração ilustrada de burocratas e funcionários públicos”. No entanto, certificar o sucesso da empreitada não é tão simples. Kenneth Maxwell, no livro *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*, considera que o reinado de D. José legou essa geração ilustrada aos monarcas posteriores, tendo sido a sua administração confiada a um reduzido grupo de colaboradores que se encaixariam nesse padrão, dentre eles “alguns pequenos nobres e aristocratas ilustrados como o Morgado de Mateus e o Marquês de Lavradio” (MAXWELL, 1996, p. 115-116). A comprovação efetiva deste postulado não é, todavia, tarefa das mais fáceis. Antes, devo fazer um pequeno parêntese: no princípio dos anos 2000, foi realizado um projeto, dirigido pelo historiador português Nuno Gonçalo Monteiro, intitulado *Optima Pars II - As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime*, do qual resultou uma base de dados sobre “diplomatas, governadores coloniais e magistrados que serviram a Coroa portuguesa entre os finais de Quinhentos e o primeiro quartel do século XIX” (MONTEIRO; CARDIM; e CUNHA, 2005, p. 11-12). Se tomarmos o vastíssimo banco de dados *Optima Pars* notaremos que no campo relativo à “formação acadêmica” dos diplomatas, governadores coloniais e magistrados, dos 3.842 nomes totais, há apenas informações sobre 89 deles. Para o século XVIII, o número de indivíduos cai para 758, com referência à formação de 32. Destes 32, apenas um deles consta ter estudado no Colégio dos Nobres: D. Rodrigo de Souza Coutinho, importante secretário de Estado de Portugal em fins do século XVIII e princípios do XIX. Com relação à Universidade de Coimbra, aparecem 25 nomes de sujeitos que nela estudaram, sendo impossível discernir todos aqueles que se formaram antes ou depois das chamadas reformas pombalinas – termo que faz referência ao famoso ministro português, Sebastião José de Carvalho e Mello, mais conhecido como Marquês de Pombal. É claro que, aqui, a dificuldade também diz respeito ao levantamento dos dados, que, às vezes, pode deixar brechas. Tenho notícia de ao menos um caso de governador colonial da segunda metade do século XVIII que estudou no Colégio dos Nobres e se formou na Universidade de Coimbra no período pós-reforma da universidade; mas embora o seu nome apareça no *Optima Pars*, o texto não dá informações sobre ele. Quem era esse governador? Bernardo José de Lorena, que governou a capitania de São Paulo entre 1788 e 1797.

De qualquer forma, ao estatuto de nobreza, indispensável aos governadores coloniais, não estavam vinculados apenas a origem da família, os contatos na Corte ou o destaque de determinada Casa no serviço régio. A educação recebida e o conjunto de saberes indispensáveis à boa administração dos governos das conquistas eram primordiais. Mais ainda a partir da segunda metade do século XVIII – no tempo da Ilustração, da qual Portugal não esteve alijado. As reformas no campo dos estudos promovidas no reinado de D. José indicam uma tendência a “produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal” (MAXWELL, 1996, p. 110). É certo que afirmar terminantemente essa intenção e, mais ainda, sua efetivação, significaria trabalhar com dados empíricos mais contundentes – que por ora, como vimos, ainda se estão por levantar. Não obstante, esta é uma hipótese bastante válida. No caso dos governadores coloniais – nomeadamente, a partir da segunda metade do século XVIII –, eles seriam *administradores profissionais* – e a palavra profissionais, aqui, deve ser entendida a partir da raiz latina da palavra, *professio*, declarar, manifestar. O termo administradores profissionais não deve ser entendido, então, no sentido de uma formação específica, de tipo acadêmica, desses oficiais da Coroa, como se houvesse uma escola ou uma universidade de governadores. A ideia, ao contrário, é dar relevo ao fato de que a escolha desses sujeitos estava condicionada, cada vez mais, a uma *manifesta* gama de atributos indispensáveis à seleção, que levava em conta a formação, a experiência militar, o grau de nobreza, e, também, a trajetória já percorrida no governo das diferentes partes do Império Português; considerando, neste último ponto, a hierarquia na administração das conquistas, segundo a qual a pessoa, inicialmente,

⁴ “Relação geral do estado da universidade”. 1777. Coimbra: reprodução em fac-símile, 1983, p. 232. *Apud*: MAXWELL, 1996, p. 114.

era enviada a um local de menor destaque até que, dependendo da atuação, progressivamente, chegasse a um posto de maior relevo, ou até mesmo fosse indicada a um cargo em algum conselho do reino.

Em 1748, considerando a dificuldade do governador do Rio de Janeiro de administrar Goiás e Cuiabá, o rei D. João V criou dois novos governos para aquelas capitanias. Pela mesma provisão, o governo da capitania paulista era destituído, ficando esta subordinada ao Rio de Janeiro e, no campo militar, administrada pelo governador de Santos.⁵ Dezesete anos depois a autonomia administrativa de São Paulo era restaurada. Foi nesse momento que Portugal enviou à capitania um governador e capitão-general que tinha como objetivo administrá-la e, também, reformar as tropas paulistas para defender as regiões do sul do Brasil contra ataques espanhóis. Tal disputa de fronteiras se arrastava desde, pelo menos, os fins do século XVII.

D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, foi o primeiro governador da Capitania de São Paulo depois da restauração de sua autonomia administrativa, em 1765. Conforme o livro seminal da Profa. Heloísa Bellotto (*Autoridade e conflito no Brasil colonial*) não há muitas informações sobre os estudos do Morgado de Mateus durante sua infância e adolescência. De qualquer forma, sua formação teria obedecido “a uma forte influência militar, com orientação do próprio avô” (BELLOTTO, 1979, p. 56). Ora, foi exatamente a experiência militar do Morgado de Mateus que influenciou decisivamente na escolha feita pelo rei. Em 1762, no contexto da Guerra dos Sete Anos, a atuação de D. Luís Antonio de Souza foi bastante destacada na defesa contra a invasão dos espanhóis no nordeste de Portugal (BELLOTTO, 1979, p. 59-60). Os dois pontos que pesaram bastante na nomeação de D. Luís Antonio de Souza para o governo de São Paulo foram a sua origem fidalga e a sua carreira militar. Nas palavras da Profa. Bellotto: “Pertencer, de preferência, à fidalguia, ser um militar experiente, com prestígio na Corte e alto grau de fidelidade ao Rei e à Pátria, eram as características que se esperavam de um administrador colonial. Por tudo isso, foi colocado à frente dos destinos de São Paulo restaurada, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus” (BELLOTTO, 1979, p. 51).

Confesso que eu não saberia afirmar com a mesma certeza da qual se serviu Kenneth Maxwell se o Morgado de Mateus era ou não um ilustrado. Certamente ele era, e ainda é, um governador ilustre; quanto a ser um ilustrado, já não estou tão certo. O problema é que eu não saberia sequer estabelecer os critérios a serem utilizados para avaliar se um sujeito era ou não um ilustrado. A dificuldade começa no próprio conceito de Ilustração, ou, se quisermos, de Iluminismo, que é polissêmico. Tanto quanto o foi no século XVIII. É inadequado, portanto, pensar em uma única e coerente família de ilustrados, posto que não havia concordância em todos os pontos defendidos por este ou por aquele pensador da Ilustração (PEREIRA, 1982-1983, p. 439-500; COSTA, 1990, p. 31-45). No caso da colonização, se, por um lado, as ideias e os discursos do período serviram a propósitos separatistas, por outro, com o advento – que data do século XVIII – do termo “colônia”, tal como o entendemos hoje, a necessidade de fortalecer o laço de sujeição entre as áreas periféricas e as metrópoles ficava mais evidente. Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, bebeu quase inteiramente de autores como o barão de Montesquieu, e citou verbete da famosa Enciclopédia de Diderot e de D’Alembert ao elaborar, nos anos 1770, demonstração pela qual evidenciava a “essencial certeza” de que as colônias ultramarinas eram “sempre estabelecidas com o preciso objetivo da utilidade da Metrópole [...] a que são pertencentes”.⁶ Com relação ao Império Português e ao Brasil, esse era o tempo do “novo padrão de colonização”, modelo segundo o qual as colônias, cada vez mais, constituir-se-iam enquanto consumidoras dos produtos manufaturados da metrópole, ou por ela

⁵ Cf. ‘Provisão Regia [cópia] Abolindo o Governo Separado de São Paulo, 1748’. 24 de agosto de 1748. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, vol. 11, 1896, p. 39-41.

⁶ Cf. MARQUÊS DE POMBAL. ‘Demonstração da impossibilidade moral que obsta aos Navios Estrangeiros de todas as Nações (ainda que sejam amigas e aliadas) para serem recebidos nos portos dos domínios ultramarinos de Portugal [...]’. 1772. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Reservados, Coleção Pombalina, códice 637, fls. 52-58, e códice 638, fls. 220-227v.

distribuídos, e produtoras, em contrapartida, de matérias-primas, víveres e gêneros a serem reexportados (ARRUDA, 2000, p. 66-78).

Seguindo esse quadro mais geral, se o novo governador de São Paulo deveria dar grande atenção à premente questão militar, também tinha entre suas obrigações a de introduzir uma série de reformas na capitania, das quais vale destacar o estímulo à produção agrícola e ao comércio. Sempre obedecendo a esse “novo padrão de colonização”. Ou, à “política de todas as nações”, nas palavras de Sebastião José de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras, numa carta escrita em 1766 ao Morgado de Mateus. Qual era a política de todas as nações? Cito o Conde de Oeiras: “receber das colônias ultramarinas os frutos e materiais cruz, assim como as Terras os produzem para serem lavrados e dirigidos na Europa, e se remeterem depois delas as manufaturas, por cujo princípio se deve Vossa Senhoria [Morgado de Mateus] aplicar a promover com grande força a lavoura do algodão para ser aqui transportado em rama”⁷.

Ora, se o Morgado de Mateus, por acaso, não foi um ilustrado, certamente foi um governador empenhado em agir com acerto e em obter sucesso nos objetivos que a Coroa portuguesa o incumbiu de alcançar. Retomando aqui palavras do Dauril Alden, o Morgado de Mateus “foi o mais enérgico, possivelmente o mais hábil, e certamente o mais contencioso” governador do Brasil naquele período (ALDEN, 1968, p. 459).

* * *

No dia 27 de março de 1765, o navio *Estrela do Mar* saiu do porto de Lisboa em direção ao Rio de Janeiro. A bordo dele estava o recém-nomeado governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão. Os oitenta e seis dias de viagem foram calmos, sem tormentas nem doenças, tendo como único inconveniente os vinte e dois dias de calmaria na passagem pelas ilhas de Cabo Verde, que fizeram tardar a chegada na América. Mesmo assim, desacostumado ao cheiro e ao balanço do mar, o Morgado de Mateus penou com “extraordinário enjoo” durante os primeiros trinta dias.⁸ Logo que desembarcassem, os governadores de São Paulo deveriam se encontrar com o vice-rei, a fim de apresentar as instruções recebidas – das quais este já teria, de antemão, ciência – para que, assim, pudessem dar início às suas “conferências” sobre o novo governo da capitania.⁹ Isto feito, seguiriam o caminho do sertão e dariam entrada na cidade de São Paulo, onde tomariam posse, “na forma do costume praticado” na capitania.¹⁰

Na ida para o exercício do serviço régio, largavam suas famílias e suas casas, cuja administração, muitas vezes, ficava por conta das esposas, que deviam se contentar em sanar possíveis dúvidas por meio de cartas, e padecerem sozinhas com as demandas que se lhes impunham, algumas delas de tirar “cem anos de vida”, tamanha a complicação, conforme declarou numa carta ao Morgado de Mateus a sua esposa, D. Leonor¹¹.

⁷ Cf. Carta do Conde de Oeiras ao Morgado de Mateus. 21 de julho de 1766. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Avisos-Cartas Régias (1765-1777)- C00420, livro 169, fl. 126.

⁸ Cf. ‘Ofício do D. Luís Antônio de Sousa ao Conde de Oeiras [...]’. 21 de junho de 1765. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Administração Central, Conselho Ultramarino, Brasil/Geral, cx. 19, doc. 1687.

⁹ Cf. ‘Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o Marquês de Pombal dando parte de sua chegada no Rio de Janeiro’. 24 de abril de 1775; e ‘Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para Martinho de Mello e Castro dando parte de sua chegada no Rio de Janeiro’. 24 de abril de 1775. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Reservados, Manuscritos- Avulsos, código 4530, fls. 22, 24 e 25.

¹⁰ ‘Carta [de Bernardo Jozé de Lorena] Ao Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello e Castro [...]’. 8 de julho de 1788. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, vol. 45, p. 8. São Paulo: 1924.

¹¹ ‘Carta recebida por D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, enviada por sua mulher, D. Leonor Ana Luísa José de Portugal’. 24 de janeiro de 1766. ARQUIVO DA CASA DE MATEUS, Sistema de Informação Casa de Mateus (SICM), Subsecção (SSC) 06.01, Série (SR), Correspondência; cópia fotográfica deste documento foi publicada no Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p. 132.

Ora, seria difícil encontrar alguém que, por si, desejasse sair de Portugal, entrar numa embarcação, enfrentar os perigos do mar e ir governar um local qualquer, distante de sua terra e família. Os integrantes do topo mais alto da pirâmide social portuguesa não se arriscavam, que os tempos eram outros: preferiam ocupar os postos das tropas de primeira linha ou os ofícios da Casa Real (MONTEIRO, 2003, p. 524-530). Os governadores coloniais, ainda que fidalgos, não eram, dentre os grandes, os maiores. A melhor forma de ser agraciado com mercês era servir ao rei na imensidão do império, o que lhes valia mais destaque do que se o fizessem no reino. Apenas a necessidade de garantir privilégios à sua Casa valia a empreitada (MONTEIRO, 2005, p. 109). O pagamento pelos serviços prestados à Coroa, em geral, não era necessariamente em benefícios amealhados localmente, mas principalmente em privilégios concedidos pelo rei, para si e para os seus descendentes. Nesse período, a moeda corrente parece ser essa; sem, é claro, excluírem-se possíveis vantagens conquistadas no âmbito dos governos locais.

Quanto mais serviços um sujeito prestasse à monarquia, maiores eram suas chances de receber mercês. E este foi o caso, também, do Morgado de Mateus. Em 1767, o governador de São Paulo certificava ao Conde de Oeiras a sua disposição de continuar na administração da capitania o tempo que fosse necessário, a despeito dos pedidos de sua esposa, D. Leonor. Esta tinha pedido ao rei que ele, tão logo cumprisse três anos de governo, fosse enviado de volta ao reino. Dizia o Morgado de Mateus: “minha mulher obrigada do seu afeto, como mulher faz o que deve; porém eu como fiel vassalo de Sua Majestade devo assegurar a Vossa Excelência que o referido [pedido para retornar ao reino] não é por insinuação minha”. Completando a carta, afirmava que seus filhos viviam bem e que a sua casa ia se governando a contento, apesar da sua ausência.¹² Dauril Alden, comentando essa carta, jocosamente considera que se poderia inferir que o Morgado de Mateus estava feliz por se ver livre de uma esposa dominadora; mas, de fato, o mais provável mesmo – conforme o próprio Alden – é que D. Luís Antonio de Souza desejasse permanecer em São Paulo o tempo que fosse necessário para deixar a sua marca na capitania, e, desse modo, garantir ascensão a postos mais altos (ALDEN, 1968, p. 460, nota 55).

* * *

Governador preparado para servir ao rei. Governador escolhido pelo rei. Viagem feita. Vencidos os perigos dos mares, restavam os embaraços próprios do exercício do governo em terras tão distantes. Tal qual ocorria com as outras nações do período, a administração do reino de Portugal e de suas conquistas era estruturalmente dependente das infindáveis cartas, ordens e instruções trocadas entre a Coroa e seus funcionários. As consideráveis dificuldades do transporte dessas correspondências devem ser levadas em conta, se quisermos vislumbrar o tipo de centralização possível, e as barreiras que a monarquia teria que transpassar se desejasse aplicar seus desígnios às diversas localidades de suas vastas e longínquas conquistas. O dirigismo metropolitano confluía, pois, com uma sempre relativa autonomia decisória de seus funcionários. No que diz respeito aos governadores – ainda que houvesse alguma possibilidade de criação em suas administrações, e mesmo ponderando que muitas vezes eles agiam primeiro, para depois darem notícias ao rei e a seus secretários de Estado –, esses funcionários da Coroa tiveram sempre que justificar suas ações. Alguns, como o próprio Morgado de Mateus, se dedicaram a fazê-lo até os últimos anos de suas vidas (BELLOTTO, 1979, p. 331-348).

No plano das mensagens trocadas entre a Coroa e os governadores, e dos problemas causados por decisões, algumas vezes, tomadas à revelia das determinações régias, caso lapidar foi a insistência do Morgado de Mateus em utilizar a chamada “diversão pelo oeste” como estratégia no conflito contra os espanhóis. O que seria essa tal “diversão pelo oeste”? Diversão, aqui, está ligada àquilo que hoje em dia nós chamamos

¹² Carta do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras. 3 de julho de 1767. ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1896. São Paulo. Vol. 23, p. 185-186.

de diversionismo. Diversão é uma estratégia militar que consiste em, por variados modos, fazer com que o inimigo divida as suas forças.

Com relação aos castelhanos, a estratégia de D. Luís Antonio de Souza era fazer com que eles dividissem sua força militar em duas frentes de batalha, distantes uma da outra. Ainda nos primeiros anos de seu governo, o Morgado de Mateus mandou, com aprovação régia, inúmeras expedições para investigar os sertões do extremo oeste da Capitania de São Paulo. Às margens do rio Iguatemi, próximo à serra do Maracaju, fez instalar o presídio de Nossa Senhora dos Prazeres (localizado no que é hoje o extremo sul do Mato Grosso do Sul, quase fronteira com o Paraguai). Na explicação para o uso da manobra, o Morgado de Mateus sustentou que, ao terem conhecimento das forças portuguesas naquela região, e do perigo para seus domínios, os espanhóis enviariam tropas para se defenderem. O foco da guerra se deslocaria do sul para aquela região, com a vantagem de os portugueses, já preparados, dirigirem antecipadamente suas ofensivas. Previu, inclusive, a proteção das capitanias do Mato Grosso e de Cuiabá, e uma possível invasão do Paraguai, província de suma importância à Espanha. A tática, de modo geral, foi bem aceita pelas autoridades do reino, desde que os auxílios ao Rio Grande de São Pedro (hoje Rio Grande do Sul) não cessassem (BELLOTTO, 1979, p. 117-169).

Se, em 1771, o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro comunicou a aprovação e o louvor do rei pelas ações do governador, especialmente a construção da fortaleza e da povoação na margem setentrional do rio Iguatemi,¹³ em novembro do ano seguinte o discurso era bem diferente. Melo e Castro, em primeiro lugar, expressou estranhamento por não receber notícias do governador desde 1º de outubro do outro ano, num “inesperado silêncio” do capitão-general. Em seguida, com relação ao Iguatemi e ao presídio lá estabelecido, afirmou que, antes de se darem os “passos” para o envio de grande número de homens àquelas paragens, era necessário fazer-se, “ocularmente”, verificação da importância do lugar. Esse tipo de informação não poderia ser colhido com o povo, mas com espiões e pessoas “que tenham certeza do que se passa”, acrescentando-se a isso prudência, reflexão e cálculo, tudo para se ter, conforme afirmava, um “claro conhecimento das coisas tais quais elas são, e não como cada um as representa”. Feitas essas considerações, o ministro relatou que o rei soubera, “com positiva certeza”, ser “impraticável” um ataque com grandes forças dos castelhanos àquela região; e que, mesmo se o fizessem, ter-se-ia tempo suficiente para prevenir a ação. A razão, “clara como a luz”, demonstrava que o presídio de São Miguel, fortaleza castelhana “distante dez léguas da Serra do Maracaju”, não estava tão bem preparado como se dizia. Esse fato não fora advertido pelos “exploradores” do Iguatemi, e como no reino só se tinham as notícias do Morgado de Mateus, “se deram as providências que constam dos ofícios” remetidos ao governador. Finalmente, sendo “grande imprudência mandar precipitadamente, e com grande despesa, forças consideráveis àquele sítio, para o defender de um inimigo que não existe”, ordenou que D. Luís Antonio de Souza centrasse seus esforços em socorrer o sul do Brasil, com tropas municadas e bem preparadas para a sua defesa.¹⁴

Quase um ano e meio depois, o mesmo Martinho de Melo e Castro informou ter apresentado as relações que o Morgado de Mateus enviara como resposta às suas duas últimas cartas. Não se deteria em relatar o “juízo que aqui se fez sobre os extensíssimos, dispendiosos e impraticáveis serviços de que tratam as ditas relações”, participando apenas as “positivas ordens” do rei. Enfatizou, então, que “Sua Majestade” reprovava a “diversão” do sertão de Iguatemi como meio para defender o Viamão e o Rio Grande de São Pedro. Sendo assim, ordenara que o governador não promovesse, nem dispusesse, nem intentasse outro

¹³ Cf. ‘Carta de Martinho de Melo e Castro ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza [...]’. 1º de outubro de 1771. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) - C00420, livro 170. Há cópia desta carta no ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Administração Central, Conselho Ultramarino, Ordens e Avisos para São Paulo, códice 424, fls. 1-6.

¹⁴ Cf. ‘Carta de Martinho de Melo e Castro, ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza [...]’. 20 de novembro de 1772. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) - C00420, livro 170.

serviço na capitania de São Paulo a não ser dois: garantir o domínio e a posse do que já fora conquistado no Iguatemi, e enviar ajudas para o sul da América. Para que não houvesse mais dúvidas, ficando o governador “nesta inteligência”, concluía destacando três pontos:

Em primeiro lugar: Que Sua Majestade estima muito mais a perda de uma só légua de terreno na Parte Meridional da América Portuguesa que cinquenta léguas de Sertão descobertas no interior dela. Em segundo lugar: Que ainda que os ditos descobrimentos do Sertão fossem de um inestimável valor a todo o tempo se podiam, e podem, prosseguir; E que a Parte Meridional da América Portuguesa uma vez perdida nunca mais se poderá recuperar. E terceiro e último lugar: Que, nesta certeza, não deve Vossa Senhoria sem expressas ordens de Sua Majestade divertir por agora os rendimentos e faculdades dessa Capitania, nem empregar os seus habitantes em outro algum serviço que não seja por uma parte o da conservação do Iguatemi [...] E por outra parte no da defesa, preservação e segurança de Viamão e Rio Grande de São Pedro [...].¹⁵

Para encurtar a história: de nada adiantaram as determinações do rei e de seu secretário de Estado. D. Luís Antonio de Souza estava mesmo convencido, quase obsessivamente, de que aquela estratégia militar era a melhor opção. Não se tratava apenas da pouca possibilidade de um considerável ataque espanhol. O Iguatemi era longe, difícil de abastecer e de manter, passível de ataques de indígenas. Em razão dessa obstinação do Morgado de Mateus, assinalou-se na Corte, segundo a Profa. Heloísa Bellotto, “o início de sua queda” (BELLOTTO, 1979, p. 129). A queda do presídio no Iguatemi, tomado pelos espanhóis, deu-se em 1777, no governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha.

Bons ou maus, flexíveis ou teimosos, o fato é que os governadores coloniais foram figuras indispensáveis à manutenção das políticas metropolitanas para as conquistas ultramarinas. Na época em questão, a renovada estratégia por parte da Coroa de Portugal, especialmente no que diz respeito à região centro-sul do Brasil, permite refletir sobre as dificuldades de um império vasto e espalhado por espaços descontínuos, que tinha nesses indivíduos importantes aliados. Avaliar as distâncias reais entre objetivos e práticas é considerar que os governadores, enquanto agentes do poder régio, tinham que lidar com as especificidades da terra a ser administrada ao adequar a ela as ordens que se lhes enviavam. Além disso, essas instruções que vinham da Metrópole passavam pelo entendimento, ou pelo não entendimento, desses representantes da Coroa, os quais, embora muitas vezes trouxessem na sua bagagem experiências de governos anteriores, aprendiam sempre e de novo com cada realidade. Não bastasse isso, por maiores que fossem os esforços para tal, a ingerência do rei e de seus secretários de Estado não tinha como ser ilimitada. Entre o trono régio e a cadeira do governador havia nada menos do que a imensidão oceânica.

¹⁵ ‘Carta de Martinho de Mello e Castro, ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza [...]’. 21 de abril de 1774; e ‘Carta de Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza [...]’. 21 de abril de 1774. ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) - C00420, livro 170.

Referências

Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Administração Central, Conselho Ultramarino, Brasil/Geral, cx. 19, doc. 1687.

_____, Administração Central, Conselho Ultramarino, Ordens e Avisos para São Paulo, códice 424.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Avisos-Cartas Régias (1765-1777)- C00420, livros 169 e 170.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Reservados, Coleção Pombalina, códices 637 e 638.

_____, Reservados, Manuscritos- Avulsos, códice 4530.

Impressas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, *Documentos Interessantes para a História e Costumes de*

São Paulo. Vol. 11. São Paulo, 1896.

_____, *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Vol. 23. São Paulo, 1896.

_____, *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Vol. 45. São Paulo, 1924.

FUNDAÇÃO DA CASA DE MATEUS. *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*. Vila Real, 2005.

SILVA, Antonio Delgado da. "Carta do rei D. José em que restabelece em sua corte e cidade de Lisboa um colégio sob o nome de Colégio Real dos Nobres, com seus respectivos estatutos". 7 de março de 1761. *Colecção da Legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações [...]*.19v. Lisboa: Tip. Maignrense, Correia da Cunha, 1830-1849, (1750-1762).

Bibliografia

ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil - with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769 - 1779*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968.

ANDRADE, António Alberto Banha de. O Marquês de Pombal e o Ensino no Brasil (Revisão crítica do tema). In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Org.). *Pombal Revisitado*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. v. 1.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, jun./ago. 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Optima Pars. Elites Ibero Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

CARVALHO, Rómulo de. *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlântida, 1959.

COSTA, Emília Viotti da. A Invenção do Iluminismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella; EDUSP; Brasília: CNPq, 1990.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (1ª edição inglesa, 1995).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. 2ª edição revista (1ª edição, 1996).

_____. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FERLINI, Vera Lucia Amaral (Org.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 93-115.

PEREIRA, Miguel Baptista. Iluminismo e secularização. *Revista de História das Ideias: O Marquês de Pombal e o seu tempo*. 2 tomos. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. 4, tomo 2, 1982-1983.

RODRIGUES, Manuel Augusto. Alguns Aspectos da reforma pombalina da Universidade de Coimbra – 1772. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Org.). *Pombal Revisitado*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa,

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Org.). *Pombal Revisitado*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. 2 tomos. Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002/ 2006.

OBRAS RARAS, DO RESTAURO À DIFUSÃO: O TRABALHO DO CENTRO DE PRESERVAÇÃO NA MOSTRA EM NOME D'EL REY

Norma Cianflone Cassares*

Resumo

Este trabalho descreve os tratamentos desenvolvidos num projeto de conservação e restauro de sete obras do acervo permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo, selecionadas para fazerem parte de uma exposição temporária. A exposição foi parte de um evento organizado pela instituição, e focado no Brasil Colônia. O projeto de recuperação das obras foi desenvolvido pela equipe de profissionais que compõe o laboratório de conservação e restauro do Centro de Preservação do APESP.

Palavras-chave: Conservação. Restauração. Capacitação. Procedimentos éticos. Digitalização e acondicionamento.

Abstract

This paper describes the treatment developed in a conservation/ restoration project of seven books from the Arquivo Publico do Estado de São Paulo' collection. These books were selected to be displayed on a temporary exhibition organized by the institution. The event was focused on the colonial period. The project of restoration, digitization and storage of these works was developed by the team of professionals from the laboratory of conservation and restoration of the Preservation Center.

Keywords: Conservation. Restoration. Training. Ethical procedures. Digitization and packaging.

*Norma Cianflone Cassares possui graduação em Letras pelo Centro Universitário Assunção(2002), especialização em Internship Paper Conservation Office pela Library of Congress - Washington D.C. - EUA(1996) e curso-tecnico-profissionalizante em Tecnico de Quimica Industrial pela Ateneu Mogiano Escola tecnica de Quimica Industrial(1966). Tem experiência na área de Química, com ênfase em Restauro de acervos bibliograficos.

Introdução

O Centro de Preservação do Arquivo Público do Estado de São Paulo é constituído por três Núcleos assim designados: Núcleo de Conservação e Restauro, Núcleo de Microfilmagem e Núcleo de Acondicionamento/Encadernação. Cada Núcleo conta com uma equipe de profissionais capacitados para a função a que se destina. Neste projeto, os três Núcleos tiveram participação ativa nas intervenções e nas tomadas de decisão necessárias em cada etapa.

O laboratório de conservação e restauro do Núcleo de Conservação tem como finalidade a capacitação de uma equipe direcionada à preservação do acervo permanente distribuído nos andares de reserva técnica, além de dar assistência sobre conservação aos responsáveis pela guarda dos demais acervos armazenados em suas áreas de guarda. Os trabalhos ali desenvolvidos vão desde os procedimentos de Conservação, tais como higienização e pequenos reparos de documentos, até intervenções de restauro envolvendo tratamentos químicos.

O Núcleo de Microfilmagem é parceiro da Conservação no que diz respeito à preservação da imagem e da informação dos acervos tratados, e que requeiram disponibilização em formato digital. Com a digitalização, a pesquisa à distância se torna possível, o que por sua vez contribui para a preservação dos documentos ao eliminar a necessidade do acesso físico à obra.

O Núcleo de Acondicionamento e Encadernação é o outro parceiro indispensável no planejamento e execução dos mais adequados formatos de acondicionamento para a guarda dos acervos tratados, além das atividades de encadernação, quando estas se fazem necessárias.

A preservação dos acervos documentais já recolhidos, e que hoje se encontram sob a responsabilidade do APESP, é uma preocupação constante da instituição.

Em 2015, o APESP organizou uma exposição ao público denominada *Em nome d'El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)*. O objetivo era divulgar as preciosidades do seu acervo permanente, em atenção ao compromisso de disseminação de conhecimento para o público em geral. O evento apresentou palestras de importantes profissionais de reconhecida notoriedade na área de Arquivo, tanto no Brasil quanto no exterior, além da montagem de uma exposição com obras do acervo permanente relativas ao período colonial.

Este artigo apresenta o trabalho realizado pela equipe de profissionais em atividade no Centro de Preservação do APESP nas obras selecionadas para serem expostas como parte do evento citado acima.

Após a seleção das obras mais para a exposição, elas foram encaminhadas aos Núcleos de Preservação para serem avaliadas quanto ao seu estado de conservação e definição dos tratamentos mais adequados para sua estabilização física e química, de forma a permitir uma exposição segura.

Desenvolvimento

O alvo deste projeto foi a recuperação das obras raras do Centro de Acervo Permanente, escolhidas para a exposição *Em nome d'EL Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)*. Este evento, além de permitir o acesso ao público a obras tão importantes do acervo permanente do APESP, criou uma oportunidade sem igual para a capacitação da equipe do laboratório em tratamentos mais avançados de conservação e restauro. E também abriu espaço para a integração entre os profissionais dos demais Núcleos que compõem o Centro de Preservação.

1. Da coleção

Produzidas no período de 1602 a 1728, as obras a serem tratadas foram selecionadas pelo Centro de Acervo Permanente. Uma parte desse conjunto já tinha sido submetida a intervenções de restauro. As demais se apresentavam nas suas características originais.

Algumas informações registradas nas obras selecionadas estavam impressas; outras, manuscritas. O registro das informações nas obras manuscritas foi feito em tinta ferrogálica, também chamada de metaloácida. Os registros de outros documentos foram feitos em impressão tipográfica com tipos móveis.

Quanto às encadernações, algumas obras sobreviveram ao longo do tempo com as suas características originais. Outras obras perderam suas encadernações originais e ficaram mutiladas. Outras ainda foram submetidas a intervenções anteriores, e hoje se apresentam com encadernação mais recente, não restando vestígios da sua encadernação original.

Atendendo às necessidades do escopo da exposição, foram selecionadas as seguintes obras para tratamento:

1. *Livro de Registro de Sesmarias Vol.1 (1602-1642);*
2. *Livro de Registro de Avisos, Ordens e Instruções de Sua Majestade ao Governador Morgado de Matheus(1765-1767);*
3. *Livro de Correspondência do governador Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1801);*
4. *Livro de Registro de Avaliação de Alunos feita pelos Professores Régios (1800-1801);*
5. *Auto de Sequestro de Bens Jesuítas(1762);*
6. *Livro de Registro de Ordens Régias e Avisos do Conselho Superior Militar (1808-1822);*
7. *Livro mestre que serve de matrícula do Regimento de Infantaria Miliciana da Capitania de São Paulo, sob comando do Coronel Manuel Jose Ribeiro (1811 a 1828).*

Os critérios adotados para definição das intervenções de estabilização das obras foram discutidos e definidos seguindo o código de ética que rege as atividades de restaurador/conservador nas intervenções em obras especiais e raras.

2. Do tratamento

Etapas de tratamento de conservação e restauro executadas nas obras

A metodologia aplicada nos tratamentos de obras raras e especiais difere em muito das intervenções em obras de coleção geral. Este é o caso destas obras, que exigiram critérios rigorosos de intervenção.

Cada exemplar da lista acima foi submetido à avaliação quanto ao seu estado de conservação. A definição dos tratamentos para cada obra partiu das características de cada exemplar.

De forma resumida os tratamentos seguiram as seguintes etapas de tratamento, conforme as exigências das obras:

* **Fichamento da obra:** a primeira etapa, antes de qualquer intervenção, é o levantamento de todos os dados da obra considerados relevantes na avaliação dos tratamentos mais adequados para a recuperação de sua estabilidade física e química. Esses dados são inseridos numa planilha para servirem de orientação nas decisões de tratamento de estabilização. São listados os danos e áreas que requerem estabilização. Também são listados os materiais necessários para o desenvolvimento das atividades previstas;

Ficha de Documentação Individual

Título do Documento: _____
Autor: _____
Data: _____
Local: _____
Escala: _____
Dimensões: _____ x _____ cm.
() Original () Cópia

Tratamento:

* **Documentação fotográfica AT** (antes do tratamento): este procedimento é indispensável para o registro das condições das obras antes das intervenções de restauro;

***Higienização:** a higienização é um procedimento feito a seco para limpeza da superfície da obra. Conforme as condições do suporte e da técnica de registro da informação, as opções para a execução dessa atividade são as trinchas de cerdas sintéticas, ou de pelo de animal; borracha de vinil com carbonato de cálcio; ou a pet rubber (esponja apropriada para a retirada de sujidade superficial), entre outros. A sujidade depositada no suporte da obra não é inócua. Seus componentes são altamente nocivos ao suporte papel. É importante a remoção de todos os resíduos de sujidade sólida da superfície de cada folha da obra;



***Testes de sensibilidade das tintas:** nos casos de tratamentos que ponham em risco a estabilidade das tintas ou de qualquer outra mídia, é preciso fazer o teste de sensibilidade das mesmas, frente aos materiais e/ou técnicas previstas para as intervenções;

***Numeração folha a folha com lápis 6B.** esse procedimento se deve ao fato de que a numeração original pode apresentar falhas;

***Desmonte dos cadernos:** a costura da encadernação deve ser mapeada antes do desmonte do bloco de texto para servir de referência na recostura da obra após tratamento do papel;

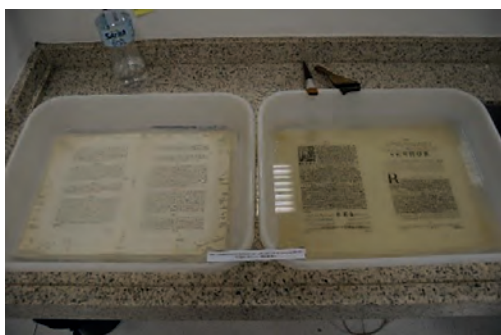


* **Remoção de reparos anteriores** (adesivos, velaturas, etc.): esse tratamento se faz necessário para remover adesivos degradados entre as fibras do suporte. A análise do adesivo define o solvente mais apropriado para esse fim. A função do solvente é a de desagregar as partículas sólidas dos adesivos que ficam entre as fibras do papel. No caso dos documentos usados na exposição, os solventes mais utilizados foram o álcool etílico e a acetona. Esse tratamento é realizado em mesa de alta sucção;

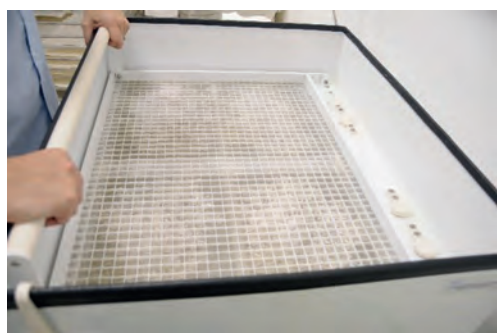


Resíduos de papel de seda removidos de reparos anteriores

* **Tratamento aquoso de limpeza e de desacidificação:** este tratamento foi realizado em obras que requerem tratamento de desacidificação do suporte papel e/ou de remoção de remendos aplicados com adesivo solúvel em água. As fibras da celulose do papel são estáveis quimicamente desde que não atacadas por substâncias ácidas. A acidez se instala no papel e provoca a ruptura das cadeias de celulose, dando origem a reações químicas em cadeia, que levam à degradação do papel. O tratamento aquoso de desacidificação é realizado por imersão do papel em solução aquosa alcalinizada e repetido até que o pH entre as fibras do papel alcance um valor próximo a 7.0;



* **Preenchimento de áreas de perda de suporte:** feito em reintegradora de papel, utilizando fibras de celulose;



* **Pequenos reparos de rasgos e preenchimento de áreas de perda de suporte:** esse procedimento foi feito com cola de amido e papel Washi. A seleção do papel washi mais adequado para cada obra foi feita através da avaliação do tipo de fibra, da gramatura e da cor, compatíveis com as características do suporte original. Quando houve necessidade de gramaturas mais elevadas, os papéis washi foram dispostos em camadas e aderidos com cola de amido. Quando o papel washi não tinha a coloração adequada, foi tingido com tinta acrílica da Winson & Newton. Este procedimento é realizado em mesa de luz;



Reintegração mecânica de suportes rendilhados pelo ataque de insetos: neste caso, o preenchimento das áreas de perda foi feito através de fibras de celulose em suspensão, em máquina de reintegração mecânica. Após a reintegração das áreas de perda, a obra segue para secagem;



Obra na reintegradora de papel



Remoção da obra da reintegradora de papel

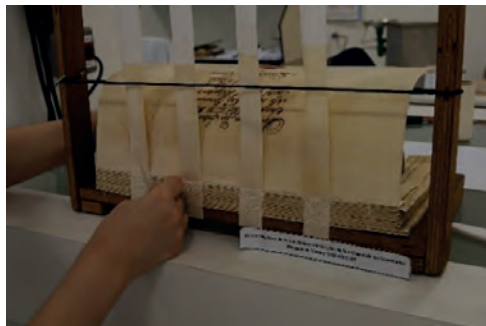


Secagem

* **Encolagem e secagem:** A encolagem (processo que reintegra a cola ao documento) é necessária para devolver ao papel a cola original de fabricação, perdida no tratamento aquoso por imersão. Com este objetivo, prepara-se uma solução de 2% de amido em 100 ml de água. A secagem foi feita em secadora de papel;

* **Remonte de cadernos e costura do bloco de texto:** após tratamento das folhas do bloco de texto, os cadernos foram remontados e submetidos à prensa leve. Após a prensagem a obra seguiu para a etapa da encadernação, que consiste na costura dos cadernos;

* **Encadernação:** nas obras em que a encadernação original foi preservada nos seus detalhes, depois de todos os procedimentos acima os reparos foram feitos com linha de linho. Nas obras onde houve perda total da técnica da encadernação original, os cadernos foram unidos com costura sobre tiras de pergaminho, linha de linho e capas revestidas de couro;



Documentação fotográfica PT (pós-tratamento): quando o tratamento é finalizado, todas as fotos de antes do tratamento (AT) são repetidas com registro das imagens pós-tratamento.

2.1 Dos tratamentos realizados em duas das obras selecionadas

Dos sete volumes tratados, selecionamos dois exemplares cujos tratamentos obedeceram à mesma técnica da explanação descrita acima.

2.1.1 Título: livro mestre que serve de matrícula do regimento de infantaria miliciana da capitania de são paulo, sob comando do coronel manuel José ribeiro (1811 a 1828)

Identificação e descrição geral do documento

O documento tratado corresponde ao título *Livro Mestre que serve de matrícula do Regimento de Infantaria Miliciana da Capitania de São Paulo, sob o comando do Coronel Manuel José Ribeiro*. Foi produzido entre 1811 a 1828.

Características da obra

O registro de informação foi feito em tinta ferrogálica. O bloco de texto possui 432 páginas e a encadernação é em pasta rígida de papelão revestida em pleno couro decorado com pintura em guache e escrita em nanquim. Obra em grande formato.



AT



AT

Estado de Conservação

Obra em estado de conservação bastante comprometido. A encadernação apresentou costura rompida e couro do revestimento das capas e lombada muito danificados. Placas de sujidade foram identificadas na superfície da capa frontal.

Tratamento proposto e realizado

As etapas que se seguem mostram o passo a passo do tratamento:

1. **Documentação fotográfica da obra:** antes do tratamento (AT);
2. **Mapeamento das folhas e dos cadernos:** numeração das folhas e formatação dos cadernos;
3. **Desmonte da encadernação;**
4. **Higienização das folhas do miolo do livro com trinchas de pelo animal:** limpeza feita a seco com trinchas de pelo animal;
5. **Reparos e preenchimento nas áreas de perda** das folhas do miolo com cola de amido de papel washi Sekishu 20,3 gr/m² (abaixo);



6. **Limpeza no revestimento das capas da encadernação** com metilcelulose e álcool etílico (acima);

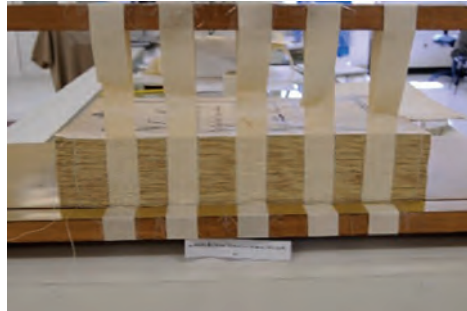
7. **Preenchimento das áreas de perda do couro da encadernação** (abaixo):



8. **Carcelamento** (união das folhas) dos bifólios com papel washi Sekishu 20.2g/m2 e cola de amido (abaixo);



9. **Costura dos cadernos do miolo do livro** (abaixo);



10. **Remonte da Encadernação;**

11. **Documentação Fotográfica AT** (antes do tratamento) e PT (pós-tratamento);



AT



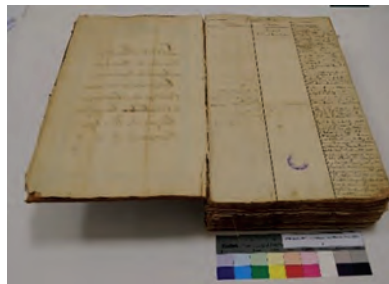
PT



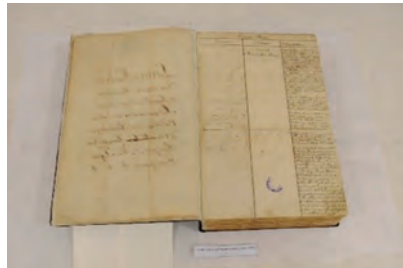
AT



PT



AT



PT

2.1.2 Livro de Registro da Correspondência do Governador Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça



Identificação e descrição geral do documento

Trata-se de um livro de registros intitulado *Livro de Registro de Correspondência do Governador Antonio Manuel de Melo Castro Mendonça*, com peças documentais produzidas entre 1797 e 1801. Os registros

são manuscritos em papel de trapo de diversos fabricantes, gravados em tinta ferrogálica; já a capa é tipo pasta amarrada de couro com detalhes impressos a quente. O bloco de texto, ou miolo, foi costurado direto na lombada, e possui costura aparente. A tinta ferrogálica causou danos moderados nas folhas. Outros problemas encontrados foram aqueles do escopo de danos mais comuns em documentos degradados por guarda e manuseio inadequado, como amassados, rasgos, perdas de suporte, marcas de intervenção inadequada e descolamento de acabamentos, em escalas variadas, mas com menor gravidade.

Tratamento proposto e realizado

As etapas que se seguem mostram o passo a passo do tratamento

1. **Documentação fotográfica da obra:** antes do tratamento (AT);
2. **Mapeamento das folhas e cadernos:** numeração das folhas e formatação dos cadernos;
3. **Desmonte da encadernação;**
4. **Higienização** das folhas do miolo do livro com trinchas de pelo animal;
5. **“Sangramento”** dos carimbos existentes no documento, com uso de isopropanol na mesa de sucção sobre o papel mata-borrão, que recepciona a tinta do carimbo, para evitar o espalhamento da tinta e manchas causadas pela solubilidade do carimbo;



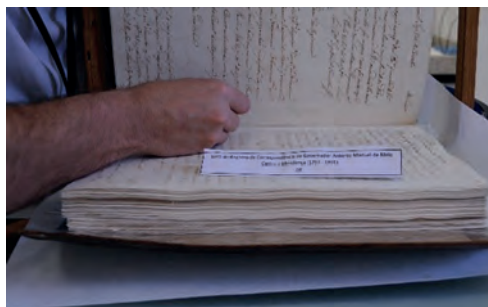
6. **Banho de limpeza e de desacidificação;**
7. **Obturação das áreas de perda** por reintegração mecânica por MOP (Máquina Obturadora de Papel);
8. **Preenchimento das áreas de perda** do cartão e do couro da encadernação (ver foto acima);



9. Tratamento e hidratação do couro da capa;



10. Costura dos cadernos do miolo do livro;



11. Documentação fotográfica AT e PT;



AT



PT



AT



PT



3. Da digitalização

Das sete obras tratadas, três foram enviadas para digitalização.

A digitalização folha a folha de cada obra foi realizada antes da obra seguir para a encadernação.

3.1 Digitalização do Livro de Registro Sesmarias

Recebemos do Núcleo de Conservação os volumes 1, 2, 2bis e 3bis a partir de 27/02/2015, data em que iniciamos a captura das imagens digitais seguindo as etapas abaixo:

1. Digitalização

Para a captura das imagens em Tiff 300 dpi foi utilizado o Scanner WideTek 25 e o programa Scan Edit, seguindo a numeração feita no canto inferior direito no verso de cada folha.

2. Inserção de Metadados e Geração de Derivadas

Com o programa Adobe Bridge foram inseridos Metadados, como por exemplo o nome do autor da digitalização (Arquivo Público do Estado de São Paulo). A geração de derivadas em JPG 150 dpi foi feita pelo Photoshop CS 5. Não houve tratamento das imagens.

3. Controle de qualidade

Para essa atividade, houve o confronto do material físico com o digital. Foram conferidos Nomenclatura, Tipo de Arquivo, Metadados, DPIs, Intensidade de bits, Bordas e Legibilidade das imagens.

Ao final das atividades, tinham sido geradas 848 imagens digitais em tiff 300 dpi e 848 jpg.dpi, distribuídas nos quatro volumes encaminhados ao Núcleo de Microfilmagem, sendo que o volume 1 continha 428 imagens; o volume 2, 226; o volume 2bis, 98; e o volume 3bis, 96.

As imagens finalizadas foram encaminhadas para armazenagem na rede da instituição.

4. Acondicionamento

O Núcleo de Acondicionamento e Encadernação e o Núcleo de Conservação têm sempre trabalhado em parceria. Foi desta forma, portanto, que demos nossa parcela de contribuição à exposição *Em nome d'El Rey*. Trabalhamos juntos para que esta exposição tivesse êxito.

Nossa participação foi no planejamento e execução dos suportes dos livros nas vitrines expositoras distribuídas na sala de exposição. Também elaboramos os acondicionamentos definitivos para a guarda dos livros na reserva técnica, depois da exposição.

Várias reuniões foram feitas para planejamento dos suportes temporários nos expositores, visando ao maior conforto das obras e para evitar danos físicos na estrutura das encadernações. Levamos em conta o tempo de exposição dos livros, as condições de exposição frente à luz, e a escolha do material mais adequado para a confecção das caixas e suportes dos expositores. Outra preocupação foi quanto à posição mais adequada para colocar as obras no expositor, uma vez que elas ali permaneceriam por 90 dias.

Uma vez finalizados os tratamentos dos livros, estes foram enviados para o Núcleo de Acondicionamento, onde foi feito um trabalho para planejar o acondicionamento mais adequado para cada obra, para sua guarda no depósito do acervo.

Neste setor, a equipe avalia a obra e as suas fragilidades, e planeja o acondicionamento que oferece maior conforto e proteção a cada obra.

Os materiais utilizados para a confecção dos acondicionamentos foram: poliondas, cartão revestido de percaline e cartão museológico.



Equipe do Núcleo do Laboratório de Conservação e Restauro

Anna Cândida Silva Martins de Carvalho, Caio José Azarias, Carlos Eduardo Sampietri, Cecília Salomon (estagiária), Lillian de Souza Pagano, Luis Felipe Ferracini, Marcos Vilela da Costa, Shirley Salvador Viana da Silva, Yara Cristina Mendes dos Santos e Norma Cianflone Cassares

Equipe do Núcleo de Microfilmagem:

Dimas Luis Martins, Eduardo Luiz Turco, Eduardo Marchetti Costa, Eliana Alves P. Rodrigues, Paulo Rogério de Carvalho, Renato Torgi Alves, Roseli S. Ometto e Victor Souza Santos

Equipe do Núcleo de Acondicionamento e Encadernação

Altieris Melo de Araujo, Décio Correia dos Santos, Edilmar José Barbosa e José Maria Filho

Diretora do Centro de Preservação

Ilka de Soares Magari

ITINERÁRIO DOCUMENTAL DO MORGADO DE MATEUS E O PROJETO RESGATE¹

Heloísa Liberalli Bellotto*

Universidade De São Paulo

Por itinerário documental quero significar um percurso. Um itinerário é um percurso que um pesquisador deve fazer para obter informações ou levantar dados. No caso presente, tais informações são referentes a Dom Luís Antônio de Souza Mourão, Morgado de Mateus, que governou São Paulo entre 1765 e 1775. O que eu vou apresentar é o esquema dos passos de uma pesquisa em torno de um governador colonial. Na verdade, esse tipo de itinerário pode servir, *mutatis mutandi*, para realizar-se o estudo de qualquer governador colonial do império luso-brasileiro no século XVIII.

A tendência de um pesquisador, quando escolhe um tema, em geral, é começar logo com muito entusiasmo e com muita garra, procurando, às vezes, sem muita orientação, tudo sobre aquele tema. O pesquisador, principalmente o novato, o jovem historiador, o estudante de História, os pós-graduandos, têm a tendência a ir primeiramente consultar o arquivo mais específico, o mais atinente com o que procura. Por exemplo, no caso do Morgado de Mateus, pensa: “Vou começar pesquisando pelo arquivo da Casa de Mateus em Portugal, isto é, no arquivo da família, onde devem estar as informações mais pontuais, as mais específicas e interessantes”.

Esse não deve ser o caminho; o pesquisador tem de começar conhecendo todo contexto em que se deram os fatos que ele pesquisa. No caso presente – ou seja, o de pesquisar a atuação de um governador colonial – o pesquisador deve começar pela infraestrutura sobre a qual se assenta esse governo. Assim, o que eu quero oferecer aqui é um itinerário, isto é, uma sucessão de passos que devem ser seguidos, no caso, para conhecer o governo do Morgado de Mateus. Este itinerário pode servir de exemplo também para se estudar outros governadores coloniais. No caso da administração portuguesa no Brasil do século XVIII, há fontes que se encontram em território brasileiro e há fontes que se encontram em território português. Então, meu primeiro conselho ao historiador iniciante: não vá correndo pedir uma bolsa para Portugal pensando que “lá eu acho tudo”! O caminho não é esse. Então vou dividir esta explanação em duas partes: de um lado, os documentos que podem ser procurados no Brasil; depois, os que se acham em Portugal.

¹ (*) Texto baseado na fala apresentada em vídeo no Seminário “Em nome d’ El Rey: 2º seminário comemorativo dos 250 anos do governo do Morgado de Mateus”. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, 20 de maio de 2015.

*Heloísa Liberalli Bellotto é licenciada e doutora em História pela USP, bacharel em Biblioteconomia pela FESP, e especializou-se em Arquivologia na Escuela de Documentalistas, Madri, Espanha. Na USP, de onde é aposentada, foi pesquisadora e professora de arquivística no Instituto de Estudos Brasileiros e professora da Escola de Comunicações e Artes. Atualmente é professora do Curso de Pós-Graduação em História. Lecionou na UNESP (Campus de Assis, SP) e foi professora visitante dos cursos de Arquivologia da UnB (Brasília), da UNI-RIO (Rio de Janeiro), da Universidade Clássica de Lisboa (Portugal) e na Universidad Internacional de Andalucía (Espanha). Foi assessora dos Sistemas de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) e da USP (SAUSP), consultora do Projeto Resgate do Ministério da Cultura do Brasil em Lisboa, Portugal e de outros projetos de organização arquivística em todo o país, assim como tem dado cursos, conferências e comparecido a congressos no Brasil e no exterior. É autora de livros e artigos nas áreas de História, de Arquivologia e de Biblioteconomia, destacando-se as obras *Autoridade e conflito no Brasil Colonial e Nem o tempo nem a distância*, ambos referentes ao Morgado de Mateus, além de *Arquivos permanentes: tratamento documental*, *Tipologia documental em arquivos* e *Arquivo: estudos e reflexões*.

Qualquer estudante de História sabe que ele não pode começar logo com os documentos de arquivo. Ele deve primeiro acercar-se da bibliografia. Ele tem de procurar as fontes bibliográficas gerais em torno do tema, mesmo que algumas delas lhe possam parecer meio distantes do tema. Ele só vai poder entender o assunto pontual que procura se ele conhecer em que contexto aquela trama se assentou. No caso do Morgado de Mateus, o pesquisador deve começar na bibliografia para ter um lastro de informações de questões que já foram analisadas e estudadas por outros pesquisadores, por historiadores; para depois poder depositar o novo, o inédito. Ele deve levantar as hipóteses de trabalho do viés que escolheu como prioritário, dentro do tema maior que vai abordar (e que a princípio deve ser um viés novo, inédito, não estudado antes por outro autor). É natural que ele vá repetir o que os outros historiadores já fizeram.

O primeiro passo é começar por uma boa bibliografia de Brasil Colônia, detendo-se em especial no século XVIII. É equivocada essa tendência de certos pesquisadores de começar praticamente com Pedro Álvares Cabral, com os grandes descobrimentos, perpassar por três séculos de história para, afinal, chegar no seu tema central. O pesquisador deverá escolher qual o momento do qual ele vai partir dentro da história do Brasil e colocar-se mais pontualmente dentro dele. Mas ele só vai chegar a isso se souber discernir, dentro das fontes mais gerais da própria história do Brasil, qual o momento de partida para chegar perto do “seu” momento; no caso, analisar o governo do Morgado de Mateus. Então, na bibliografia, quais são as grandes obras da história colonial? Ele vai procurar (Francisco Adolpho de) Varnhagen, Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, ou Sérgio Buarque de Holanda nos capítulos da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*; vai abordar o período pombalino nas obras de Francisco José Calazans Falcon, de Marcos Carneiro de Mendonça, de Jorge Borges de Macedo, João Lúcio de Azevedo e Antonio Carnaxide, além das pesquisas mais atuais de Laura de Melo e Sousa, Fernanda Bicalho e outros. Depois, para se acercar mais aproximadamente da própria história de São Paulo, e aí temos os historiadores imbatíveis, os clássicos da história de São Paulo como Afonso Taunay, Benedito Calixto, Alfredo Ellis, e, em especial, para o caso do Morgado de Mateus, as obras também do Caio Jardim, Nuno Santana, Lourival Gomes Machado na *História Geral da Civilização Brasileira*, Alice Canabrava, Myrian Ellis, Raymundo Faoro e mais modernamente Fernando Novaes. Aproximando-se mais da história econômica da São Paulo colonial, as obras de Sueli Robles de Queiroz e de Maria Teresa Petrone, e os “brasilianistas”, com grande destaque para a história administrativa do sul do Brasil na segunda metade do século XVIII. Temos, por exemplo, o norte-americano Dauril Alden no seu clássico *Royal Government in Colonial Brazil* que é sobre o Marquês de Lavradio, mas onde ele focaliza muito o Morgado de Mateus. Inclusive há um capítulo intitulado “Dom Luís Antônio de Sousa versus o Marquês de Lavradio”. O foco deve ser precisamente o século XVIII luso-brasileiro e especialmente o fim das políticas de Alexandre Gusmão, Dom João V, e o início das políticas de Dom José e do Marquês de Pombal. O período de vida do Morgado de Mateus vai perpassar três governanças em Portugal: a de Dom João V, a de Dom José e a de Dona Maria I. Ele nasce durante o governo de Dom João V, em 1722 e morre em 1798, no reinado de D. Maria I. Ora, essas épocas, tanto em Portugal como no Brasil, mesmo se não estudadas em profundidade, deverão ter seus traços principais conhecidos pelo nosso jovem pesquisador.

Depois de “fichada” e analisada a bibliografia, permitindo a composição de um quadro do século XVIII luso-brasileiro, vamos nos aproximar de São Paulo. Porque nós temos um século XVIII que é especificadamente uma consequência direta dos anos finais do século XVII. Foi então que se deu a descoberta do ouro em terras paulistas; as quais, por causa disso, seriam alienadas do nosso território, passando a constituir a Capitania de Minas Gerais. A história da colonização brasileira de 1500 a 1694, quando é descoberto o ouro, representa uma fase distinta da que se segue. É uma grande curva na história colonial. Aquilo que os portugueses vinham buscando há tanto e tanto tempo, acabam por encontrar. A descoberta do ouro é um marco, que traz um corte grande na história colonial. E a vida do Morgado de Mateus é consequência da nova situação. Sem Minas Gerais, São Paulo torna-se uma capitania pobre. Mas naquele momento ela ganha um novo papel: encarregar-se da militarização necessária para combater os espanhóis, que avançavam rapidamente na conquista das terras brasileiras do Rio Grande do Sul.

Até aqui só falei da bibliografia, ainda não falei em documentos de arquivo. É claro que teoricamente todos esses historiadores usaram documentos de arquivo para escrever suas obras. Mas estou mencionando o nosso jovem pesquisador interessado em estudar o governo do Morgado de Mateus. No seu trabalho, o historiador está sempre procurando o inédito, para poder trazer uma contribuição nova; mas para isso ele necessita dos dados gerais que os outros já pesquisaram por ele. Por isso a minha menção à historiografia que lhe interessa examinar, antes de dedicar-se a percorrer os arquivos.

Então, voltando ao percurso do nosso pesquisador, reitero que dentro dessa história do Brasil em geral, que ele foi analisando para chegar ao século XVIII, um ponto de partida importante é justamente esses anos finais do século XVII. A gente diz que o século XVIII brasileiro começa em 1694, com a descoberta do ouro, e acaba em 1808, na chegada de Dom João VI. O grande século XVIII no qual se situa o governo que estamos enfocando é o período transformador do Brasil colonial.

Já nos aproximamos cronologicamente do tema do nosso interesse e agora vamos nos aproximar geograficamente do tema de interesse para “cair” no governo do Morgado de Mateus. Quando surge essa nova Capitania de São Paulo, do que ela é resultado? Para responder a essa pergunta, será preciso voltar um bocado pra trás, na instalação das capitanias hereditárias. São Paulo só pode ser entendido se a gente conhecer o que foi a Capitania de São Vicente, e como ela se apresentava no fim do século XVII. Na verdade, era uma capitania imensa que tinha sido doada a dois irmãos; uma capitania que de norte a sul, ia praticamente da Bahia ao Prata. E por desígnios do destino é nessa capitania que será descoberto o ouro. Este é o grande *turning point*, ponto de mudança da história colonial, e é nessa capitania que ele vai acontecer. No sentido do oeste essa capitania vai teoricamente até aquela tal Linha de Tordesilhas, que já não existe mais, que já foi ultrapassada – mas ainda não se colocou nada em seu lugar. Então, 1750 também é o grande ano da resolução entre Portugal e Espanha, quando essa indefinição já é insustentável. É preciso que se estabeleçam seus limites na América, porque eles tinham ido muito mais adiante do que eram no século XVI.

Aquele grande momento do Tratado de Madri, que trazia tanta esperança de resolução para os conflitos de fronteira. Chegam as comissões demarcatórias vindas de Espanha e de Portugal e a demarcação acaba sendo um grande fracasso, principalmente no Sul. Trava-se ali a guerra guaraníca, embate que confronta soldados e jesuítas espanhóis contra tropas portuguesas. A demarcação é um fracasso; as fronteiras só serão realmente restabelecidas no Tratado de San Idelfonso, em 1777, e na verdade, depois, a fronteira ainda vai para mais adiante. Afinal, é só praticamente no século XX que o Brasil chega à sua conformação atual com a incorporação do Acre etc.

Retomando o nosso tema, isto é, o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, eu estava falando em limites, falando no Tratado de Madrid. Na verdade, estou no domínio do território, que é uma geografia sobre a qual vai cair uma geopolítica. O que é a geopolítica? É a soma das políticas e das estratégias que um determinado governo aplica para assegurar a si mesmo um território que é tradicionalmente seu ou um território recém-conquistado sobre o qual é preciso assegurar a sua soberania. E é muito importante o que a gente chama de geopolítica pombalina. Quando em 1750 Pombal assume o seu posto de Secretário de Governo ou Secretário do Reino, no reinado de D. José, com muito apoio e empenho deste rei, ele gera o que se chama “geopolítica pombalina”. Ou seja, ele dá enorme atenção à tarefa de assegurar os territórios que Portugal conquistara na América. É evidente nos escritos dos filósofos políticos, nos pareceres dos membros dos tribunais régios etc., e também na cabeça de Pombal, a ideia de que Portugal já tinha chegado ao máximo que poderia aguentar em suas conquistas imperiais. Já tinha ido até longe demais daquilo que ele poderia assegurar com eficiência, em termos de ter territórios que ele pudesse cuidar, colonizar, povoar, abastecer, preservar. Suas conquistas não precisavam estender-se mais porque o tamanho alcançado já estava além das próprias forças humanas e militares, sociais e econômicas daquele pequeno país europeu. Agora era preservar e assegurar os territórios conquistados. Principalmente a partir dos finais do século

XVII, com o aparecimento do ouro, justamente na capitania paulista de São Vicente. Era preciso defender a região mineira do avanço espanhol a partir do Prata. A fronteira é preocupação central na segunda metade do século XVIII. No sul e no oeste, os espanhóis avançavam a partir da década de 1760. O território no sul precisava dessa região. Os paulistas seriam chamados a fazê-lo. E sob o comando do Morgado de Mateus.

O ouro foi descoberto na Capitania de São Vicente, no final do século XVII. Nesse momento da descoberta vem o braço fiscal, o braço militar, vem a organização burocráticocolonial, dando essa grande ênfase à região de Minas Gerais. Logo depois, em 1720, aparece o ouro de Cuiabá. Em consequência da descoberta do ouro, em 1709 é criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, e acontecem todos os problemas conhecidos como Guerra dos Emboabas. Todos aqueles choques fazem com que o governo sinta que é preciso separar essa Capitania de São Paulo, antiga Capitania de São Vicente, e a nova Capitania de Minas Gerais.

Nesse momento começa a se delinear o período do Morgado de Mateus. Ele vem com o epíteto de “O Restaurador”. Vem ser o restaurador de São Paulo, de alguma coisa que já não existia. Isto porque em 1748 houve a extinção da Capitania de São Paulo em decorrência da pouca importância que tinha para a Coroa: sem comércio, sem habitantes em número considerável, sem organização político-social definida. Aquela capitania criada em 1720 ficou extinta por 17 anos.

Assim, 1748 é uma boa data para começar o estudo do governo do Morgado de Mateus. É preciso entender-se o que se passou naqueles 17 anos em que, dependentes do governo do Rio de Janeiro, os paulistas procuraram sobreviver economicamente dedicando-se às Monções (expedições fluviais que levavam o abastecimento cotidiano à região do ouro de Cuiabá) e às Tropas (expedições a cavalo que traziam o gado muar para serem vendidos na Feira de Sorocaba e destinados principalmente às regiões montanhosas de Minas Gerais).

Depois de analisar a situação geral do Brasil colonial no século XVIII, as leituras do nosso pesquisador vão se concentrar na história de São Paulo, no ano de 1748 em que a capitania viu, além de Minas Gerais, que já lhe tinha sido arrancada em 1720, serem-lhe alijados os territórios de Mato Grosso e de Goiás. O mesmo decreto de 1748 que extinguiu São Paulo criava as duas capitanias novas, a de Mato Grosso e a de Goiás. Então, nesse momento o estudioso do Morgado de Mateus fará uma leitura mais concentrada na historiografia atinente ao período compreendido entre essa extinção até a restauração. É um período ainda pouco estudado. Sabe-se que os paulistas se dedicaram às acima mencionadas Tropas e Monções. O pesquisador poderá concentrar sua leitura em trabalhos mais específicos relativos a esse momento, principalmente a grande obra, o livro de Sergio Buarque de Holanda, *Monções* (1945), para ele entender o que é, e também um artigo antológico que ele publicou na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*¹, que é sobre movimentos de população nos séculos XVII e XVIII.

Esse trabalho de Sergio Buarque é básico para entender o que se passou em São Paulo nesse tempo da extinção. Paralelamente, o pesquisador também deverá realizar leituras que o levem a compreender esse embate de Portugal X Espanha, com suas políticas sempre em choque na Península Ibérica. O embate vem se refletir aqui na América nesse momento, principalmente no Prata. Então, esse pesquisador também pode se dedicar à história do império espanhol, e à história do vice-reinado do Prata, atual Argentina e Uruguai e etc., para entender essa cobiça dos espanhóis que estão no vice-reinado do Prata. Dom Pedro de Cevallos, um grande governador daquele vice-reinado nos anos 1760 em diante, vai querer subir e invadir o território do Rio Grande do Sul, teoricamente para chegar à região das Minas Gerais, ou à nova capital do Estado do Brasil, que acabava de ser transferida da Bahia para o Rio de Janeiro.

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da População em São Paulo no século XVII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 1, 1966. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45622/49221>>. Acesso em: 25 set. 2015.

Até aqui esse hipotético pesquisador, no seu itinerário, ainda está na bibliografia, mas ele vai concentrando, vai concentrando, para chegar ao momento do Morgado de Mateus. Sobre ele há muito pouca bibliografia, alguns livros e artigos meus, do Caio Jardim, do Afonso Taunay, do Hélio Viana, e mais alguma dezena de publicações esparsas.

Vista a historiografia, agora é o momento do nosso pesquisador acercar-se dos documentos arquivísticos, inéditos ou não; dos documentos que vão lhe trazer novas informações, além daquelas que a bibliografia básica lhe proporcionou. Só então ele vai abordar as fontes de arquivo no Brasil, partindo de São Paulo. Ele então vai organizar um itinerário de pesquisa de fontes existentes em São Paulo e, em seguida, no Rio de Janeiro. E só depois de conhecidas essas fontes existentes aqui no país ele vai se encaminhar para as fontes portuguesas.

Na cidade de São Paulo, o grande arquivo que concentra a informação sobre Morgado de Mateus evidentemente é o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nós vamos encontrar ali uma vasta documentação referente ao seu governo. Ele é o governador colonial que mais possui documentos dentro do Arquivo do Estado, é o governador colonial que teve mais documentação publicada na mais que centenária revista do Arquivo chamada *Documentos Interessantes para a História de São Paulo*, na qual constam as transcrições dos documentos manuscritos feitas por paleógrafos funcionários do Arquivo. Nessa revista, que existe desde os fins do século XIX, quarenta e um volumes são sobre o Morgado de Mateus, isto é, contém documentos do governo dele. E esses quarenta e um volumes têm, em média, quatrocentas, trezentas, duzentas e cinquenta páginas, isto é, existem cerca de doze mil e trezentas páginas de documentos publicados nos *Documentos Interessantes...* sobre o Morgado de Mateus.

Na verdade, os documentos eram selecionados pelos antigos diretores, que os assinalavam com a palavra “Interessante” em lápis de cor, para que recebessem transcrição em português atualizado e publicação. Isto é, não se publicava todo o conteúdo de cada caixa, e sim apenas os de uma escolha pessoal de alguém que, em geral, não era historiador nem arquivista. Nesse sentido, o ideal para o pesquisador é ter acesso ao conteúdo total da unidade de arquivamento, para acessar o documento original, ainda que em forma digitalizada ou microfilmada.

Nessa documentação o pesquisador vai descobrir coisas novas, que não estavam na bibliografia, porque muitos dos historiadores que fizeram uso dela não estavam preocupados com o governo do Morgado de Mateus. Queriam estudar a história econômica, social, política ou administrativa do Estado de São Paulo, do Brasil. Já o nosso pesquisador vai começar a encontrar coisas que ele não viu naquela bibliografia; agora ele vai fichar documentos, vai começar nos “documentos interessantes”, mas, aos poucos ele vai descobrir que eles não representam a totalidade do que se acha nas unidades de arquivamento. São só os que foram julgados pelos diretores da época como sendo “interessantes”. Esse “julgamento” vigorou durante muito tempo no Arquivo. Por isso, para estar seguro de que está examinando tudo o que há sob as rubricas concernentes ao governo do Morgado de Mateus, os documentos originais deverão ser solicitados para serem lidos, seja em forma digitalizada ou não, na sala de leitura e do Arquivo. Ou on-line, quando possível.

Para o historiador, não existe *a priori* documento desinteressante ou interessante. O pesquisador, no caso do Arquivo Público, não pode cair nessa armadilha, embora seja mais fácil ler o documento impresso do que realizar uma leitura paleográfica. Também deverá solicitar a consulta a documentos um pouco anteriores ao Morgado de Mateus, e também, posteriores, porque eles sempre podem se referir ao governo. Enfim, terá muito documento para pesquisar no Arquivo do Estado.

Fora do Arquivo Público do Estado, há também muitas fontes de interesse dentro desse itinerário documental. No arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, ele pode achar mais documentos referentes ao governo do Morgado de Mateus ou de interesse para compreender aquele mo-

mento histórico. Ali haverá material de interesse, tanto na Coleção Ian de Almeida Prado como na Coleção Alberto Lamego. Em São Paulo, além do Arquivo Público do Estado, para o governo do Morgado de Mateus, basicamente são essas duas grandes instituições que possuem documentos que devem ser consultados.

Depois, no Rio de Janeiro, nós vamos ter um importante núcleo documental, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, onde se acha o chamado Arquivo de Mateus, também conhecido como Coleção Morgado de Mateus. Trata-se de uma parte do arquivo privado da família lá de Portugal, que foi vendido para o governo brasileiro, para a Biblioteca Nacional, em 1968. Há um catálogo publicado sobre esse acervo. Então é imprescindível consultar esse catálogo e esses documentos. Entre eles há uma peça muito importante, que é inédita e em cuja transcrição e notas eu trabalho atualmente. Trata-se do Diário de Governo, que é o diário feito pelo secretário de D. Luís Antônio. Ele se acha em sua forma rascunhada, reunida em 13 códices, e totalizando cerca de 900 páginas.

Também no Rio de Janeiro, nosso pesquisador deveria dirigir-se ao Arquivo Nacional, porque lá há muita correspondência entre Dom Luís Antônio e os vice-reis, nos fundos relativos aos vice-reis – portanto de 1763 em diante, até o fim do governo Morgado de Mateus, e em 1776, quando ele volta a Portugal. Fora esses dois arquivos, há ainda na mesma cidade o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que é formado de doações de documentos esparsos, familiares, ou mesmo governamentais que nem mesmo se sabem como foram parar lá. Ali há documentos muito importantes sobre o Morgado de Mateus. O pesquisador pode procurar documentação da época que lhe interessa, praticamente a partir de 1750, ou mais concentradamente, de 1765 a 1775, que são os dez anos de governo. Inclusive neste Instituto Geográfico existe uma peça muito importante para as pessoas que estejam estudando o tema. É a relação dos passageiros dos navios que vão embora em janeiro de 1776, embarcados, e vai ele e uma grande comitiva na sua viagem de regresso, com uma enorme bagagem que ele leva de São Paulo de volta para Portugal. Quanto aos mapas das inúmeras expedições militares ou de povoamento enviadas pelo Morgado de Mateus sertão a dentro, eles podem ser encontrados, também no Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Completado esse percurso, que passa pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo do IEB, o Arquivo Nacional, o Arquivo do Instituto Histórico, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e até o Arquivo do Itamaraty, está terminado o itinerário documental no Brasil. Nessa altura, nosso pesquisador já tem muito material; ele precisa tratar de organizar, senão vai perder. Se ele não souber escolher seu caminho, os aspectos que vai abordar, se relativamente ao Morgado de Mateus vai priorizar o político, o administrativo, ou o econômico, haverá um certo caos. Será que vai estudar qual o olhar do Morgado de Mateus para com as escolas, para com o ensino, ou para com os índios? Ou o seu lado militar com as suas investidas na questão do Iguatemi, que é muito estudado pelos chamados historiadores militares? Ou o lado de explorador dos “novos sertões”, de fundador de 27 vilas e povoados? Ou até o de incentivador do teatro, da música e das comemorações literárias na cidade de São Paulo?

Se o pesquisador está colhendo as fontes em geral, se ainda não escolheu um tema determinado, ele já tem algum material. Mas, a bem da verdade, não poderá se decidir sem examinar as fontes portuguesas para o estudo do Morgado de Mateus. A não ser que seu trabalho seja realmente isso, o levantamento das fontes brasileiras. Mas se ele vai fazer realmente uma análise, ele quer levantar uma hipótese de trabalho inédita em torno de quem foi D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão enquanto pessoa, militar e fidalgo português, da sua vida pessoal e profissional, e do que fez realmente nesse governo de São Paulo, ele precisa ir às fontes portuguesas.

Em Portugal, o pesquisador também começa pela bibliografia, mas quando ele chega a uma biblioteca em Lisboa ele vai tomar um susto. Porque quando ele diz: “eu quero estudar o Morgado de Mateus”, os funcionários trazem uma documentação ou a indicam, só que ela é relativa ao “Quinto Morgado de Mateus”

que é Dom José Maria de Vasconcelos, filho do nosso Morgado de Mateus. O nosso Morgado é o quarto daquela linhagem fidalga, mas pouco conhecido em seu país, onde é ofuscado pela fama do filho. Eu caí nessa confusão, e as pessoas falavam “José Maria de Souza? O grande diplomata e editor da mais bela e importante edição dos Lusíadas?” E eu: “Não, o Morgado de Mateus que governou São Paulo no século XVIII, D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão”. Mas nas bibliotecas portuguesas achará em abundância material historiográfico de interesse. Os livros dos autores portugueses que abordaram o século XVIII e toda a questão da colonização – alguns já mencionados por mim acima, quando tratei da bibliografia – são facilmente encontráveis nas excelentes bibliotecas lusas.

Nos arquivos portugueses pode-se, aí sim, encontrar material abundante sobre o nosso Morgado: no Arquivo Militar, no Arquivo e Biblioteca Pública de Évora, nos Manuscritos Reservados da Biblioteca Nacional e, evidentemente, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, o principal repositório de fontes sobre o Brasil e todas as colônias portuguesas; além, é claro, da Torre do Tombo, que é o Arquivo Nacional português. Isto sem contar o Arquivo da Casa de Mateus, em Vila Real, Trás-os-Montes.

O principal arquivo que o historiador brasileiro tem de procurar em Portugal é o Arquivo Histórico Ultramarino, por que é lá que está a documentação do dia a dia da colonização. Isso porque toda a correspondência dos governadores e das autoridades das doze capitanias existentes na época, e suas capitanias subalternas, passava pelo crivo do Conselho Ultramarino. E é neste Arquivo Histórico Ultramarino que está concentrada a documentação do Conselho Ultramarino. As consultas que ele emite são como que pareceres pelos quais a maioria dessas petições dirigidas ao rei são filtradas e julgadas.

Assim, o pesquisador tem de primeiro ir ao Arquivo Histórico Ultramarino. Depois ele vai à Coleção Pombalina na Biblioteca Nacional de Lisboa, procurar um códice básico que existe na seção pombalina, e que se chama Códice São Paulo. Tem uns quatrocentos documentos. Eu já publiquei um catálogo desses códices; é uma documentação variada e salteada, mas muito interessante para quem está estudando a história de São Paulo do século XVIII. Depois ele irá à Torre do Tombo. Vai pesquisar na chancelaria, por onde passam os grandes despachos, os grandes atos normativos, do governo. A pesquisa se concentra mais no governo de Dom José, mas pode começar pela chancelaria de Dom João V. Dom João V, Dom José e Dona Maria, são os três reinados durante os quais se passa vida do Morgado de Mateus. Ele nasce no governo de Dom João V, vive, atua e produz sua obra no governo de Dom José, e morre durante o reinado de Dona Maria I.

Depois, o pesquisador deve ir a outros arquivos em Portugal – por exemplo, ao Arquivo e Biblioteca Pública de Évora, porque ali estão documentos relativos a uma questão muito importante do governo de Morgado de Mateus, que são seus embates com Manuel da Ressurreição, Bispo de São Paulo durante aquele governo. Quando Manuel da Ressurreição falece, todo seu arquivo é entregue em Évora, pois ali foi o seu último posto. Esse bispo teve desentendimentos gigantescos com o Morgado de Mateus, porque os dois tinham que conviver no mesmo palácio, que tinha sido o colégio dos jesuítas até a expulsão destes do império português, em 1759. Essa documentação está toda em Évora e é do período mais final da gestão. Em 1774, época em que Morgado de Mateus já está cheio de problemas, está se aproximando a quebra da confiança do Rei ou da Coroa nele. Então é muito importante essa documentação de Évora para compreendermos inclusive as intrigas que eram movidas contra ele em Lisboa.

O pesquisador, muitas vezes, tem de fazer pesquisas que não resultam em nenhum resultado. É a chamada “pesquisa negativa”. A mim tocaram-me algumas dessas pesquisas, que não podiam deixar de serem feitas. Fui a Coimbra no Arquivo da Universidade, para ver se guardava alguma informação sobre filho e neto, mas nada encontrei; o mesmo ocorrendo no Arquivo Distrital de Braga.

Finalmente, no Palácio de Mateus, em São Martinho de Mateus, Vila Real de Trás-os-Montes, sede da Fundação Casa de Mateus, o pesquisador chegará ao arquivo por excelência, no sentido deste ter sido o local que abriga o arquivo da família de D. Luís, com documentos que datam desde o século XIV até a atualidade. É este o arquivo que o pesquisador pensará em consultar em primeiro lugar. Só que agora, ele terá informações e experiência que o farão realmente aproveitar melhor o material ali guardado. Esse é o arquivo da família atual e dos descendentes, dos detentores da casa, dos descendentes do Morgado de Mateus –, o atual patriarca da família é o Conde de Mangualde, Dom Fernando Albuquerque. A pesquisa pública é possível nesse arquivo privado, desde que o pesquisador venha com alguma forma de apresentação e credenciais.

Como é evidente, ali se encontra muita informação sobre D. Luís Antônio, embora grande parte dos documentos atinentes a ele tenham sido comprados pelo governo brasileiro e se encontrem na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Há documentação relativa ao período antes da vinda para o Brasil e também tem muita documentação posterior, referente aos vinte e dois anos que ele viveu depois da volta a Portugal, tendo ali falecido em 1798. Ali estão as quase quinhentas cartas de toda a vida entre o nosso Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal Sousa Coutinho, desde que se conheceram em 1756, até a morte dele, em 1798. Há também documentação referente ao seu governo em São Paulo e que, por alguma razão desconhecida, não foi enviada para o Rio de Janeiro.

Para finalizar, eu queria me referir ao “Projeto Resgate”. Este, como a maioria dos pesquisadores e historiadores brasileiros sabe, é um projeto de grandes dimensões, provavelmente único no mundo, em que um país vai levantar, analisar, descrever, editar inventários e catálogos em forma tradicional e/ou em forma digital e/ou em formato on-line, de fontes de sua história existentes em arquivos no exterior. O projeto é coordenado por Esther Bertoletti e promovido pela Biblioteca Nacional e pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Quem é arquivista sabe a diferença entre os dois. No catálogo você descreve documentos um a um; no inventário você descreve conjuntos documentais que podem ser séries, ou conjuntos lógicos ou até fundos. O projeto resgate se espalhou por quase uma dezena de países, levantando documentação antiga do Brasil, não apenas construindo esses catálogos, mas digitalizando e microfilmado; portanto, trazendo os documentos na íntegra para os pesquisadores que não queiram ou não possam sair do país.

Em Portugal, onde eu realmente atuei no Projeto durante 12 anos, tive colegas e conheci muita gente que trabalhou nos outros arquivos na Itália, na Bélgica, na Holanda, na França, na Espanha, na Alemanha, na Áustria. Eu trabalhei unicamente no Arquivo Ultramarino. Comecei trabalhando com os documentos do fundo Capitania de São Paulo, juntamente com uma equipe de funcionários do Arquivo do Estado que se deslocaram para Lisboa em 1998. O trabalho foi finalizado em um ano, porque, ao contrário de outras capitânicas, cuja descrição documental durou vários anos, São Paulo já tinha a maior parte de sua documentação descrita em um projeto anterior, de 1954. Esse projeto foi levado a cabo por um arquivista português chamado Mendes Gouveia, que produziu um catálogo em muitos volumes, descrevendo 30 mil documentos. O catálogo, que já era célebre entre historiadores paulistas, foi publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, dentro das comemorações do 4º centenário da cidade de São Paulo. A equipe de 1998 descreveu cerca de quatro mil documentos que ainda não tinham sido descritos por Gouveia, por se acharem deslocados em outros fundos. Esse trabalho se completou graças aos esforços do professor Jobson Arruda, que coordenou a publicação dos catálogos de São Paulo em 2002 e também a sua versão digital. Foi também publicado na mesma ocasião um volume que trazia o catálogo de Mendes Gouveia, revisto e simplificado, sem alguns detalhes excessivos e até desnecessários; e mais os agrupamentos que foram estudados pela equipe paulista em 1998.

Quanto à contribuição do “Projeto Resgate” para o tema do Morgado de Mateus, podemos afirmar que o Catálogo de São Paulo traz cerca de quatrocentos documentos descritos referentes à sua gestão de 1765

a 1775. Os verbetes que descrevem minuciosamente os documentos e as suas versões do texto em forma integral, apresentados em CD Rom ou online, tem facilitado muito a pesquisa à distância.

E assim hoje nós temos à disposição dos pesquisadores uma grande extensão de documentos de pesquisa em torno do Brasil colonial, inclusive os referentes aos anos do governo do Morgado de Mateus. Hoje em dia também os historiadores têm dado especial destaque às pesquisas que vem sendo feitas na área de filologia sobre a língua portuguesa e a escrita em São Paulo, no tempo do Morgado de Mateus. Nesse sentido, muitas dissertações e teses têm surgido, assim como livros e artigos publicados. Nós, historiadores, que estávamos estudando esse período Morgado de Mateus do ponto de vista administrativo, social, político e econômico, agora também temos as pesquisas em torno da língua portuguesa: tanto graficamente, no sentido da Paleografia, como no sentido do léxico, do significado das palavras e do emprego do dia a dia da língua portuguesa como ela se expressava no São Paulo do século XVIII. Aqui em São Paulo hoje em dia começa a haver esse conagraçamento que é muito interessante para nós, historiadores de história colonial, e especialmente para os historiadores voltados para esse período do governo de Morgado de Mateus. Graças a esse acréscimo muito bem recebido do pessoal da Filologia, vimos crescer as pesquisas em torno desse tema.

Espero, com essas palavras, ter dado uma ideia daquilo que chamei de itinerário documental do Morgado de Mateus; isto é, todos os passos que um pesquisador interessado em estudos sobre o seu governo e/ou sua pessoa pode dar. Que livros, que documentos a consultar, quais instituições visitar, e qual o tipo de material que o pesquisador interessado nesses anos da história de São Paulo e, em especial, no tempo do governo de Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, pode procurar. Que este itinerário seja útil ao pesquisador iniciante, possibilitando-lhe os instrumentos necessários ao seu trabalho.

Intérpretes do Acervo

ARQUIVOS: ONDE FILOLOGIA, DIPLOMÁTICA E HISTÓRIA SE ENCONTRAM

Na seção Intérpretes do Acervo, trabalhamos para divulgar as pesquisas e o conhecimento produzidos com base no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nossa proposta é estreitar a relação com os pesquisadores que vêm até esta instituição realizar suas pesquisas. Afinal, quem são esses pesquisadores? O que vêm buscar? Quais as dificuldades encontradas? E, mais do que isso, quais documentos eles buscam, e qual o olhar que destinam a esses documentos? Sabemos que são inúmeras as abordagens possíveis.

Apresentamos nesta edição o resultado de um interessante evento com a presença de filólogos, arquivistas e historiadores, que buscam nosso acervo para a realização de suas pesquisas. Impressionados com as palestras dos quatro filólogos durante os eventos que complementaram a exposição *Em nome Del Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 2015)*, os editores desta revista buscaram entender melhor o enfoque que esses profissionais dão aos documentos estudados, bem como as interfaces percebidas com a disciplina de arquivo. Para enriquecer a proposta convidamos para uma entrevista coletiva três desses linguistas, uma historiadora e a professora Heloísa Bellotto- que, além de possuir formação em História, é reconhecida pelos trabalhos técnicos e teóricos na área de arquivo- para fazer um contraponto e explorar as interfaces da Filologia¹ com a Diplomática².

Participantes da Entrevista:

Renata Munhoz, autora da tese de mestrado *Edição de Documentos Manuscritos do Século XVIII*. Doutora em Letras pela USP, na área de Filologia Portuguesa, com a tese *Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade*.

Sílvio de Almeida Toledo Neto, pós-doutor pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2004). Atualmente é professor doutor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professor colaborador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (equipe de Filologia).

Heloísa Liberalli Bellotto, licenciada e doutora em História (USP), bacharel em Biblioteconomia (FESP) e especialista em Arquivística (Escuela de Documentalistas, Madri, Espanha). Na USP, de onde é aposentada, foi pesquisadora do Instituto de Estudos Brasileiros e professora da Escola de Comunicações e Artes. Atualmente é professora do Curso de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do Curso de Especialização em Organização de Arquivos do IEB/ECA/USP, sendo também professora da Maestría bienal en Gestión de Documentos y Administración de Archivos da Universidad Internacional de Andalucía (Espanha).

¹ Estudo científico do desenvolvimento de uma língua, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica, baseada em documentos escritos.

² Ciência que estuda a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para definir sua autenticidade.

Vanessa Martins do Monte, mestre e doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2007 e 2013). Atualmente é docente, em regime de dedicação exclusiva, e pesquisadora da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Adriana Angelita da Conceição, mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, desenvolveu sua pesquisa de doutorado na Universidade de São Paulo USP e no momento desenvolve pesquisa de pós-doutorado na UNICAMP/FAPESP. Atua principalmente com os temas história da cultura escrita, acervos, preservação, prática de escrita de cartas, manuais modernos de escrita de cartas e história luso-brasileira.

Explicando Filologia E Diplomática

Revista do Arquivo - A interface entre História, Filologia e Arquivos está no centro da nossa conversa. A documentação do arquivo ultrapassa em muito o olhar e o usufruto exclusivo dos historiadores. Não há dúvida sobre o enorme potencial desse acervo para a história. Mas o diferencial desse debate é o olhar do arquivista e do filólogo. Queremos começar o debate pela pergunta mais básica: afinal, o que é Filologia?

Sílvio de Almeida Toledo Neto: Um professor de Lisboa, o Prof. Dr. Ivo Castro, que é um dos maiores filólogos vivos no âmbito lusófono, define a Filologia como a busca de subsídios para se ler o que o autor escreveu de fato. Ou seja, parte-se da questão da autenticidade e genuinidade do que o pesquisador está lendo. É um trabalho de minúcia. O texto, para nós, é estudado em dois níveis. O primeiro é o do texto como tecido, que o filólogo ambiciona compreender de forma global, não só em nível histórico, literário ou linguístico, mas considerando todos os fatores do seu contexto de produção e reconstituindo a própria história do texto. O segundo nível é o que podemos chamar de mobilidade textual. Esse nível tem a ver com os textos de grande circulação. Por exemplo, os textos literários que tiveram muitas edições – e que, no caso dos textos mais antigos, nós não temos mais os originais, as fontes primárias. Então, em que medida o que estamos lendo é mais próximo ou mais distante dessas fontes primárias? Como recuperar esses dados, essas informações? E isso é o outro trabalho do filólogo. Ou seja, ele pode ver o texto como um dado imóvel, que ele desentranha, como uma trama, ou ele pode também vê-lo como móvel no tempo e no espaço, e nesse sentido ele quer recuperar as fontes. Então, esses dois pontos de vista resumem de um modo bem amplo o que é o trabalho filológico.

Heloísa Liberalli Bellotto: Ótima essa explicação. Então, de início já se vê que a Filologia não tem a ver com o Arquivo, ela tem a ver com a Diplomática. Porque a Arquivística é a disciplina que se ocupa da organização de conjuntos de documentos. Faz isso organizando-os de maneira lógica, produtora, que tenha a ver com os conteúdos e principalmente com os produtores dos documentos. Tanto assim que os arquivos, basicamente, são organizados por proveniência documental. Não existe arquivo se você pensar o documento como unidade, separado de seu conjunto orgânico. Já a Filologia está voltada para o documento enquanto unidade. Então a Diplomática, que é uma ciência independente, que não faz parte da Arquivística, pelo contrário, ela é mãe da Arquivística. Ora, quando a gente fala que a Filologia tem a ver com o Arquivo, ela tem, sim, mas num segundo momento, porque antes disso tem de passar pela Diplomática. E o que é a Diplomática? É a disciplina que se volta para a estrutura do documento, a forma com a qual ele se apresenta, o seu teor. A Diplomática está muito voltada para o teor documental, como acontece com vocês, filólogos, porém com outro olhar sobre ele. No III Congresso Brasileiro de Paleografia e Diplomática, o título da minha conferência foi justamente “A Diplomática como chave da Teoria Arquivística”.

Revista do Arquivo - Quando se formou a disciplina da Filologia? E a Diplomática?

Sílvio de Almeida Toledo Neto: Os estudos filológicos datam da época da Biblioteca de Alexandria.

Heloísa Liberalli Bellotto: E a Diplomática, como disciplina, é do século XVII. Ela surge para a verificação da autenticidade documental. Ela surge por causa de falsificações de documentos religiosos: bulas papais, documentos de concessão... No século XVII temos alguns padres franceses que se dedicaram ao assunto, como Jean Mabillon (1632-1707), que é considerado o pai da Diplomática. Eles estudavam documentos medievais. Tanto que muitas vezes os estudantes dizem que “a Diplomática nasceu na Idade Média”. Não. Ela nasce no século XVII, mas os estudos foram feitos em documentos medievais cuja autenticidade precisava ser averiguada. Então ela nasce como uma disciplina ligada ao Direito, mais precisamente dentro do Direito Eclesiástico, e depois passa a lidar com o Direito em geral. É por isso que eu sempre digo: muita gente pensa que Arquivologia tem a ver com Biblioteconomia, não tem nada a ver! Zero! A Arquivologia tem muito mais a ver com o Direito em geral e o Direito Administrativo do que com Biblioteconomia e História. Ela tem muito mais a ver com Direito, com a Administração – por causa das teorias, como a dos fundos documentais – e com a Filologia.

Sílvio de Almeida Toledo Neto: Enquanto a Diplomática surge a partir de documentação oficial, notarial, a Filologia surge a partir da literatura. Surge a partir da dúvida que se estabelece sobre a autenticidade e genuinidade dos textos mais divulgados, justamente a partir dessa divulgação. É diferente da Diplomática, que não supõe difusão textual; ela investiga a autenticidade daquele documento específico. Não interessa se ele foi copiado e recopiado, o que interessa é se o documento é autêntico. Agora, dentro da Filologia clássica, nós temos sempre a ideia de que o original se perdeu. Eu lido só com cópias e reproduções tardias de um texto que se perdeu. Então a busca da autenticidade existe, mas é um outro enfoque. Essa é a base. Em um segundo momento, a documentação notarial também interessa, no sentido de ser reproduzida da forma mais fiel possível do ponto de vista linguístico, para estudos diversos. Então é o que eu falei anteriormente: o texto estático e o texto móvel. A Filologia se interessa pelos dois, as duas coisas estão ligadas. Talvez a Diplomática tenha a ideia de ir a uma fonte que existe, e essa fonte precisa ser averiguada. Na Filologia existe a ideia de fidelidade de transcrição, de preparo, de um texto que está conservado no arquivo, para estudos históricos, linguísticos etc., da maneira mais fiel possível; e aí não se coloca a questão da mobilidade. Mas há também a procura do original perdido, que eu tento reconstituir a partir dos chamados “testemunhos” existentes, ou seja, reproduções tardias que dão testemunho daquele original perdido. Hoje também existe uma Filologia Moderna, que dispõe do original – pensando em termos de texto literário – e que constrói ou recupera esse original. Por exemplo, uma edição de um romance de Bernardo Guimarães, O Seminarista. Há uma orientanda que está estudando essa obra e descobriu, ao que parece, três versões do texto, que são tidas como autênticas, mas nem todas o são. Em algum momento da transmissão daquele texto, da difusão, ocorreram mudanças intencionais, de alteração, de ampliação, de redução daquele texto. Então, a busca que essa aluna faz é de reconstituir esse processo e de recuperar, para os olhos dos leitores atuais, qual foi de fato o texto que o autor teve sob seu controle. Então a Diplomática e a Filologia são diferentes, mas elas se identificam na busca da autenticidade.

Heloísa Liberalli Bellotto: Os historiadores, muitas vezes, acham que a Filologia está sempre grudada na Paleografia. Mas [a Filologia] independe da Paleografia. E os textos impressos, digitados, datilografados? Pra eles, é o mesmo campo de trabalho. Então, eles até trabalham com a Paleografia, mas eles estão preocupados é com o texto. Mas eles podem até lidar com um texto digitalizado. É a autenticidade que a Diplomática procura e que começou com o estudo da letra, do papel, da tinta; mas que hoje em dia investiga até em documentos digitais. Essa autenticidade, inclusive, não é procurada no software, mas no hardware – no servidor, por exemplo. Já na Filologia a procura pela autenticidade é bem mais ampla.

Sílvio de Almeida Toledo Neto: Nós suporíamos que quem trabalha com documentação antiga conhecesse as ciências afins à Filologia: a Diplomática, a Paleografia, a Codicologia, a Bibliografia Material, no caso dos textos impressos, e até a Escripologia, que é uma disciplina que trabalha com os modelos de escrita da

época medieval. Quer dizer, antes da Ortografia havia modelos, cânones de escrita que eram seguidos nos diversos *scriptoria*, os ateliês de escrita.

Revista do Arquivo - Sílvio, ficamos curiosos, porque você falou da busca de autenticidade em obras literárias. Gostaria que você falasse de algum trabalho filológico em cima de textos cujos originais foram perdidos.

Sílvio de Almeida Toledo Neto: A questão do original muda de abordagem ao longo do tempo. Do século XVI para trás, são muito raros os textos autógrafos de obras literárias, ou mesmo uma cópia de que você tenha certeza que o autor controlou. Trabalho com obras literárias mais antigas, e tenho mais experiência com textos copiados à mão, como *A demanda do Santo Graal* ou *O Livro de José de Arimateia*. Nesses livros mais antigos, a gente depende de cópias tardias para conhecer a obra.

Revista do Arquivo – E nem se sabe muito bem quem é o autor..

Sílvio de Almeida Toledo Neto: Não, porque a questão do autor é interessante no período medieval. A ideia moderna de autoria está ligada ao surgimento de leis que passaram a regular o direito do autor e a questão do plágio. E isso só surge, se não me engano, no século XVIII. Antes disso a questão da autoria fica, muitas vezes, muito diluída. Na Idade Média havia uma classificação que previa o *auctor*, o *scriptor*, o *compiler*, etc. O *auctor* era quem colocava a sua ideia em primeiro lugar e depois fundamentava essa ideia com afirmações de outros autores. O *compiler* era aquele que juntava coisas de outros autores; ou seja, o que hoje seria plágio para nós, era uma categoria aceita na Idade Média. Então a questão da autoria vai se diluindo, do século XVIII para trás, em outras categorias. A intervenção de quem copiava também era aceita. A pessoa copiava, mas ao mesmo tempo corrigia, mudava o texto, colocava alguma coisa que não existia no original, mas que ela achava conveniente para “aprimorar” aquele texto. E isso era frequente acontecer. Por exemplo, nessa obra que eu estou estudando agora, as emendas, as mudanças, chegam a ser contraditórias, entre uma e outra cópia. Há também o erro – erro de cópia; falta de entendimento; ou senão intervenção intencional, motivada pela censura, por exemplo. Então nas obras clássicas greco-latinas isso se coloca de uma forma fundamental. O que nós vemos hoje não foi, por exemplo, o que saiu da “mão” de Aristóteles; são cópias muito tardias que sobraram por acaso. Então a obra é reconstruída a partir dessas cópias.

Revista do Arquivo - A gente nem sabe se aquela é a produção mais significativa deles... Pode ter coisa melhor que foi destruída.

Sílvio de Almeida Toledo Neto: Sim, é uma questão de acaso. Os arquivos, historicamente, muitas vezes são formados com o que sobrou. Você tem em mãos documentos muitas vezes não porque alguém escrupulosamente os guardou; mas porque se conservaram por acaso. Então o acaso também tem um peso muito forte na reconstituição daquilo que a gente chama de tradição das obras literárias.

Os estudos sobre a correspondência de Morgado de Mateus

Revista do Arquivo – Aplicando essa questão ao Arquivo, Renata [Munhoz], como todas as pessoas aqui, você teve contato com a documentação daqui. Como fica, nesse caso, essa preocupação com autenticidade? Você, por exemplo, estudou as correspondências do Morgado de Mateus.

Renata Munhoz: No título da minha tese de doutorado [intitulada *Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade*]

eu coloquei as palavras “Filologia” e “Discurso” aplicadas à análise dos documentos oficiais. Os documentos que aqui estão na verdade são cópias, feitas a mando dele e muitas vezes por ele.

Heloísa Liberalli Bellotto: Mas são cópias da época.

Renata Munhoz: Sim, inclusive a encadernação é da época e foi feita a mando dele. Então todas essas ciências que o professor [Sílvio Toledo] colocou, da Codicologia, da Paleografia, já eram uma preocupação dele, em seu governo. Isso é o que eu acho mais interessante para o estudo da Arquivística. É uma contribuição dele mesmo, que já se preocupava com o próprio cartório, lá em Vila Real [localidade portuguesa onde ficava o Palácio de Mateus, pertencente à família do Morgado], e aqui também.

Heloísa Liberalli Bellotto: Chamamos de “cartório” o arquivo, ou seja, o conjunto das cartas, no sentido de documento solene.

Renata Munhoz: Inclusive foi o filho dele [D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, o quinto Morgado de Mateus] que mais tarde dividiu o cartório, que são essas cartas da família; e o que ele chamava de “meus papéis”, que são os papéis honoríficos: as correspondências originais encadernadas, que ele levou de volta para Portugal para comprovar os atos do seu próprio governo. Hoje os originais estão lá na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, porque ele levou de volta para Vila Real, onde ficou até o final da década de 1950. Depois, quando venderam esse acervo todo para a Biblioteca Nacional, aí vieram juntas essas correspondências: tanto essas dos subordinados deles, que é o que a Vanessa pesquisou, quanto as dos oficiais. Estavam todas nesse acervo.

Heloísa Liberalli Bellotto: A documentação foi vendida à Biblioteca Nacional em 1968, por D. Francisco de Sousa Botelho de Albuquerque, pai de D. Fernando, o atual conde de Mangualde (um dos títulos que a família possui). E a realização dessa venda é inclusive uma mágoa que eles têm até hoje. E na época havia um arquivista, que era de Lisboa mas estava trabalhando lá – o Bivar Guerra –, e ele separou os documentos. Separou da seguinte forma: tudo que era referente aos onze anos em que o Morgado foi governador em São Paulo foi separado para ser vendido. O que dizia respeito à vida do Morgado, antes ou depois da viagem a São Paulo, ficou por lá. Mas a separação não foi completa, não foi total, dá a impressão até de ter sido apressada, embora ele tenha até escrito um artigo sobre essa organização e como é que isso veio para o Brasil. A gente vê falhas: tem coisas que estão no Rio de Janeiro, e de repente, três ou quatro daquela sequência, por exemplo, de requerimentos populares ficaram por lá. Então ficou muito dividido. Veio o rascunho do Diário do Morgado, e a parte passada a limpo ficou lá. Quando teoricamente devia ser o contrário: a família ficava com o rascunho e mandava o texto passado a limpo, sabendo que no Brasil seria consultado num arquivo público. Todas as versões [do Diário] são incompletas, e aquela passada a limpo é mais incompleta ainda, mas enfim...

Como digo no meu “itinerário documental,” (*veja artigo Itinerário Documental do Morgado de Mateus e Projeto Resgate, nesse mesmo número*) qualquer pessoa que queira pesquisar sobre o Morgado de Mateus tem que passar, nessa ordem, pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, pela Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e pela Casa de Mateus em Portugal. Fora algumas poucas coisas que existem em outros arquivos portugueses e lá em Bauru (SP), onde havia o antigo Museu Histórico e Pedagógico Morgado de Mateus, e onde um antigo diretor obteve algumas cópias da documentação.

Revista do Arquivo – Vanessa, parece que você aborda um outro aspecto da Filologia; seu foco é na transformação da língua. No campo da Filologia, onde se localiza a sua pesquisa? E como você vê a interface dela com o Arquivo?

Vanessa Martins do Monte: Meu trabalho não é focado em textos literários, mas em documentos de circulação pública. São cartas que foram enviadas pelos subordinados, vamos dizer assim, do governador Morgado de Mateus. Com a leitura, pode-se perceber que são questões típicas dos moradores da época da Vila de São Paulo, das vilas vizinhas, de Atibaia, Santos, e de outras vilas que fazem fronteira hoje com os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro... Então, nessas cartas, qual é o olhar filológico em cima delas? Primeiro, como eu tinha uma preocupação linguística, queria estudar as formas de tratamento. Que formas de tratamento apareciam? Principalmente “Vossa Mercê”. Para nós é muito importante estudar o Vossa Mercê, porque é a forma que dá origem ao nosso “você”, que lá em Portugal tem um uso completamente diferente do Brasil. “Você” em Portugal revela mais distanciamento. Aqui não, é um pronome neutro, que usamos em qualquer situação. Tanto é que aqui estamos nos tratando por “você”.

Nessas cartas, não sabíamos, em princípio, que pronomes encontraríamos. E foi curioso constatar que eram cartas em que as pessoas se tratavam por “Vossa Mercê”. E quem eram essas pessoas? Então, o olhar filológico, nesse caso, é ver qual é o contexto de produção desses textos. Ou seja, por que alguém pegou da pena para escrever para outra pessoa que morava na mesma cidade? E aí a Filologia entra, por exemplo, estudando cartas que foram escritas por um punho, constante, desde o endereçamento até o corpo do texto, e assinadas por outro punho. E aí esse olhar filológico percebe isso, dá conta disso, e tenta entender o porquê disso. Assim, analisando aspectos paleográficos dessa assinatura, vê-se que a pessoa não tinha tanta habilidade para traçar os grafemas (unidade de um sistema de escrita que, na escrita alfabética, corresponde às letras); ou seja, não se tratava de um punho tão hábil quanto aquele que escreveu o corpo da carta. Ou seja, era uma necessidade mesmo de se comunicar por escrito; no caso dessa carta, era um pedido para o filho continuar a receber uma ajuda para prosseguir seus estudos num mosteiro.

Revista do Arquivo- Alguém está ditando esse texto, é isso?

Vanessa Martins do Monte: Isso. Provavelmente alguém ditou a carta para esse punho mais hábil, e a pessoa só assinou: Joaquim Bueno de Azeredo. Dá para perceber isso analisando o documento original. Porque a imagem ajuda, mas a análise do documento lá no arquivo é mais completa, a análise do documento original.

Heloísa Liberalli Bellotto: Mas essas cartas são dirigidas a uma autoridade qualquer, ou você encontrou cartas privadas?

Vanessa Martins do Monte: Não, são cartas de circulação pública.

Heloísa Liberalli Bellotto: Então, são requerimentos, porque no Arquivo Ultramarino de Lisboa considera-se como carta só a carta particular ou a carta ao rei. A única pessoa a quem você escreve cartas é ao rei, ou então a um parente, um amigo, e aí seria uma carta de teor particular. O resto é tudo ofício ou requerimento.

Vanessa Martins do Monte: É, esse conjunto é muito particular até por causa disso: até que ponto podemos dizer se aquele é um documento de circulação pública ou privada? Porque nesse caso era um homem pedindo uma ajuda para o filho dele continuar a estudar num mosteiro, já que ele não tinha mais condições de colaborar com a Igreja. Eu não tenho condições de saber se a pessoa para quem ele escreveu, um eclesiástico, era amigo dele ou não.

Heloísa Liberalli Bellotto: Mas a carta estava num arquivo público.

Vanessa Martins do Monte: É, faz parte da correspondência de terceiros desse Fundo Morgado de Mateus da Biblioteca Nacional. Então é essa questão muito específica que cada documento traz.

Revista do Arquivo - Você tem alguma hipótese sobre como foi formado esse segmento do fundo?

Vanessa Martins do Monte: Por que eles foram conservados? Acho que essa é a questão mais importante.

Sílvio de Almeida Toledo Neto: O professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, que fez parte da banca examinadora [da tese de doutorado de Vanessa, *Correspondências paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)*] emitiu a hipótese que as cartas tinham sobrevivido por mero acaso. Foram documentos colecionados e entregues para o Morgado.

Vanessa Martins do Monte: Muitos militares eram destinatários ou remetentes dessas cartas. Ora, o Morgado de Mateus organizou as Companhias de Ordenanças [forças militares do Reino e colônias portuguesas, compostas por moradores locais e encarregadas da manutenção da ordem interna] em São Paulo. Nessa época, patentes militares foram atribuídas à população. Os militares, por exemplo, ficaram responsáveis pelo recenseamento. Então, minha hipótese é que de alguma maneira aqueles casos retratados nessas cartas passaram pelo Morgado, ou por alguém muito próximo a ele. E aí como elas fizeram essa passagem pela instância máxima do poder, elas ficaram nesses maços que foram conservados ao acaso. Mas de alguma maneira esses documentos chegaram muito perto dele. Essa é a minha hipótese. Ele chegou a olhar [essas cartas] ou alguém trouxe o assunto para ele. Tem uma carta de uma mulher, inclusive, que é de um punho mais inábil, e a gente nota, fazendo a análise paleográfica. Inclusive na hora que ela vai assinar, a inabilidade dela é tão grande que para assinar o próprio nome ela não consegue planejar, no papel, o espaço que o próprio nome dela, assinado, vai ocupar. Então ela assina “Ana Maria Car...” e aí não cabe o “doza”, e aí ela continua a assinatura em cima. Ela escreve numa situação de emergência máxima, de risco à vida, porque ela retrata um abuso sexual sofrido por ela e pela irmã, por parte do pai e do irmão. Então ela conta que a irmã já tinha fugido de casa, e ela também estava fugindo por causa disso. E a irmã dela tinha tido uma filha do pai, que morava na casa de uma terceira mulher – tudo isso na vila de Atibaia. E dá conta disso, né, explica o porquê da sua fuga, e pede proteção contra o pai e o irmão. Então, o olhar de quem tem uma preocupação linguística, e que pesquisa textos não literários, é esse: o de entender como esse texto se conservou, porque ele está ali, principalmente esses que não são da alta esfera do governo, que não envolvem o Governador nem altos cargos, e entender de que maneira o documento era escrito. Por exemplo, como uma mulher, no Brasil, letrada, conseguia se comunicar por escrito.

Sílvio de Almeida Toledo Neto: E uma coisa importante que você fez foi a reconstituição biográfica de grande parte dos destinatários e remetentes, que a princípio eram anônimos, pessoas totalmente desconhecidas.

Vanessa Martins do Monte: E aí entra a pesquisa interarquivos, porque esses documentos estavam lá na Biblioteca Nacional; só que para pesquisar a origem desses autores, eu pesquisei aqui, no Arquivo do Estado, principalmente nos Inventários e Testamentos, onde achei duas dessas pessoas, e fui no Arquivo da Cúria [Metropolitana, instância da Igreja Católica]. Então, além da questão da mobilidade do texto, que o Sílvio mencionou, tem a mobilidade do filólogo também, atrás da história da trama daquele texto! Quem era aquele autor? É importante pra gente saber se o autor nasceu no Brasil ou não. Porque se o autor nasceu no Brasil, eu estou falando do português do Brasil, que é o que mais interessa a gente. Se o autor não nasceu aqui, ele era português, mas escreveu aqui, eu estou falando do português no Brasil, que interessa, mas não tanto como se a gente achasse um documento de um brasileiro mesmo, no século XVIII.

Revista do Arquivo – Já naquela época dava para sentir a diferença?

Sílvio de Almeida Toledo Neto: Sim, esse ponto é importante, porque, a partir do século XVIII, o português falado em Portugal e o português falado no Brasil já começam a se diferenciar. No texto escrito, o autor em geral neutraliza essas diferenças de fala entre os dois atuais países. Identificam-se diferenças aqui e ali, mas não é simples detectá-las. A partir desses pontos discordantes, construímos um quadro de oposições.

Vanessa Martins do Monte: Daí a importância de achar documentos escritos por “punhos menos hábeis”, cuja capacidade de neutralizar tais diferenças é bem menor.

Revista do Arquivo – Agora você citou um termo que é muito caro para a Arquivística, Vanessa. A preocupação com o contexto de produção. Gostaríamos que você, Bellotto, falasse sobre isso. Do ponto de vista da Arquivística, como é esse diálogo com a Filologia? Há semelhanças? E com relação ao contexto de produção?

Heloísa Liberalli Bellotto: Arquivologia é a organização dos arquivos, e o princípio básico da Arquivística é o princípio da proveniência, ou seja, só se vai organizar de forma conjunta os conjuntos documentais que sejam produzidos pela mesma entidade. O documento na sua produção ainda não tem um contexto, está produzido numa entidade, juntamente com o próximo documento que será produzido no mesmo contexto. No sentido da Arquivologia é isso, os documentos produzidos ou recebidos pela entidade no exercício da sua vida ativa têm que formar um conjunto documental coerente. Agora, no sentido da Filologia ou da Diplomática é diferente, o contexto é outro porque quem o faz é um produtor. Do ponto de vista da História e da Filologia aumenta a importância do contexto social, contexto econômico, contexto político, da situação de determinada pessoa em determinado documento. Para os historiadores e filólogos, quaisquer documentos, por simples que sejam, por exemplo, requerimentos populares, são muito importantes, já para os diplomatas, eles estão mais interessados nos documentos oficiais. É interessante isso de que, já naquela época, existia uma fórmula obrigatória para cada tipo documental. Já na Antiguidade aparecem algumas formas diplomáticas de escrita, e já existem escrivões (escribas) que orientam a escrita das pessoas quanto às fórmulas.

Revista do Arquivo- Há algumas regras, não é?

Heloísa Liberalli Bellotto: A única sem regra é a carta particular, que pertence à fantasia de quem escreve. Mas os documentos de circulação pública obedeciam a uma certa fórmula.

A fragmentação dos fundos e sua historicidade

Revista do Arquivo – Adriana, perante esta discussão da Arquivística e da Filologia, como fica o historiador? Qual é a diferença ou as similaridades desse trabalho? Como o historiador se apropria dessas áreas?

Adriana Angelita da Conceição: O viés que trabalho é o da história da cultura escrita. Comecei primeiramente pensando sobre isso no mestrado, aprofundando no doutorado e dando continuidade neste momento, na pesquisa de pós-doutorado que desenvolve na UNICAMP com financiamento da FAPESP. Para isso o diálogo com outras áreas foi importante, sobretudo, com a Paleografia, Filologia e a Arquivística. Esse viés teórico e metodológico veio muito forte para o Brasil com historiadores como Roger Chartier e Robert Darnton. Porém, a linha que tenho mais afinidade é a de historiadores espanhóis, como Antonio Castillo Gómez e Fernando Bouza – assíduos leitores de um grande paleógrafo italiano, Armando Petrucci. Estes pesquisadores entrecruzam estas áreas do saber, em suas pesquisas, inclusive com foco em questões teóricas e metodológicas, que são importantes para o historiador, ou seja, para a história da cultura escrita. Então é nesse momento, quando essa historiografia chega ao Brasil, que eu posso situar a minha pesquisa, quando comecei a me preocupar com questões como a estrutura do documento e não apenas o texto. Às vezes é muito difícil para o historiador, principalmente pelas carências que temos em nossa formação acadêmica, que pouco dialoga com estas áreas. Participei de um trabalho ligado ao estudo do português brasileiro, entrecruzando Linguística e Filologia. Isso me forçou a pensar outras dimensões do documento e, ao mesmo tempo, tive de me esforçar para manter a leitura do historiador. Ao mesmo tempo, o que

procurei fazer foi não deixar que esse meu diálogo fosse conduzido apenas pelo viés do historiador, mas fosse interdisciplinar. Uma questão que estou insistindo muito agora é sobre o arquivo do 2º Marquês do Lavradio, pois um problema comum presente em alguns estudos históricos é a naturalização do arquivo. O pesquisador costuma ter a impressão de que chegará nos arquivos e encontrará um material pronto. São poucos os que problematizam o próprio arquivo.

Heloísa Liberalli Bellotto: Pensar o contexto de produção. Sair do arquivo e ir lá para a produção.

Adriana Angelita da Conceição: Isso. E uma coisa é o arquivo na Idade Moderna e outra é o arquivo a partir do século XIX, com o estabelecimento dos estados-nações. Então, no meu caso, tive que estudar o arquivo neste período, ou seja, o arquivo dos reis. Desta maneira, cheguei aos problemas sobre o arquivo do 2º marquês do Lavradio. Lavradio, quando passou dez anos no Rio de Janeiro, ao regressar a Portugal, levou baús repletos de documentos, que a princípio seriam documentos da Secretaria de Governo do Estado do Brasil – onde ele era vicerei. Foram muitos os documentos levados para Lisboa, não apenas as cartas de amizade, os que poderíamos classificar como pessoais, mas ele também levou livros de portaria, por exemplo; ou seja, levou quase tudo. Assim me deparei com a dispersão custodial da correspondência de Lavradio, que era o meu objeto de pesquisa. Eu encontrava correspondência no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional de Portugal, na do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional etc.

Heloísa Liberalli Bellotto: Porque são documentos que foram vendidos por leilão.

Adriana Angelita da Conceição: Cheguei à conclusão de que todos esses documentos pertenceram anteriormente ao arquivo da família do Marquês do Lavradio, sendo que boa parte deveria ter ficado no arquivo da Secretaria de Governo do Estado do Brasil. Para entender o que aconteceu, comecei a perseguir a trajetória desse arquivo. Minha intenção, mais do que pensar em dispersão custodial como a arquivística moderna, foi pensar essa dispersão em fragmentos que pertenceram a um arquivo de família, especificamente à família da casa nobiliárquica Lavradio. Foi a partir daí que passei a dialogar com os pesquisadores portugueses que se dedicam a estudar os arquivos de família: uma área de pesquisa que tem crescido muito em Portugal. No Brasil creio que o fundo mais conhecido do Marquês do Lavradio está no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Heloísa Liberalli Bellotto: No caso do Morgado de Mateus, o fundo foi vendido para uma entidade pública, a Biblioteca Nacional. Agora, no caso do Marquês do Lavradio, uma parte foi vendida para um historiador, na verdade um empresário da área da exploração de minérios de ferro, Marcos Carneiro de Mendonça, que se tornou um historiador especialista na história luso-brasileira do século XVIII.

Adriana Angelita da Conceição: Essa documentação, na verdade, ele comprou na década de 1950, mas desde o início do século XX ela já vinha sendo oferecida à venda para diferentes. O Marcos Carneiro de Mendonça era industrial, comprou o arquivo e trouxe ao Brasil. Mendonça fundou um arquivo, chamado Cosme Velho, em sua residência no Rio de Janeiro, onde a professora Bellotto conseguiu também pesquisar. Quando ele morreu, a família vendeu a documentação para a Academia Brasileira de Letras, que se viu com aquela documentação que, a princípio, não tinha relação com sua função. A solução encontrada, de maneira muito feliz, foi a doação para o Arquivo Nacional. Então todos esses documentos da administração do marquês do Lavradio pertencem, atualmente, ao acervo do Arquivo Nacional.

Revista do Arquivo – Então, com relação a essa questão de contexto de produção, como os historiadores e pesquisadores em geral, os linguistas e filólogos trabalham? Quando chegam num arquivo e não tem essa formação de história administrativa, como lidam com a fragmentação?

Adriana Angelita da Conceição: Para quem trabalha com o período do império luso-brasileiro é preciso pensar os documentos sendo produzidos dentro da estrutura monárquica. Portanto, é preciso considerar o documento dentro de suas especificidades, que estão ligadas ao texto e à materialidade, que são questões de preocupação da história da cultura escrita. As cartas do Marquês do Lavradio que estão custodiadas no Arquivo Histórico Ultramarino, por exemplo, não pertenceram ao arquivo da família Lavradio. Posso encontrar o mesmo texto em três momentos: os rascunhos, os livros de registro e o original que está no Arquivo Histórico Ultramarino. Assim, podemos identificar etapas da construção do texto. Nos rascunhos temos a letra do secretário, com correções com a letra do Marquês do Lavradio, que muda não só expressões como também a maneira de algumas abordagens. Além disso, há outras questões como entender por que algumas dessas cartas não estão na íntegra no livro de registro.

Revista do Arquivo- Ele transcrevia na íntegra a correspondência no livro de registro? Hoje só se registra o título.

Heloísa Liberalli Bellotto: Às vezes você confronta (com o original) e vê que não está na íntegra, porque não diz que é só um resumo.

Adriana Angelita da Conceição: O livro de registro é o terceiro a ser feito dentro da ordem. Primeiro o rascunho, depois a carta, primeira e segunda vias que foram as enviadas para Portugal.

Heloísa Liberalli Bellotto: Em diplomática são chamadas de original.

Adriana Angelita da Conceição: O livro de registro é o terceiro momento dessa escrita, porque ele traz informações que não encontramos nem na minuta, nem no original, como a data de envio, a embarcação, o capitão. São informações que vão além do teor do texto. Em recente pesquisa em Portugal, me deparei com um acervo sobre Lavradio, com bilhetes trocados entre os secretários fazendo referência às cartas.

Revista do Arquivo - Talvez poucos tenham se deparado com isso ou tenham entendido esse problema e o enfrentado. Por que reorientou o seu trabalho? **Adriana Angelita da Conceição:** Sou de uma geração que já pegou o Arquivo Histórico Ultramarino digitalizado, então isso gerou entre alguns pesquisadores um certo tipo de “preguiça” em ir ao arquivo. Eu tenho insistido muito, como professora, para que os alunos visitem os arquivos, independente da documentação estar digitalizada ou não. Neste ponto, ainda temos as problemáticas em relação às edições das cartas do marquês do Lavradio, das famosas edições das cartas do Rio de Janeiro e da Bahia, mas esse conjunto de cartas representa, em média, apenas 15% da produção epistolar dele. Além disso, muitas vezes as edições são feitas para atender uma questão daquele período e se desviam de questões relativas ao contexto de produção e à materialidade do documento. Outro problema se refere às normas de transcrição. Alguns historiadores têm mania de atualizar a grafia.

Heloísa Liberalli Bellotto: Por exemplo, as coisas que não eram com “th” no século XVIII, aí no século XIX tem “th”, e quando chega no século XX o pesquisador não consegue saber com exatidão o período.

Adriana Angelita da Conceição: Esse é um ótimo exemplo, professora. Questões semelhantes aparecem na edição das cartas da Bahia e do Rio de Janeiro. Porque uma coisa é o que consta no livro de registro, outra a ortografia e gramática utilizada na década de 1970, e outra, ainda, as normas de ortografia e gramática do português do século XXI. Fica a pergunta: até onde podemos interferir? Será que nossa formação de historiador nos possibilita atualizar ortográfica e gramaticalmente o texto?

Heloísa Liberalli Bellotto: Isso dependerá do público. Aquelas cartas da Dona Leonor têm que ser atualizadas, porque tem gente que vai ler o meu livro sobre a correspondência dela com o marido como romance,

é uma publicação que não é exclusivamente para historiador. Então nesse caso foi atualizado, mas passou pelos filólogos da editora. Eu atualizei na transcrição, mas passou por eles.

Adriana Angelita da Conceição: Isso, mas quando eu leio seu livro, professora, eu sei o que foi atualizado, identifico o que foi feito. O problema ocorre quando as atualizações são aleatórias e as opções usadas não aparecem dentro das teses e das dissertações.

Heloísa Liberali Bellotto: Não se deve mexer nem na estrutura da frase, mas há quem mexa.

Sílvio de Almeida Toledo Neto: Eu fiquei curioso pela revelação de que existem rascunhos, e se seria possível reconstituir o que a gente chama de gênese do texto. E pergunto se você [Adriana] vai fazer isso, se vai transcreever esses documentos que está estudando ou não. E se vai considerar esses rascunhos.

Adriana Angelita da Conceição: Eu tenho tentado, mas penso que é um trabalho para toda a vida, é muita coisa. O primeiro acesso que tive aos rascunhos foi na coleção Brasil Caixa 1 e 2, na Biblioteca Nacional de Portugal. Então, o produto final do pós-doutorado, além de todo estudo teórico e empírico, passa por editar uma seleção de cartas, e estou me perguntando o que selecionar. Pretendo refazer alguns dos caminhos do texto, passando pelo rascunho, pelo que consta no livro de registro e pelo original que aparece no Arquivo Histórico Ultramarino.

Sílvio de Almeida Toledo Neto: Aqui se toca na questão do conceito de original. Seria interessante considerar o original, ou seja, o texto acabado, como um resultado desse processo. Assim, se você tem acesso a esse material deveria publicar, para justamente sair daquela ideia de um original fechado em si. Talvez seja tão difícil encontrarmos rascunhos de documentos mais antigos quanto os de textos literários modernos. Por essa razão eu digo que seria muito relevante esse entendimento concreto da gênese de um documento. Dizer como era a minuta, por exemplo. Assim poderemos, de fato, verificar quais são os mecanismos em um caso e depois juntar com outro caso e buscar concretamente uma sistematização para essa trajetória de constituição de um documento, que é algo que nos interessa e que estabelece uma ligação da Diplomática com a Filologia.

As formas de tratamento e as fontes digitalizadas

Revista do Arquivo- É uma ferramenta de pesquisa para o historiador, imaginamos. Agora queríamos fazer uma pergunta geral a todos que tiveram contato com essa correspondência que era do cidadão comum, por assim dizer, para o Morgado ou para pessoas próximas a ele, talvez militares, como se levantou aqui. Esse cidadão comum do Brasil Colônia, como ele enxergava o poder? Como se dirigia ao poder, como via o poder?

Vanessa Martins do Monte: Como ele se dirigia é uma boa pergunta, porque vemos isso principalmente pelas formas de tratamento. E foi curioso perceber que eles usavam Vossa Mercê, independente da patente militar que a autoridade possuía, todos eram tratados igualmente por Vossa Mercê. Um padre também era tratado assim, a não ser que o eclesiástico tivesse um cargo mais elevado. Comprova-se que o Vossa Mercê carregava um certo valor de cortesia, porque eu não trataria uma autoridade, muito menos faria um pedido, que era o mais comum nessa documentação, por uma forma que não carregasse um mínimo de cortesia. Então ele era um pouco cortês, mas o que vejo como filóloga é que eles viam ali uma maneira de garantir o seu bem-estar. Aqueles que ocupavam esses lugares de poder eram vistos como responsáveis por garantir o bem estar em qualquer nível. Eram raras as cartas de moradores, de pessoas comuns, porque a maioria são de militares entre si, relatando as ações rotineiras.

Revista do Arquivo- Isso também é muito rico, não é?

Vanessa Martins do Monte: É muito rico, mas também muito raro. As cartas trazem casos de pessoas queriam se separar e se casar de novo: a esposa foge da vila com outro de outra vila e vão para uma terceira e tem toda uma diligência para recuperar a mulher fugida. Então havia os vários poderes lidando com outros poderes para dar conta dessas pessoas, bem como as pessoas pedindo que o poder garantisse seu bem-estar independente de qual fosse.

Revista do Arquivo – Queremos pedir licença para recuperar uma coisa da sua fala, Adriana. Você levantou uma questão importante sobre o documento único, que, aliada a processos de digitalização, pode trazer problemas para a pesquisa e para os pesquisadores. Sabemos que o problema do contato do pesquisador com o documento é muito complexo. Como os filólogos, linguistas e historiadores pensam essa digitalização? O que se perde em termos da compreensão do conteúdo do documento, das marcas diplomáticas? É possível avaliar essa perda em um documento que é mostrado fora do seu contexto de produção no caso de um suporte em papel?

Heloísa Liberalli Bellotto: Uma coisa é a informação e outra é a materialidade. O historiador consegue trabalhar com a informação do documento digitalizado, mas o arquivo tem que mostrar o documento dentro de uma ordenação de série, sub série, etc., que ele não precisa conhecer. Eu digo que se a pesquisa é sobre o papel ou sobre a tinta, ele tem que ver o original. Mas o trabalho do historiador é basicamente com informação, e aí ele consegue mesmo vendo o documento microfilmado ou digitalizado. E aí, se está no arquivo ele sabe que é autêntico, na descrição do próprio arquivo já vai dizer a origem e no catálogo ele pode obter essa informação.

Sílvio de Almeida Toledo Neto: O filólogo tem uma observação da individualidade do documento em todos os seus aspectos, quero dizer, não é tanto uma questão em primeiro lugar orgânica, mas sim daquele indivíduo. É como se se observasse um cadáver no IML: você quer saber como ele morreu exatamente. Não interessa, a princípio, se o documento faz parte de um conjunto, o que pode interessar em um segundo momento. Então, acho que a digitalização beneficia, no meu caso, que trabalho com documentação medieval espalhada por vários arquivos portugueses, e o que os arquivos têm feito em Portugal é digitalização de manuscritos mais antigos porque, no caso do pergaminho, por exemplo, o contato manual excessivo o danifica muito. Eu diria que a digitalização é benéfica e não deixa a desejar nesse sentido. A informação inicial pode ser recolhida a partir da digitalização e a qualidade das digitalizações hoje é muito boa e dá conta do conteúdo documental, mas os detalhes físicos, que são fundamentais para o filólogo, essas você não tem pela digitalização. Então é ao mesmo tempo um facilitador e, de certa forma, é também um convite a você ir ao original, por causa do interesse na individualidade do documento. Eu diria que, em termos de preservação do documento, é melhor resolver tudo o que se pode através da digitalização, e, posteriormente, recorrer ao original.

Revista do Arquivo- E nas pesquisas, como vocês se depararam com isso? Tem arquivo que não deixa ter acesso ao original?

Renata Munhoz: Sim. Existe o benefício, mas também e o ônus da digitalização. Em alguns casos eu fiz o processo inverso, acessei primeiro o original, no trabalho com alguns documentos passivos. No caso do Projeto Resgate, que eu já peguei digitalizado e fui ver os originais no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, depois. Pela necessidade de ter contato com o documento, fazer a medida, observar marca d'água, filigrana, tipo de papel e de tinta. Enfim, o estudo codicológico.

Adriana Angelita da Conceição: Eu também concordo. O acesso à digitalização vai depender de quais são os objetivos com o documento. Mas para algumas questões ligadas à codicologia a digitalização não basta. O fundo do Marquês do Lavradio que está no Arquivo Nacional possui digitalização, sendo que todas as vezes que vou ao arquivo, tenho que conversar com os responsáveis e justificar a pesquisa nos originais. Por exemplo, quando tenho acesso aos microfimes eu não sei se os documentos pertenciam a algum livro de registro que perdeu a encadernação. Outro exemplo, Por exemplo, os originais contêm anotações a lápis de Marcos Carneiro de Mendonça que não são legíveis no microfilme, mas que nos dão informações desse processo da compra. Então, quando a ideia é tentar “reconstruir” esse arquivo, o microfilme não me permite chegar a essas informações além do texto. Acho que há sempre divergências entre historiadores e arquivistas. É preciso ajustar os interesses, com a compreensão de ambas as partes.

Vanessa Martins do Monte: No trabalho que realizei a primeira edição foi a partir de um CD com microfilme, mas depois foram três etapas de revisão com os originais. E em cada revisão comparava a edição que tinha feito pelo microfilme com o documento original. E o trabalho de codicologia que a Renata comentou não se faz sem acesso ao original. Sílvia de Almeida Toledo Neto: A disponibilização é muito importante. O digital permite a difusão do documento entre pesquisadores e também permite que todo interessado possa conhecê-lo por esse meio.

Revista do Arquivo- E quanto à responsabilidade pela descrição? Quando se digitaliza sem contexto de produção e de acumulação. Sendo assim, a digitalização deverá ser precedida por uma descrição Arquivística?

Heloísa Liberalli Bellotto: Isso ainda dá para contornar. Tem documento digitalizado que não aparece se não for antecedido da informação sobre a série a que pertence, mas isso existe nos grandes arquivos do mundo.

Sílvia de Almeida Toledo Neto: A disponibilização digital deve ser acompanhada de uma descrição detalhada do documento. A Biblioteca Nacional de Lisboa e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por exemplo, apresentam excelentes exemplos desse tipo de descrição.

Heloísa Liberalli Bellotto: Chega a ser obrigatório nas normas de descrição ter a história custodial. Lá está tudo isso previsto.

Prata da Casa**CONSERVAÇÃO E RESTAURO: UMA PRÁTICA MULTIDISCIPLINAR**

Quem visitou a exposição do Arquivo Público do Estado de São Paulo, a qual celebrava os 250 anos do governo de Dom Luiz Antônio Botelho – o Morgado de Mateus –, e viu os documentos originais expostos, não imagina o trabalho de restauro executado para que tais documentos estivessem em condições de ser apresentados.

Uma das atividades mais importantes desenvolvidas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo é a efetuada pelo Núcleo de Conservação. Responsável pelas ações que conservam os materiais de arquivo, suas atribuições vão muito além da simples manutenção dos documentos recolhidos, passando pela análise do estado de conservação, higienização e recuperação de documentos, bem como a proposição de medidas técnicas que auxiliem a preservar tanto os documentos transferidos que ainda estão nas fases corrente e intermediária – os chamados arquivos administrativos – quanto aqueles sob guarda permanente do APESP.

É um trabalho com características múltiplas, que exige a colaboração de diversas áreas de conhecimento e a pesquisa e formação constante dos profissionais que enveredam por essa esfera de atuação.



Da esquerda para a direita: Luis Felipe Ferracini, Cecilia Salamon (estagiária), Marcos Vilela da Costa, Carlos Eduardo Sampietri (atrás), Anna Candida Silva Martins de Carvalho (na frente), Shirley Salvador, Lilian de Souza Pagano, Caio José Azarias, Norma Cianflone Cassares

O Núcleo é dirigido por Norma Cianflone Cassares – especialista em conservação, preservação e restauro de acervos e autora de publicações que são referência nessa área – e conta com uma equipe multidisciplinar de 6 profissionais com diversas formações e duas estagiárias. Para a exposição foram quatro os integrantes que tiveram participação ativa no processo: Anna Candida Silva Martins de Carvalho, Carlos Eduardo Sampietri, Lilian de Souza Pagano e Marcos Vilela da Costa.

Em entrevista concedida para a *Revista do Arquivo* participaram, além da diretora Norma, a bióloga Anna Candida e o historiador Carlos Eduardo Sampietri, que nos falaram um pouco sobre sua trajetória.

“Eu não conhecia a área de restauração e conservação”, disse Anna. “Aqui no APESP me iniciei neste trabalho. Vir para o Núcleo de Conservação teve como principal motivação minha formação em ciências biológicas. Foi uma abertura de perspectivas que só descobri no Arquivo, aprendi não só as técnicas, conceitos de conservação, como também de história e arquivologia. No início, já encantada, a maior preocupação foi saber se eu teria a habilidade para desenvolver esse trabalho. Depois que comecei a trabalhar na Conservação ficou mais fácil, pois minha formação básica auxiliou. Trouxe comigo muito material e conhecimento da parte biológica – pragas (cupins, brocas, baratas, ratos e traças) e fungos, por exemplo –, que são fundamentais para controlar os fatores de degradação dos documentos, juntamente com o controle de temperatura e umidade.”

“Enquanto historiador, o mais interessante para mim é o contato direto com as fontes primárias”, disse Sampietri. “Isso é um privilégio, já que é difícil para os profissionais dessa área chegar aos documentos originais. O trabalho de restauro começou a me interessar no desenvolvimento de minhas atividades aqui no Arquivo. Isso envolveu a busca por muitos outros conhecimentos além daqueles de minha formação básica de historiador. Foi necessário me aprofundar em diversas áreas como química, matemática, biologia, artes plásticas, entre outras, para poder desenvolver o trabalho com cada uma das peças tratadas.”

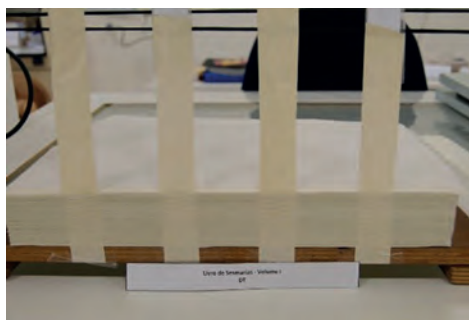
“Isto porque”, complementa Anna, “o trabalho de conservação não é apenas um trabalho de técnicas e conhecimentos artesanais ou artísticos, é interessante mostrar seu caráter científico e laboratorial, ou seja, o conhecimento técnico e científico envolvido, que são fundamentais para a realização da conservação e restauro dos documentos. Trata-se de um trabalho extremamente especializado e nem sempre visível aos olhos leigos.”

“Em resumo, podemos dizer que houve necessidade de capacitação técnica e não só artística, baseada em muita pesquisa e conhecimento científico”, esclareceu Norma Cassares.

Do trabalho técnico desenvolvido

A exposição, que comemorou os 250 anos do governo Morgado de Mateus, contou com um total de 44 documentos e, segundo Norma Cassares, foi efetuada uma avaliação em sete obras que abrangiam um período entre os séculos XVI e início do século XIX.

“Essa avaliação foi efetuada para detectar o estado em que cada um dos livros se encontrava e, a partir daí, pensarmos quais tratamentos eles aguentariam. É preciso entender que algumas vezes queremos efetuar tratamentos que, por melhores que nos pareçam, não podem ser executados, pois muitos deles envolvem desmanchar os livros, ou seja, descosturar, descolar e desmontar a encadernação”, explicou Norma Cassares.



Encadernação para conservação de obra rara

O tratamento básico realizado antes de qualquer medida é o da retirada de fita adesiva, grampos, clips, entre outros materiais estranhos ao documento original. “Muitas vezes o procedimento é só esse, pois nem todos os documentos aguentariam um tratamento mais invasivo”, complementa a diretora.

Após essas medidas, a intervenção básica para recomposição consiste na utilização do papel japonês, material muito solicitado para restauração devido a sua maleabilidade, textura e possibilidade de tingimento. “No caso dos livros restaurados para a exposição, esse foi o trabalho realizado pelo Marcos, e também pela Lilian, que precisou ainda desmontar a encadernação. O material trabalhado por ela seguiu as etapas básicas para o processo, que foi desmontar, reparar e reencadernar”, explicou Norma. “É um trabalho minucioso”

so, realizado folha a folha para garantir que não houvesse perda nem da informação, nem da originalidade. Isso exige investimento e apoio, pois alguns processos são demorados e o acesso e custo de determinados materiais são relevantes. Por essa razão, nossa prática procurou diminuir ao máximo os custos, evitando o desperdício e utilizando sobras de outros projetos. Para garantir a conservação, a primeira medida é sempre concentrar esforços para interromper o processo de deterioração dos documentos. Só então poderemos prosseguir para a etapa seguinte, que será a de efetuar a restauração. Para essa segunda etapa são feitos os consertos e um processo de lavagem, que implica principalmente em verificar as cores, se elas não se perderão na lavagem. Todas as etapas realizadas serão sempre registradas e documentadas fotograficamente, dando origem a um relatório específico sobre a conservação daquela peça.”



Tratamento de restauro

Perguntamos ainda se a famosa tinta ferrogálica é, de fato, uma grande vilã da preservação dos documentos e Norma respondeu que, “Em partes, sim. Mas como esta era um tipo de tinta artesanal, cada pessoa produzia a sua. Assim, temos fórmulas com diferentes conteúdos de ferro que, conseqüentemente, tem efeitos diferentes quanto à deterioração.” E completou: “A tinta ferrogálica é basicamente uma tinta à base de ferro que, por sua reação com a umidade, enferruja, provocando danos ao papel. Um exemplo foi o que ocorreu com os livros das Sesmarias, que deveriam, inclusive, ser reencadernados, mas optouse por não reencadernar. As tintas variam muito e sempre buscamos um tratamento que todas elas aceitem, ou não será possível fazer. Ou seja, um mesmo documento pode conter diferentes tipos de tinta, e algumas delas aguentam diversos processos químicos sem se desfazerem, enquanto outras, praticamente, nenhum.”

*Documento antes do tratamento**Documento depois do tratamento*

Todos os processos adotados têm uma preocupação central baseada em princípios éticos que garantam a manutenção da originalidade do documento. Por essa razão, cada passo do tratamento deve ser documentado por foto. Por todos esses elementos podemos ver que não existe uma receita, mas procedimentos permitidos eticamente, e, a partir daí, cada documento tem sua particularidade.

Sobre essas particularidades, perguntamos à equipe quais foram os procedimentos adotados no caso dos documentos selecionados para a exposição. Anna disse que, “O que houve de especial em meu trabalho foi manter a integridade da gravura foi utilizado um detergente aniônico (especial) para tirar a sujidade (sujeira) e as manchas. Havia também crostas de gesso que foram retiradas com bisturi. Essa foi a parte que, por ser um trabalho de muito detalhe, teve que ser realizado com um cuidado de artesão. Houve ainda a restauração da área de dobra com papel japonês tingido. A capa exigiu reposição do couro, que foi trabalhado para que adquirisse a textura do couro original. Podemos ver aqui uma quantidade de diferentes técnicas, bem como conhecimentos (biológicos, químicos, físicos) utilizados para se restaurar um único livro. Após tudo isso é que se procedeu a remontagem. Creio que o mais especial foi efetivamente o tratamento do revestimento, em que utilizei também uma cera chamada cir e , para lustrar o couro no final. Destaque-se também o cuidado com detalhes como o tingimento do papel japonês, para que chegue o mais próximo possível da cor original”.

O trabalho realizado por Carlos Sampietri envolveu outras particularidades: “No meu caso o tratamento

*Tratamento de restauro*

foi o mesmo, o problema maior foi chegar à cor do couro, tive que tingir para que ficasse o mais próximo possível. Tive também que restaurar o detalhe da costura, refazer os detalhes do acabamento, também em couro. Por essa razão, não há como ter pressa, levamos em média 3 meses para fazer cada um dos livros. Utilizei ainda a Máquina Obturadora de Papel (MOP), essa máquina tingue e preenche os espaços danificados dos documentos (causados por traças, rasgos etc.). Esse equipamento exige uma série de cálculos matemáticos para chegar ao tom exato da cor do material e também à densidade e espessura das fibras para poder fazer a reenfibragem. O processo todo é matemático. É importante frisar que o tratamento químico

não é capaz de recuperar as partes do documento que perderam a informação, mas a legibilidade melhora porque os furos atrapalham a leitura por se confundirem com as letras. Sumindo os furos, melhora a possibilidade de entendimento da informação, mesmo com as falhas”, explicou.

Todos esses procedimentos garantem a estabilização e a conservação dos originais e, conseqüentemente, viabilizam o acesso aos documentos pelos pesquisadores que procuram a instituição, e são esses cuidados que evitam que a informação muitas vezes acabe perdida para sempre.

Interessado em entender os procedimentos técnicos de conservação? Veja o artigo “*Obras Raras, do Restauro à Difusão: O Trabalho do Centro de Preservação na Mostra Em Nome D’el Rey*” de Norma Cassares nesta edição.

A PALEOGRAFIA NO ARQUIVO: REVELANDO O INDECIFRÁVEL

O Arquivo Público do Estado de São Paulo conta em seu acervo com inúmeros documentos de valor histórico, sendo o mais antigo datado de 1578. Por essa razão, um dos trabalhos mais especializados realizado pelo seu corpo técnico é o de paleografia, ou seja, o trabalho destinado a estudar e auxiliar na compreensão das escritas antigas desses documentos. Entre outras funções, essa atividade é fundamental para auxiliar na identificação, organização e acesso aos documentos.

Para isso, o Arquivo conta em sua estrutura com um Núcleo de Paleografia, que tem como atribuições principais efetuar leitura e transcrições paleográficas, fazer análise tipológica e descrição documental, capacitar o corpo técnico, bem como emitir certidões de inteiro teor. São hoje quatro técnicos que compõem a equipe: Odair Rodrigues, Roseli Aparecida Ferraresi, Sérgio Hideki Kanomata e Judie Kristie Pimenta Abraham, diretora do Núcleo. São funcionários com bastante experiência e que se especializaram ao longo de sua trajetória na própria instituição.



Equipe da Paleografia: da esquerda para a direita: Odair Rodrigues; Judie Kristie Pimenta Abraham; Roseli Aparecida Ferraresi; e Sérgio Hideki Kanomata.

“Quando comecei a trabalhar no APESP, fazia atendimento aos pesquisadores e, depois de um tempo, comecei a ajudar os técnicos que faziam as transcrições; nesse processo, me identifiquei com o trabalho. Naquela época, a atividade, especificamente dentro do Núcleo de Paleografia, estava se iniciando. Quando o Núcleo se estruturou de fato, a partir da mudança para o novo prédio (2012), passei a trabalhar aqui. Minha função era principalmente fazer as certidões”, nos contou Roseli Ferraresi. E acrescenta: “com o passar do tempo, o Núcleo foi adquirindo melhores condições de trabalho e agregando outros profissionais. Houve também atualizações com relação às normas utilizadas, o fato de haver uma chefia com formação em paleografia e também em diplomática facilitou a expansão e estruturação técnica dos trabalhos.”

Odair Rodrigues, por sua vez, lembra que, com mais de vinte e cinco anos de trabalho, em vários momentos teve contato com a paleografia.

“Minha primeira experiência com paleografia foi ainda na década de 1980”, disse ele. “Naquele momento, não tínhamos contato com uma normatização bem definida, pois as normas técnicas para transcrição e edição de documentos só foram publicadas em 1993. O APESP era uma divisão da Secretaria Estadual de Cultura. Fazíamos transcrições de inventários e outros documentos. Hoje trabalhamos com técnicas mais apuradas. Por um tempo me afastei e voltei ao Arquivo depois de 14 anos, passando por outros afazeres até me reencontrar com a paleografia, porque é o que gosto de fazer. Hoje tudo é mais profissional. O que me ajuda bastante é a experiência com documentos públicos há muito tempo.”

Sérgio Hideki é o mais novo integrante da equipe, e disse que “foi a partir de um curso dado pelo próprio APESP, feito em minhas férias, que passei a me interessar pelo assunto. O trabalho é muito interessante, mas ainda me considero um aprendiz.”

Nos preparativos para a montagem da Exposição “Em nome Del Rey – 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 2015)”, o apoio dessa equipe foi fundamental, já que os documentos expostos datavam de um período entre os séculos XVII e início do século XIX, e necessitavam de leitura e transcrição para a elaboração de legendas e construção dos verbetes que fariam parte do catálogo.

“Para fazer uma descrição fidedigna do documento, que na exposição se tornou um pequeno resumo (verbebe) para o catálogo, a equipe inteira participou”, comentou Judie.

A equipe conversou conosco para que entendêssemos melhor os meandros desse trabalho tão importante para a preservação da memória paulista. De maneira geral, quando o documento chega, passa por análise e depois por leitura e transcrição.

Apesar da responsabilidade assumida por um técnico sobre determinado documento e do caráter aparentemente solitário da atividade, a equipe nos contou que o trabalho é feito em várias etapas, que dependem de diferentes olhares. O responsável pela transcrição faz uma primeira leitura, transcreve e depois parte para uma segunda leitura; em seguida, outro profissional realiza uma primeira revisão. Na última etapa, a diretora Judie se encarrega de uma revisão final da transcrição, pensando principalmente na consolidação dos padrões técnicos exigidos. Isso faz com que cada trabalho envolva pelo menos dois funcionários e, algumas vezes, a equipe inteira.

“Durante esse processo, a necessidade de pesquisa passa a ser uma constante”, explicou Judie. “Obras de referência como dicionários especializados antigos, repertórios, vocabulários e manuais são materiais que precisamos utilizar no dia a dia”, completou a diretora. “Há grande prazer quando desvendamos o que parecia ilegível. Nossa satisfação aparece nos pequenos detalhes, quando o indecifrável se revela”, continuou ela.

“Às vezes começamos a desenhar cada letra do documento para poder entender e conseguir chegar ao conjunto de uma única palavra e seu significado”, acrescentou Odair. “Um dos maiores desafios são as assinaturas, tanto nos documentos textuais como nos mapas e plantas. Muitas vezes temos que auxiliar os técnicos dos outros setores apenas nesse detalhe, que é fundamental para atestar o período dos documentos, sua procedência ou sua autenticidade”, lembrou ele.

Ainda sobre o processo de trabalho, a diretora Judie explicou que “uma transcrição completa efetuada por nós pode levar uma média de três meses ou noventa dias úteis, mas isso depende do estado de conservação do documento, datação, tipo de letra, volume, entre outras variáveis. Para certidões, o prazo é a partir de 15 dias úteis, e, por isso, é um trabalho prioritário. No *‘Auto de sequestro dos Jesuítas’*, que fez parte da exposição, foi feita a transcrição paleográfica para mostrar como o trabalho efetutado pelo Núcleo de Conservação é fundamental para facilitar a leitura. Nesse caso foi feita, além da transcrição paleográfica, outra transcrição que também modernizou a grafia, ou seja, utilizou os padrões ortográficos e gramaticais atuais”, lembrou Judie.

Com relação à exposição, Judie complementou: “Começamos a trabalhar em outubro. incluindo a escolha dos documentos que seriam expostos, foram selecionados 44 documentos, mas, para que isso pudesse acontecer, realizamos a leitura e transcrição de muitos outros. As transcrições começaram em novembro de 2014.”

“Logo em seguida realizamos a Oficina de Paleografia, em que utilizamos os mesmos documentos expostos e, a partir de observações dos próprios alunos, fizemos, inclusive, revisões de algumas transcrições”, disse ela.

Era a minha Cidade

Para a equipe uma motivação fundamental está na pesquisa constante – histórica, filológica e arquivística. Os profissionais acabam sendo instigados a pesquisar, aprimorar conhecimentos, buscar outras informações e, por essa razão, o trabalho deixa de ser mecânico, há sempre questões novas e interessantes.

Roseli Ferraresi nos contou que, “enquanto lidava com os materiais para a exposição, me deparei com o documento que Morgado de Mateus havia enviado a Antônio Furquim Pedroso para que se fundasse a ‘Vila de Faxina’, que deu origem ao município de Itapeva, onde morei na minha infância. Foi muito interessante, pois aquilo que era uma informação distante de quando era criança, uma data comemorativa do calendário e da escola em Itapeva, de repente ganhou outra dimensão e materialidade.”

“São novos conhecimentos e novas descobertas pessoais e do grupo”, acrescentou Sérgio Hideki.

“Muitas vezes ficamos nos imaginando naquela época, as dificuldades que havia, as diferenças do modo de vida das pessoas, e isso é importante para o trabalho, pois auxilia na contextualização e no entendimento de termos e situações descritas nos documentos”, disse Roseli.

Assim, esse grupo, sem perder de vista as técnicas e o conhecimento científico, trabalha para que os escritos do passado possam ser analisados, fornecendo as condições necessárias para sua compreensão e resgate.

Arquivo em Imagens**VESTÍGIOS CARTOGRÁFICOS DO SÉCULO XIX**

Os arquivos costumam ser guardiões de grande quantidade de documentos iconográficos, como fotografias, plantas e mapas. Normalmente, esses itens compõem processos que refletem atividades administrativas de governança que requerem elaboração de representações pictóricas de espaços, de atividades ou fatos ocorridos. Entretanto, devido ao seu formato especial (às vezes grandes ou em suportes específicos), muitas vezes as pessoas não enxergam fotografias e mapas como documentos de arquivo e causam verdadeiros danos às pesquisas históricas e científicas.

O Morgado de Mateus, na condição de Capitão General, no exercício de suas funções de governo na capitania paulista entre 1765 e 1775, foi pródigo na prática sistemática de mapeamento do território paulista. Afinal, era ele um militar com visão de estrategista que veio para estas terras com missão belicista de enfrentamento às ameaças de invasões espanholas. Além do mais, à época Portugal era potência avançada na produção de artefatos de representação do espaço e os mapas eram verdadeiros segredos de estado e os cartógrafos eram objetos de disputas pelos reinos.

Mas, claro, nem todas as representações cartográficas eram tão elaboradas, havia aquelas que eram feitas para as necessidades imediatas, que possuíam pouco rigor técnico e se baseavam em elementos de memória de seus produtores, colonos, funcionários da coroa e viajantes.

Assim, a elaboração de mapas e croquis era comum para o auxílio na locomoção entre os povoados e, de alguma forma, justificavam a posse de terras e propriedades. Esse material, de características muito simples, continha referências ao cotidiano dos povoados, normalmente edificações e seus proprietários, que moldavam os caminhos utilizados. Para os governantes portugueses, por outro lado, proporcionavam elementos para o estabelecimento de uma organização administrativa mais efetiva.

Nesta seção, destacamos alguns desses documentos iconográficos produzidos no período de governo dos capitães gerais em São Paulo.

Aproveitamos para convidar o leitor a conhecer o nosso acervo cartográfico acessando o sítio: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/documento_cartografico.

**1/ 7****CARTA CHOROGRAFICA DA CAPITANIA DE S. PAULO
1766**

Mostra a verdadeira situação dos lugares por onde se farão as setes principais divisões do seu governo com o de Minas Gerais

Coleção: APESP

Data: 1776 Dimensão: 48x62 cm

Suporte: papel Tipo de Obtenção (do original):
litografia



2/7

MAPPA DA CAPITANIA DE S. PAULO

Mapa desenhado do Ofício de Luiz Antônio de Souza, Capitão General de São Paulo ao governo da Metrópole

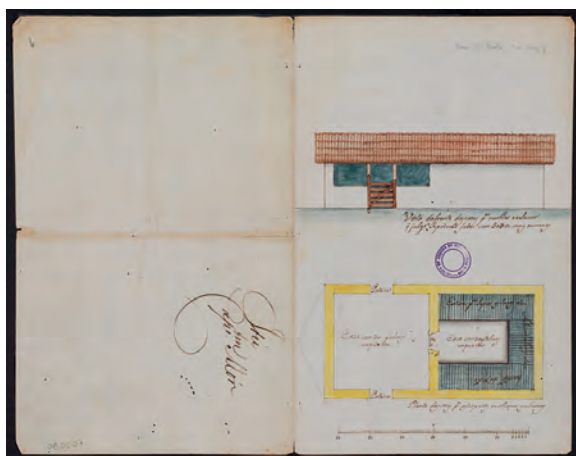
Coleção: APESP

Data: 1773

Dimensão: 51X62 cm

Suporte: papel cartão

Tipo de Obtenção (do original): Colorido com nota explicativa sobre cartão



3/7

PLANTA E FACHADA

Relação dos lugares em que se devem fazer os Ranchos para repouso dos condutores de asucares da Vila de Itú até o Porto de Santos, Vicente da Costa Taques e Aranha

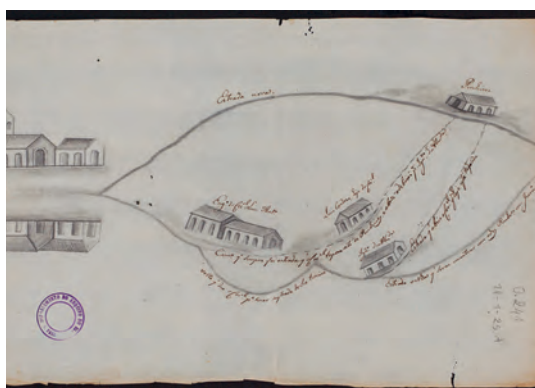
Coleção: APESP

Data: 1797

Dimensão: 44X35 cm

Suporte: papel trapo

Tipo de Obtenção (do original): Nanquim colorido com aquarela em papel trapo



4/7

REPRESENTAÇÃO DOS CAMINHOS QUE LEVAM A PINHEIROS

Estrada Nova da Vila de São Carlos a Pinheiros. Mapa em sombra da qual se vê todas as mudanças que tem tido este caminho desde que o Coronel Luiz Antonio de Sousa Queiros comprou aquele Engenho. Vila de São Carlos (atualmente Campinas) Pinheiros (Pouso dos Pinheiros atualmente Valinhos). Felipe Neri Teixeira

Coleção: APESP

Data: 26/05/1810

Dimensão: 34x22 cm

Suporte: papel algodão

Tipo de Obtenção (do original): Nanquim e grafite



5/7

PLANTA DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DO PIQUES

Planta da Construção da Estrada do Piques. Daniel Pedro Muller

Coleção: APESP

Data: 17/10/1814

Dimensão: 46X26 cm

Suporte: papel cartão

Tipo de Obtenção (do original): Nanquim colorido e aquarela

Reprodução de José Rosael



6/7

CARTA TOPOGRAPHICA DE PARTE DA FAZENDA CUBATAM

Carta Topographica de parte das Terras pertencentes à Fazenda do Cubatam, que foi dos Extintos Jesuítas, para se mostrar as paragens em que se querem estabelecer os 4 casais de ilhéus. Daniel Pedro Muller, 4 de setembro de 1817

Coleção: APESP

Data: 1817

Dimensão: 50X40 cm

Suporte: papel algodão

Tipo de Obtenção (do original): Nanquim e aquarela



7/7

PLANTA VILA BOA DE GOYAS E TUDO QUE PERTENCE AO SEU TERMO 1758

Villa Boa de Goyas e tudo que pertence ao seu termo. 1758. Doação: Isau Santos, Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino em 12 de maio de 1982

Coleção: APESP

Data: 1758

Dimensão: 40X48 cm

Suporte: papel

Tipo de Obtenção (do original): impressão offset colorida

Bibliografia

CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.14, n.1, p. 195-241, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010147142006000100007>>. Acesso em: 21 set. 2015.

MICELI, Paulo C. *O Ponto Onde Estamos - Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)*. 1992. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado em História. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000053700>

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Governo. Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Catálogo da exposição Em nome d'El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765 -2015)*. São Paulo, 2015.

COLABORADORES

Abel Rodrigues

Nasceu no Funchal, Ilha da Madeira, em 1977. Licenciado em História pela Universidade do Minho. Foi bolseiro do Governo Regional da Madeira e da Fundação Berardo. Recebeu o “Prémio Universidade do Minho” por ter terminado a licenciatura com a melhor nota do seu ano. Mestre em História Moderna e Contemporânea, pela mesma Universidade. Diplomado com o Curso de Especialização em Ciência da Informação (variante Arquivos), pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Foi Técnico Superior do Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho (2000-2009) e Responsável pelo Arquivo da Fundação da Casa de Mateus (2009-2015). É atualmente Coordenador do Centro de Documentação e Investigação em Cultura Arquitectónica da Fundação Instituto Marques da Silva/ Universidade do Porto.

Adriana Angelita da Conceição

Pós-doutoranda do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Heloísa Liberalli Bellotto

Licenciada e doutora em História pela USP, bacharel em Biblioteconomia pela FESP, e especializou-se em Arquivologia na Escuela de Documentalistas, Madri, Espanha. Na USP, de onde é aposentada, foi pesquisadora e professora de arquivística no Instituto de Estudos Brasileiros e professora da Escola de Comunicações e Artes. Atualmente é professora do Curso de Pós-Graduação em História. Lecionou na UNESP (Campus de Assis, SP) e foi professora visitante dos cursos de Arquivologia da UnB (Brasília), da UNI-RIO (Rio de Janeiro), da Universidade Clássica de Lisboa (Portugal) e na Universidad Internacional de Andalucía (Espanha). Foi assessora dos Sistemas de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) e da USP (SAUSP), consultora do Projeto Resgate do Ministério da Cultura do Brasil em Lisboa, Portugal e de outros projetos de organização arquivística em todo o país, assim como tem dado cursos, conferências e comparecido a congressos no Brasil e no exterior. É autora de livros e artigos nas áreas de História, de Arquivologia e de Biblioteconomia, destacando-se as obras *Autoridade e conflito no Brasil Colonial* e *Nem o tempo nem a distância*, ambos referentes ao Morgado de Mateus, além de *Arquivos permanentes: tratamento documental*, *Tipologia documental em arquivos* e *Arquivo: estudos e reflexões*.

Norma Cianflone Cassares

Possui graduação em Letras pelo Centro Universitário Assunção(2002), especialização em Internship Paper Conservation Office pela Library of Congress- Washington D.C.- EUA(1996) e curso-tecnico-profissionalizante em Técnico de Química Industrial pela Ateneu Mogiano Escola tecnica de Química Industrial(1966). Tem experiência na área de Química, com ênfase em Restauro de acervos bibliograficos.

Pablo Oller Mont Serrath

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Foi bolsista da Fapesp, da Capes, do CNPq e da Cátedra Jaime Cortesão, tendo desenvolvido pesquisas em Portugal junto à Universidade de Évora (2006) e à Universidade de Coimbra (2011). Atualmente, desenvolve estágio de pós-doutorado, com bolsa Capes, no programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. É pesquisador

vinculado à Cátedra Jaime Cortesão, atuando principalmente nas áreas de História Ibérica, História de São Paulo e História do Brasil Colonial.

Renata Munhoz

Autora da tese de mestrado Edição de Documentos Manuscritos do Século XVIII. Doutora em Letras pela USP, na área de Filologia Portuguesa, com a tese Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade.

Sílvio de Almeida Toledo Neto

Pós-doutor pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2004). Atualmente é professor doutor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professor colaborador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (equipa de Filologia).

Vanessa Martins do Monte

Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2007) e doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é docente, em regime de dedicação exclusiva, e pesquisadora da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Esta versão especial impressa da *Revista do Arquivo* foi composta em Calibri light 11 e Franklin Gothic 17. Foi utilizado papel couché fosco 90 g/m² para o miolo e couché brilhante 170 g/m² com laminação fosca para a capa. Impressão e acabamento dos 100 exemplares foram realizados pela Imprensa Oficial do Estado S.A- IMESP.

Caro leitor,

No ano de 2015, a primeira edição da *Revista do Arquivo* inaugurou uma nova fase do periódico semestral do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Com o propósito editorial de difundir os conhecimentos produzidos na área dos arquivos e suas interfaces, alimentamos o sonho de tornar o periódico referência nacional nas áreas das ciências sociais aplicadas e humanas.

A dedicação a este projeto e as evidentes marcas da evolução editorial e gráfica da *Revista do Arquivo* podem ser notadas nestas 7 edições iniciais.

Apresentamos esta versão especial impressa como forma de difusão institucional, preservando o conteúdo original da publicação eletrônica e ampliando seu potencial de impacto por meio de um novo suporte.

Visite o site do APESP. Divulgue a *Revista do Arquivo*.

Editoria da *Revista do Arquivo*